

Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto René Rachou
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva

BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS:
Contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional, Redução de Perdas e
Desperdícios de Alimentos e Educação Alimentar e Nutricional

por
Natalia Tenuta

Belo Horizonte
2023

TESE

DSC-IRR

N. TENUTA

2023

NATALIA TENUTA

BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS:

**Contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional, Redução de Perdas e
Desperdícios de Alimentos e Educação Alimentar e Nutricional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva – área de concentração Saúde Coletiva – Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde.

Orientação: Prof. Dr. Rômulo Paes de Sousa

Coorientação: Prof. Dr. Romero Alves Teixeira

Belo Horizonte
2023

Catálogo-na-fonte
Rede de Bibliotecas da FIOCRUZ
Biblioteca do IRR
CRB 6 3740/00

A136b Amaral, Natalia Tenuta Kuchenbecker do.
2023

Bancos de Alimentos Brasileiros: contribuições para a segurança alimentar e nutricional, redução de perdas e desperdícios de alimentos e educação alimentar e nutricional / Natalia Tenuta Kuchenbecker Do Amaral. – Belo Horizonte, 2023

XIII, 201 f., il.; 210 x 297mm.

Bibliografia: f. 145-150

Tese (Doutorado) – Tese para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós - Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou. Área de concentração: Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde.

1. Segurança Alimentar/estatística & dados numéricos. 2. Desperdício de Alimentos 3. Programas de Nutrição Aplicada/organização & administração. 4. Abastecimento de Alimentos/ética. I. Título. II. Sousa, Rômulo Paes de (Orientação). III. Teixeira, Romero Alves (Coorientação).

CDD – 22. ed. – 363.82

NATALIA TENUTA

**BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS:
Contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional, Redução de Perdas e
Desperdícios de Alimentos e Educação Alimentar e Nutricional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva – área de concentração Saúde Coletiva – Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde.

Banca

Dr. Rômulo Paes De Sousa - IRR/FIOCRUZ MINAS (Orientador(a)/Presidente)

Dra. Patrícia Constante Jaime - Universidade de São Paulo (USP) (Titular)

Dra. Elisabetta Gioconda Iole Giovanna Recine - Universidade de Brasília (UnB) (Titular)

Dr. Paulo de Martino Jannuzzi - Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) (Titular)

Dr. Élideo Bonomo - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (Titular)

Tese defendida e aprovada em Belo Horizonte aos 16/06/2023

*À todas e todos que dedicam seu tempo, trabalho e militância para reduzir a fome, nas suas
diversas manifestações.*

*Ao meu companheiro, Matheus, que me inspira com sua trajetória na educação pública e que
me ajuda e me apoia na minha própria caminhada.*

*Ao meu filho, Caetano, que teve seu primeiro ano de vida dividindo minha atenção com o
último ano deste trabalho.*

Por um mundo mais justo e igual, onde bancos de alimentos não precisarão existir.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que encontrei nos caminhos da vida que, por poucos ou muitos motivos, são também responsáveis por me fazerem amar os bancos de alimentos.

Ao Matheus, meu companheiro de vida, que me impulsiona, me apoia, me ajuda e me orienta, e que está comigo, incondicionalmente, nos desafios e alegrias que nossas vidas profissionais nos colocam.

À minha mãe, Regina, que hoje abre ainda mais espaço na sua vida para apoiar um sonho de família que se iniciará em Brasília, dedicado aos bancos de alimentos.

Ao meu irmão, Guilherme, que é meu suporte, meu amigo e que me apoia em todos os desafios e decisões.

À Maria e à Nega que, com tanto carinho, cuidaram e protegeram meu filho para que eu me dedicasse a esse trabalho.

Às pessoas que confiaram a mim esse projeto de pesquisa e me ajudaram a idealizar e realizar esse trabalho de tese, em especial, à Kathleen Machado, Erica Ramos, Teresa Barroso, Ana Barros, Cláudia Roseno e René de Castro.

À minha amiga e companheira de pesquisa, Thaís Barros, que esteve comigo todos esses anos de pesquisa e que rodou esse Brasil trazendo apoio e leveza aos nossos cinco meses de campo longe de casa.

Ao meu orientador e mentor, Professor Rômulo Paes de Sousa, que, durante esses cinco anos, com sua experiência e excelência como gestor público e pesquisador, me direcionou e me apoiou em duas grandes realizações: Doutora em Saúde Coletiva e Coordenadora-Geral de Equipamentos Públicos no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Ao meu coorientador e mentor, Professor Romero Alves Teixeira, que me acompanha e me apoia nessa trajetória de pesquisas com bancos de alimentos há quase 10 anos, desde o mestrado, e que foi fundamental para que essa pesquisa acontecesse.

Às amigas e amigo do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Mariana, Laís, Marcela Quaresma, Marcela Alves, André, Ana Cristina, Cibele, Iara, Maíra, Natália Onuzik e Natália Lopes.

Às companheiras e companheiro da Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos que foram parceiras e parceiro nos anos de pesquisa e que, hoje, formam comigo uma equipe dedicada aos bancos de alimentos e aos outros equipamentos de segurança alimentar e nutricional.

Às gestoras e gestores e às técnicas e técnicos dos bancos de alimentos brasileiros que nos receberam de braços abertos em nossas visitas e que nos apoiaram na realização dessa pesquisa.

À Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que acolheu essa pesquisa, e àqueles que apoiaram para que o projeto se concretizasse, em especial ao Professor André Rech.

Ao Ministério da Cidadania (atual MDS) e ao Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (SESC) que apoiaram, institucional e financeiramente, essa pesquisa com os bancos de alimentos brasileiros.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (IRR – Fiocruz Minas), onde realizei minha Pós-Graduação em Saúde Coletiva, me concedendo a oportunidade de grandes aprendizados e realizações.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar as experiências brasileiras de bancos de alimentos e, com base nos resultados encontrados, propor recomendações ao seu desenho, gestão e práticas operacionais, de modo a potencializar a contribuição destes equipamentos para a garantia da segurança alimentar e nutricional, para a redução de perdas e desperdícios de alimentos e para a prática da educação alimentar e nutricional. A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas: 1) construção de um arcabouço teórico-metodológico sobre o desenho e a teoria do programa banco de alimentos no Brasil; 2) elaboração de instrumentos e técnicas para avaliação destes equipamentos; 3) mapeamento e caracterização do universo de bancos de alimentos em funcionamento no país; 4) avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros. As duas primeiras etapas subsidiaram a elaboração de um Mapa de Processos e Resultados e de um Mapa de Indicadores para avaliação e monitoramento, e também a elaboração de uma proposta teórica-metodológica para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros. A etapa três permitiu revelar a grande capilaridade dos equipamentos, presentes nas 27 unidades federativas brasileiras. Ao todo foram identificados 217 bancos de alimentos em operação, funcionando em quatro diferentes modalidades de gestão: públicos, Rede Mesa Brasil Sesc, bancos instalados em Ceasas e iniciativas da sociedade civil. A maioria dos bancos de alimentos tem estabelecimentos comerciais como seus maiores parceiros doadores, e frutas e verduras constituem os itens mais doados, complementando a alimentação, principalmente, de famílias em situação de risco social e de crianças atendidas por instituições socioassistenciais. As ações de educação alimentar e nutricional são uma importante vertente de atuação, direcionadas aos parceiros doadores, aos seus colaboradores e aos beneficiários. A etapa quatro permitiu realizar o diagnóstico de implementação dos bancos de alimentos, que mostrou que todas as unidades de iniciativa da sociedade civil e 89,7% da Rede Mesa Brasil Sesc estão parcialmente implementadas, 83,3% dos bancos de alimentos de Ceasas e 68,4% dos equipamentos públicos não têm a implementação efetivada. Os resultados também indicaram que os piores desempenhos estão relacionados à articulação com os conselhos de direitos, à proximidade da unidade a áreas de vulnerabilidade social, à capacitação e experiência pregressa de gestores e técnicos em equipamentos de segurança alimentar e nutricional, e à pesquisa de satisfação com atores envolvidos e/ou beneficiados pelas unidades. Em síntese, a pesquisa sinaliza que os bancos de alimentos brasileiros estão ancorados na realização dos objetivos de redução de perdas e desperdícios de alimentos, de garantia da segurança alimentar e nutricional e de realização da

educação alimentar e nutricional, mas apresentam atributos que precisam ser qualificados visando a institucionalização do programa, em âmbito nacional.

Palavras-chave: Bancos de Alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional; Perdas e Desperdícios de Alimentos; Educação Alimentar e Nutricional; Avaliação da Implementação.

ABSTRACT

This research had the objective of analyzing the Brazilian experiences of food banks and, based on the results, to recommend improvements in their design, management and operational practices, in order to enhance their social contribution to (i) ensuring food security, (ii) reducing food losses and waste and (iii) performing food and nutrition education. The project was developed in four stages: (1) elaboration of a theoretical-methodological framework about the design and the founding theories of the food banks program; (2) construction of instruments and techniques to evaluate the program; (3) mapping and characterization of the universe of the Brazilian food banks currently in operation; (4) evaluation of the implementation of the Brazilian food banks. Stages 1 and 2 supported the elaboration of a Processes and Results Map and an Indicators Map, which proved useful tools for evaluating and monitoring the food banks. These stages also supported the elaboration of a theoretical-methodological proposal to evaluate the implementation of Brazilian food banks. Stage 3 unraveled the great capillarity of the food banks through all the 27 Brazilian federative units. In total, 217 active food banks were identified, and they are managed in four distinct modalities: public food banks, food banks of the Rede Mesa Brasil Sesc, food banks installed in supply centers and food banks of civil society organizations. Most of the Brazilian food banks have commercial establishments as the biggest donor partners, and fruits and vegetables are the most donated items, which will complement the diet of socially vulnerable families and children assisted by social assistance institutions. Food and nutrition education is an important aspect of action of the food banks, and the actions are directed mainly by donor partners, workers and beneficiaries. Finally, in stage 4 the implementation of the Brazilian food banks was diagnosed. It revealed that all the food banks from civil society initiatives, and 98.7% of the food banks of Rede Mesa Brasil Sesc are partially implemented, while 83.3% of the food banks located in supply centers and 68.4% of the public food banks are not implemented. The results also revealed that the worst performances were related to the indicators “articulation with right councils”, “distance to areas of social vulnerability”, “training and previous experience of managers and technicians in food and nutritional safety equipment”, and “satisfaction survey with actors involved and/ or benefited by the units”. In summary, it is concluded that the Brazilian food banks are anchored in achieving the goals of reducing food losses and waste, ensuring food security and performing food and nutrition education actions, but present weaknesses in the national institutionalization of the program.

Keywords: Food Banks; Food Security; Food Losses and Waste; Food and Nutritional Education Actions; Implementation Evaluation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Ceasas	Centrais de Abastecimento
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CAISAN	Câmara Intersetorial/Intersecretarial/Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CGEP	Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação alimentar e nutricional
EPSAN	Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FAURGS	Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul
GFN	<i>The Global FoodBanking Network</i>
IA	Insegurança alimentar
ILPI	Instituição de Longa Permanência de Idosos
IRR	Instituto René Rachou
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MaIND	Mapa de Indicadores
MaPR	Mapa de Processos e Resultados
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Nº	Número
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações não governamentais
OSC	Organizações da sociedade civil
PAA	<i>Food Acquisition Program</i> (Programa de Aquisição de Alimentos)
PDA	Perdas e desperdícios de alimentos
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RBBA	Rede Brasileira de Bancos de Alimentos
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SESC	Serviço Social do Comércio
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Sumário

1	Introdução e Justificativa	14
2	Objetivos	15
2.1	Objetivo Geral	15
2.2	Objetivos Específicos	16
3	Revisão de Literatura	16
4	Metodologia	29
4.1	Etapas Metodológicas	30
4.2	Aspectos Éticos	38
5	Apresentação dos Artigos	39
5.1	Artigo 1 - A lógica da intervenção e os indicadores de monitoramento e avaliação de bancos de alimentos brasileiros	40
5.2	Artigo 2 - Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives	63
5.3	Artigo 3 - Bancos de alimentos brasileiros: como avaliá-los?	91
5.4	Artigo 4 - Bancos de alimentos brasileiros: uma avaliação da implementação	111
6	Conclusão	137
7	Considerações Finais	140
8	Repercussão da Pesquisa	144
9	Referências	145
10	Apêndices	151
11	Anexos	195
11.1	Anexo 1 Parecer Consubstanciado do CEP	196
11.2	Anexo 2 - Brazilian Food Banks: overview and perspectives	201

Apresentação

A presente tese é parte de uma pesquisa técnica, de abrangência nacional, intitulada “Pesquisa de Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos”. O estudo técnico foi realizado pela parceria entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e o Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (IRR – Fiocruz Minas), financiado pela Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos (CGEP) do Ministério da Cidadania (atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), e com apoio do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc) e da WWF-Brasil.

O objetivo desta pesquisa técnica foi mapear e caracterizar bancos de alimentos em funcionamento no Brasil e avaliar os bancos de alimentos públicos, os instalados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), os de iniciativa das organizações da sociedade civil e os de serviços sociais autônomos. Dessa forma, espera-se que ela contribua com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como fortalecer a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA). Espera-se ainda que este trabalho consiga sistematizar e registrar as informações fundamentais para os equipamentos, além de gerar subsídios necessários para a edição de publicações que visem promover o intercâmbio de conhecimento sobre a gestão dos bancos de alimentos e sua relação com os doadores parceiros e entidades assistenciais beneficiárias.

Minha atuação nesta pesquisa técnica foi de idealização, coordenação, delineamento metodológico, construção dos instrumentos de pesquisa, coleta dos dados, análises, produção de relatórios e conteúdos técnicos, além de apresentação e divulgação.

No bojo da “Pesquisa de Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos”, a presente tese pretende aprofundar o olhar sobre a implementação e o funcionamento de bancos de alimentos brasileiros, identificando fragilidades, reconhecendo e valorizando as potencialidades das diversas experiências distribuídas pelo país, e recomendando melhorias para o seu aperfeiçoamento.

Em um cenário em que 125,2 milhões de brasileiras e brasileiros vivem em insegurança alimentar, dos quais 33,1 milhões passam fome (Rede PENNSAN, 2022), os bancos de alimentos, ao arrecadarem doações e distribuírem alimentos em condições seguras e adequadas de consumo, têm, neste momento, sua vocação reforçada para contribuição da agenda nacional da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

1 Introdução e Justificativa

No presente, coexistem dois fenômenos antagônicos: a insegurança alimentar e nutricional e a fome, resultado da incapacidade de acesso aos alimentos; e as perdas e desperdícios de alimentos, que são uma falha para os sistemas alimentares sustentáveis.

Embora estes dois fenômenos sejam consequência de um complexo contexto econômico e social em que, intuitivamente, muitos acreditem que a quantidade de alimento perdido ou desperdiçado poderia alimentar a população em situação de fome no mundo, é imperativo mencionar que não há relação direta entre estas duas expressões. A redução das perdas e desperdícios de alimentos não leva, necessariamente, à redução da fome (CFN, 2017; Morais, Sperandio, Priore, 2020).

Contudo, pela relevância social, estes temas têm ganhado alcance mundial com compromissos assumidos pelos países em acordos internacionais, como o referente à Meta 2.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – de “até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” – e à Meta 12.3 – de “até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita” (Organização das Nações Unidas, 2015).

Com o mesmo objetivo, no Brasil, estratégias e ações vêm sendo desenvolvidas e aprimoradas. Nesse contexto, os bancos de alimentos têm um papel estratégico na reintrodução dos alimentos perdidos ou desperdiçados na cadeia de abastecimento para complementação alimentar de pessoas em situação de fome e/ou de insegurança alimentar (Brasil, 2016; 2020). Outras fontes de arrecadação de alimentos são utilizadas como alternativas para complementação dos estoques operacionais dos bancos de alimentos, como compras públicas institucionais e campanhas solidárias.

Atualmente, há bancos de alimentos em funcionamento em todo o Brasil, sob gestão de distintas instituições e organizações – bancos de alimentos dos entes federados, denominados públicos municipais; aqueles implantados em Centrais de Abastecimento (Ceasas); os de iniciativa das organizações da sociedade civil (OSC); e os dos serviços sociais autônomos.

Até o momento, avaliações técnico-operacionais e pesquisas sobre bancos de alimentos foram realizadas, levantando questionamentos instigantes sobre o objetivo

fundamental, sobre o desenho e a logística desses equipamentos. Os principais desafios identificados pelas avaliações se referem às dimensões de estrutura, processos e resultados e podem ser sintetizados em: garantir que a origem preferencial das doações arrecadadas seja da recuperação de alimentos perdidos e desperdiçados; possuir dispositivos e instrumentos que auxiliem a manutenção e sustentabilidade do processo de arrecadação de doações; garantir estrutura física, transporte, trabalhadores e infraestrutura adequados às operações e compatíveis ao porte da unidade; articular com outros bancos de alimentos e com outros programas afins, sem comprometer a identidade e funcionalidade primordial dos bancos de alimentos (Tribunal de Contas da União, 2005; 2006; 2008; Redes, 2006; Burlandy, 2010; FEC, DataUff, 2011; Tenuta, 2014).

Embora estas avaliações tenham sinalizado relevantes resultados ao programa, as restrições de abrangência territorial e de modalidade de gestão de bancos de alimentos destes estudos apontam para a necessidade de uma pesquisa mais abrangente em vários aspectos. Além disso, conforme apontado por González-Torre e Coque (2016) e por Simmet e cols. (2018), o tema recebeu, até hoje, limitada atenção na literatura acadêmica e profissional, demandando mais estudos que contribuam para seu ciclo de definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação.

O presente estudo propõe a realização de uma investigação sobre a experiência brasileira de bancos de alimentos na expectativa de contribuir com recomendações para seu aperfeiçoamento, com vistas a responder a seguinte pergunta de investigação: “Quais atributos das experiências de bancos de alimentos brasileiros estão potencializados ou fragilizados, podendo impactar no desempenho da garantia da segurança alimentar e nutricional, da redução de perdas e desperdícios de alimentos e da prática da educação alimentar e nutricional?”

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar as experiências em funcionamento, propondo recomendações ao desenho, gestão e práticas operacionais com vistas a potencializar a contribuição para a garantia da segurança alimentar e nutricional, para a redução de perdas e desperdícios de alimentos e para a prática da educação alimentar e nutricional.

2.2 Objetivos Específicos

- Construir uma representação esquemática sobre a lógica da intervenção das experiências brasileiras de bancos de alimentos e propor indicadores para seu monitoramento e avaliação;
- Apresentar uma proposta teórico-metodológica para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros;
- Mapear e descrever o panorama atual dos bancos de alimentos brasileiros em funcionamento;
- Avaliar quais atributos de bancos de alimentos brasileiros estão potencializados ou fragilizados e que podem impactar no desempenho da garantia da segurança alimentar e nutricional, da redução de perdas e desperdícios de alimentos e da prática da educação alimentar e nutricional, e propor recomendações de aprimoramento relacionadas ao arcabouço teórico conceitual do programa, e às práticas de gestão das unidades.

3 Revisão de Literatura

3.1 O estado da arte dos objetivos fundamentais dos bancos de alimentos brasileiros

As definições adotadas, atualmente, para segurança alimentar e nutricional (SAN) ou *food security* estão dispersas em mais de duas centenas, carregando diversas dimensões que procuram refletir diferentes perspectivas da realidade e para aplicação em pesquisas e políticas públicas (World Bank, 1986; Smith, Pointing, Maxwell, 1992; Maxwell, 1996; FAO, 1996; 2003). É realmente desafiador o uso de muitos termos, utilizados de diferentes formas, para representar a natureza do problema social e alimentar. As dimensões que abrangem a segurança alimentar e nutricional – *food security* – exigem um esforço para compreender a sua complexidade que, por vezes, extrapola a questão da construção conceitual.

Um dos conceitos conhecidos de *food security* é:

“uma situação que existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendem às suas necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2001).

Em 2009, a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar agregou uma outra dimensão – estabilidade – como indicador de curto prazo da capacidade dos sistemas alimentares em resistir a desastres naturais ou aqueles causados pelo homem (Food and Agriculture

Organization of the United Nations, 2009). Mais recentemente, Berry *et al.* (2015) propuseram que sustentabilidade fosse adicionada à definição para abranger a dimensão temporal de longo prazo, se aproximando, ainda mais, do atual conceito pactuado no Brasil.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a qual resultou de um processo de pactuação entre governo brasileiro e a sociedade civil, define em seu artigo 3º a SAN como a estratégia que:

“consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006a, art. 3º).

A segurança alimentar e nutricional e a insegurança alimentar são recíprocas e os fatores determinantes para ambas dependem, diretamente, de quais estratégias são adotadas para garantir a segurança alimentar e nutricional e para enfrentar a insegurança alimentar (Peng; Berry, 2019).

Food insecurity ocorre “quando as pessoas não têm acesso físico, social ou econômico adequado aos alimentos”, contrapondo o alcance do que foi definido para *food security* (Middleton *et al.*, 2017).

Do mesmo modo, a insegurança alimentar (IA) é verificada quando as pessoas não possuem garantia quanto ao acesso aos alimentos no futuro, seja em quantidade e/ou qualidade adequados (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

Reconhecer a IA é essencial para compreender e analisar como os eventos sociais ou econômicos podem gerar impacto no acesso da população aos alimentos, haja vista que a violação do direito humano à alimentação adequada (DHAA) está diretamente relacionada às condições de pobreza e à vulnerabilidade (Segall-Corrêa, Marin-Leon, 2009; Burity, 2010; FAO, 2017).

Os dados mais recentes publicados pelo relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World* apontam um aumento progressivo da fome global. No mundo, em 2021, mais de 828 milhões de pessoas (9,8%) foram afetadas pela fome. Na América Latina e no Caribe, no mesmo ano, havia 56,5 milhões de pessoas (8,6%) em estado de subalimentação – condição na qual o consumo alimentar habitual de um indivíduo é insuficiente para fornecer a quantidade de calorias necessárias para manter uma vida normal, ativa e saudável. A prevalência de subalimentação é usada para medir a fome (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2022).

Esses números destacam o imenso desafio global para se alcançar a Meta 2.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As projeções indicam que cerca de 670 milhões de pessoas poderão vivenciar fome em 2030, o que representaria cerca de 8% da população mundial. Trata-se de o mesmo percentual aferido em 2015, ano do início da implementação da Agenda 2030 (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, 2022).

Estudos realizados sobre a situação de insegurança alimentar e de fome no Brasil revelam uma rápida expansão nas prevalências nacionais. Em 2022, 125 milhões de pessoas, i.e., 58,7% da população brasileira, conviviam com a insegurança alimentar em algum grau, dos quais 33 milhões estavam em situação de fome (Rede PENNSAN, 2022).

Nacionalmente, o cenário de fome volta, então, a patamares equivalentes ao ano de 2004. O desmonte por parte do Governo Federal, a partir de 2014, de um importante arcabouço de proteção social, o aprofundamento da crise econômica, o acirramento das desigualdades sociais, somados aos mais de dois anos da pandemia da COVID-19, foram decisivos para a volta do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

As expressões atuais da insegurança alimentar representam particularidades que variam de acordo com um dado contexto histórico e conforme a agenda e forças sociais presentes. Contudo, é necessário trazer à luz que também são estruturadas pela lógica de valorização do capital, em que se reforça o posicionamento liberal do mercado acima dos indivíduos e de suas necessidades (Azevedo, 2022).

A questão da fome está intrinsecamente relacionada à produção e distribuição de monocultivos, à perda de culturas agrícolas brasileiras, aos custos da alimentação e às condições socioeconômicas. A natureza política e econômica da fome revela uma complexidade cuja resolução ultrapassa o equilíbrio da demanda acentuada e da disponibilidade de alimentos. A incapacidade e desigualdade no acesso aos alimentos são os fenômenos que produzem a fome, e não a falta de bens. Pontuar a questão do acesso nos direciona a refletir sobre o significado real e concreto de se garantir a segurança alimentar e nutricional no sentido do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes (Azevedo, 2022; Castro, 1980; Da Fome à Fome, 2021).

“O Direito Humano à Alimentação, que não se esgota na garantia de uma renda perene e acesso ao mercado, só pode ser realizado plenamente quando for ao encontro das necessidades humanas, no sentido de garantir uma alimentação com qualidade e em quantidades suficientes [...] A expropriação desse direito [...] aparta cada vez mais a maior parte da sociedade, em relação a qualquer possível forma de produzir, distribuir, e, inclusive, do que consumir. A comida se apresenta como um ser estranho, alheia a quem a produz. [...] A fome é expressão da questão social, e,

inclusive, é estrutural, ao modo de produção, na medida em que será sempre presente, devido à forma desigual de apropriação da riqueza produzida, mas também na medida que esta tem um papel fundamental na extração de excedente e na realização do valor” (Silva Filho, 2022).

Assim:

“O direito à alimentação adequada é observado quando todo homem, mulher ou criança, seja sozinho ou junto com os outros, tem acesso físico e econômico, em todos os momentos, à alimentação adequada ou a meios para obtê-la. O direito à alimentação adequada não deve ser interpretado, portanto, de forma estrita ou restritiva, equiparando-o a uma quantidade de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá que ser alcançado progressivamente. No entanto, os Estados têm a obrigação elementar de tomar as medidas necessárias para mitigar e aliviar a fome” (ONU, 1999, p. 2).

É urgente a reconstrução de políticas públicas sociais, após um período de governo (2019 – 2022) que reforçou o autoritarismo, a negação de direitos e que agravou a fome.

Nesse período, o Brasil vivenciou inúmeras violações quanto ao respeito ao DHAA; o desmonte das estruturas que apoiavam o avanço da agricultura familiar; a liberação de sementes transgênicas e de agrotóxicos; o desmonte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em especial do dispositivo de participação social, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); a extinção de Ministérios estratégicos na luta pelo DHAA; e cortes via uma política econômica de austeridade fiscal, inclusive nas agendas da SAN (FIAN, 2019).

No que tange as violações à obrigação do Estado de proteger o DHAA, podemos citar: a violação nos entraves às agendas regulatórias de proteção à alimentação saudável; a permissividade e incentivo não-regulado ao agronegócio; e a desproteção das vítimas de violência no campo. Ao deixar de promover ações concretas que garantissem que as pessoas produzissem, comercializassem, consumissem e aproveitassem alimentos adequados e saudáveis, de maneira emancipatória e com dignidade (FIAN, 2019).

Os sistemas alimentares são compostos por subsistemas (a exemplo dos sistemas agrícola, de gestão de resíduos, de fornecimento de insumos, etc.) que, por sua vez, interagem com outros sistemas-chave (sistemas de energia, de comércio, de saúde, dentre outros). Assim, uma mudança estrutural em um subsistema alimentar pode originar-se de uma mudança em outro e, portanto, impactar na sustentabilidade do sistema alimentar como um todo (FAO, 2018).

Considera-se sustentável

“(…) um sistema alimentar que garanta a segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas, de forma que as bases econômicas e sociais e as condições

ambientais que fornecem segurança alimentar e nutrição para as gerações futuras, não sejam colocadas em risco” (HLPE, 2014, p. 12).

A sustentabilidade dos sistemas alimentares é condição para que eles garantam a segurança alimentar e nutricional a curto, médio e longo prazos. As perdas e desperdícios de alimentos (PDA) são muitas vezes relacionadas à sustentabilidade (ou a insustentabilidade) dos sistemas alimentares, seja como resultado ou como causa. Portanto, as PDA dificultam o alcance da meta abrangente de garantir a segurança alimentar sustentável (HLPE, 2014).

Há algumas linhas teóricas que defendem esta relação, com risco de subsumir e interrelacionar insegurança alimentar e PDA e, mais, reforçar o discurso que a fome é, de forma simplista, pela indisponibilidade de alimentos. Um exemplo é o relatório do HLPE (2014), que menciona que os impactos das PDA na segurança alimentar e nutricional são, principalmente, três: i) redução da disponibilidade global e local de alimentos; ii) impacto negativo para os consumidores quanto ao acesso devido ao aumento dos preços dos alimentos ou, para os atores das cadeias, às perdas econômicas; iii) uso insustentável dos recursos naturais dos quais depende a futura produção de alimentos.

As perdas e desperdícios de alimentos fragilizam os sistemas alimentares e geram impactos sociais, econômicos e financeiros, haja vista a magnitude deste fenômeno a nível mundial. Cerca de um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, o que equivale, em média, a 1,3 bilhões de toneladas por ano, representando uma perda econômica anual de US\$ 940 bilhões, e uma emissão de 4,4 gigatoneladas de gases de efeito estufa por ano (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014).

A nível nacional, essa mensuração ainda é imprecisa. Dados brasileiros de perdas e desperdícios de alimentos não estão sistematizados, mas, segundo estimativas de 2014 da FAO, o Brasil está entre as dez nações que mais desperdiçam alimentos no mundo (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014).

Perdas de alimentos são decorrentes de procedimentos inadequados ou pouco eficientes que causam perdas ou danos aos produtos alimentícios nos processos de manipulação, transformação, estocagem, transporte e embalagem (Gustavsson, Cederberg, Sonesson, 2011). Já o desperdício de alimentos refere-se à redução do volume de alimentos destinados exclusivamente à alimentação humana e ocorre na etapa final da cadeia alimentar, ou seja, é um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos (Belik, Cunha, Costa, 2012).

Peixoto e Pinto (2016) e Henz e Porpino (2017) afirmam que o Brasil demorou para despertar para este problema, uma vez que, para além da ausência da informação do quanto e onde se perde ou desperdiça alimentos, a regulamentação também foi muito tardia. Por mais de duas décadas, cerca de 30 projetos de lei relacionados as PDA tramitaram no Congresso brasileiro até que se aprovasse a primeira lei nacional, em 2020.

Embora a Lei 14.016, de 23 de junho de 2020, seja a primeira regulamentação para a doação de excedentes de alimentos não comercializados e ainda próprios para o consumo humano, há que se fazer uma crítica a ela. Seu conteúdo ainda é muito amplo e não traz segurança e proteção ao consumidor dos alimentos doados. Ao mencionar que a doação, em nenhuma hipótese, configurará relação de consumo, fere o Código de Proteção e Defesa do Consumidor ao não reconhecer o receptor/beneficiário como consumidor, tal como o é (Brasil, 2020).

Outro ponto nevrálgico é sobre a qualidade sanitária dos alimentos doados e a fragilidade quanto à responsabilização em caso de atos com dolo por parte dos doadores. Em seu artigo 1º, a lei estabelece como critérios para doações os alimentos que: “I – estejam dentro do prazo de validade e nas condições de conservação especificadas pelo fabricante, quando aplicáveis; II – não tenham comprometidas sua integridade e a segurança sanitária, mesmo que haja danos à sua embalagem; III – tenham mantidas suas propriedades nutricionais e a segurança sanitária, ainda que tenham sofrido dano parcial ou apresentem aspecto comercialmente indesejável”. Ainda, em seu artigo 3º, registra que “o doador e o intermediário somente responderão nas esferas civil e administrativa por danos causados pelos alimentos doados se agirem com dolo”. Tanto em relação aos critérios dos alimentos, quanto a intencionalidade do ato, são limites quase intangíveis, uma vez que não havendo a obrigatoriedade de as agências regulatórias mediando o processo, transfere ao beneficiário a responsabilidade da garantia da qualidade e da identificação da intencionalidade de dano a ele próprio (Brasil, 2020).

Em 2017, a Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil foi publicada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) com o objetivo de coordenar ações direcionadas a prevenir e reduzir as perdas e desperdício de alimentos no Brasil, por meio da gestão mais integrada e intersetorial de iniciativas do governo e da sociedade. A Estratégia orientou ações governamentais pertencentes a eixos da pesquisa e inovação, da comunicação, educação e capacitação, da promoção de políticas públicas, e da legislação (Brasil, 2017).

Até aqui, dois fenômenos foram apresentados e se articulam na medida em que constituem dois dos três objetivos fundamentais dos bancos de alimentos. Como já mencionado, intenta-se tornar clara a relação possível entre fome e PDA – a captação de alimentos aptos ao consumo humano, que estão na eminência de serem perdidos ou desperdiçados por motivos diversos, e que podem ser direcionados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. Os bancos de alimentos se tornaram no Brasil e no mundo, estratégias muito potentes de recuperação e aproveitamento de alimentos, e de abastecimento e complementação alimentar para pessoas em insegurança alimentar.

No Brasil, o terceiro objetivo fundamental dos bancos de alimentos é a realização da educação alimentar e nutricional (EAN). Esse conjunto de atividades se tornou uma importante prática para garantia da segurança alimentar e nutricional na perspectiva da promoção da alimentação adequada e saudável.

Os antecedentes históricos, políticos e sociais da formulação e implantação da prática da educação alimentar e nutricional no Brasil possuem um estreito vínculo com a diversidade de compreensões, de pensamentos, de valores e experiências vivenciadas por profissionais, educadores, técnicos, estudantes e pesquisadores das áreas de alimentação e nutrição (Brasil, 2012).

A educação alimentar, nos primórdios de sua discussão no Brasil (décadas de 40 a 60) esteve vinculada às campanhas de introdução de novos alimentos que não eram usualmente consumidos e às práticas educativas direcionadas às populações de baixa renda, centradas na mudança do comportamento alimentar (Lima, 2000; Santos, 2005). Mais adiante, nas décadas de 70 e 80, a educação alimentar perpassa, inicialmente, por princípios vinculados ao reconhecimento da renda como principal obstáculo para o acesso à alimentação e à suplementação alimentar, cedendo espaço à educação alimentar e nutricional crítica. Esta foi responsável por fundamentar a discussão da fome e esclarecer a população sobre os direitos da cidadania. Na década de 90, a educação alimentar e nutricional participa do movimento vivenciado pela educação em saúde, possibilitando a discussão de promoção de práticas alimentares saudáveis aliada à promoção de modos de vida saudáveis, subsidiando os indivíduos com informações sobre alimentos, alimentação e prevenção de problemas nutricionais que auxiliem na tomada de decisões (Santos, 2005).

Em 1999, a promoção de práticas alimentares saudáveis apareceu com destaque na primeira versão do texto da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Ela integrou e ainda integra os esforços do Estado brasileiro que, por meio de um conjunto de

políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. Por este motivo, pode ser considerada uma das expressões que oficializam a busca de uma nova direção das políticas de alimentação e nutrição (Brasil, 1999; Lima, *et al.* 2003).

No texto de 1999, a EAN esteve prevista de maneira transversal e detalhada na diretriz 4 – “Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis” – na qual “a promoção de práticas alimentares saudáveis, que se inicia com o incentivo ao aleitamento materno, está inserida no contexto da adoção de estilos de vida saudáveis, componente importante da promoção da saúde” (Brasil, 1999, p. 9). Todavia, a EAN ainda assumia uma posição paradoxal quanto à promoção das práticas alimentares saudáveis, pois, ao mesmo tempo em que é apontava-se sua importância estratégica, o seu espaço não se apresentava bem definido. A primeira versão da PNAN reconheceu a EAN como tendo “elementos complexos e até conflituosos” que precisavam ser resolvidos (Santos, 2005).

Em 2003, é implementado o Programa Fome Zero, como estratégia do governo federal para assegurar o direito humano à alimentação à população. Ele se caracteriza como um marco importante na trajetória das políticas de alimentação e nutrição, corroborando as proposições da promoção de práticas alimentares saudáveis da PNAN. Como consequência, observou-se um progressivo aumento de ações de EAN nas iniciativas públicas (Brasil, 2012).

Nesse ínterim, no cenário internacional, o lançamento da Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), reforçou a agenda de promoção da alimentação saudável em geral e da EAN em particular, ao preconizar práticas alimentares saudáveis aliadas à prática de atividade física, além de estratégias efetivas para reduzir os riscos e a incidência das doenças não transmissíveis (Brasil, 2012; Santos, 2005; WHO, 2004).

Em 2011, uma atualização da PNAN foi instituída, a partir de processo participativo, e trouxe a EAN, de maneira transversal, em todas as diretrizes. A diretriz 1 – “Organização da Atenção Nutricional” – prevê a EAN enquanto integrante das ações de promoção, prevenção e tratamento. Na diretriz 2 – “Promoção da Alimentação Adequada e Saudável” – a EAN está contextualizada em um dos campos de ação da promoção da saúde. Já na diretriz 9 – “Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional” – a EAN se revela interligada às estratégias descritas em outras diretrizes, i.e., de regulação de alimentos, de incentivo à criação de ambientes institucionais promotores de alimentação adequada e saudável, é pilar para a promoção da alimentação adequada e saudável. A atual versão da

PNAN também recomenda a elaboração e a pactuação de uma agenda integrada e intersetorial de EAN (Brasil, 2012; 2013).

É neste cenário de complexidade do sistema alimentar, da multideterminação do comportamento alimentar e de práticas de alimentação, bem como da demanda por ações públicas significativas, coordenadas, eficazes e participativas que, em 2012, foi publicado o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, a fim de promover um campo comum de reflexão e orientação da prática de Educação Alimentar e Nutricional (Brasil, 2012).

“Educação Alimentar e Nutricional (EAN), no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.” (Brasil, 2012, p. 23).

Enquanto política pública, a EAN pode ocorrer em diversos campos de prática, ou seja, em diferentes níveis de gestão, e nas diferentes áreas e equipamentos públicos pertencentes a saúde, assistência social, educação, agricultura/desenvolvimento agrário, abastecimento, meio ambiente, esporte e lazer, trabalho, cultura e segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2012). Na SAN, destacam-se os bancos de alimentos enquanto espaços de realização de EAN, configurando e fortalecendo seu terceiro objetivo do tripé de sua atuação.

3.2 Histórico do surgimento de bancos de alimentos no Brasil e no mundo

Com a primeira experiência na década de 60, em Phoenix, Arizona, Estados Unidos da América (EUA), os bancos de alimentos se tornaram, no Brasil e no mundo uma representativa estratégia e resposta à insegurança alimentar. Essa experiência pioneira que alcançou o mundo tinha como ideia original conectar alimentos excedentes e sem valor comercial com as necessidades da população em vulnerabilidade social e alimentar (Feeding America, 2020a; Riches, 2002). Não há consenso na literatura, mas algumas pesquisas indicam que esse banco de alimentos original era indiscutivelmente dirigido pela oferta de alimentos, e não uma resposta concreta à demanda da população (Parker, 2019).

Em 60 anos de história e atuação, os bancos de alimentos ganharam uma escala global, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Existem bancos de alimentos em

funcionamento em todos os continentes, muitos deles organizados e articulados em grandes redes internacionais, regionais e nacionais (Figura 1).

FIGURA 1 – Redes internacionais, regionais e nacionais de bancos de alimentos, 2020.



Fonte: Adaptado pela autora de The Global Foodbanking Network, 2020a.

Não há uma definição única que traduza o que são e como operam os bancos de alimentos em todo o mundo, até porque essa atuação é múltipla, diversa. De todo modo, geralmente, os bancos de alimentos são de iniciativa da sociedade civil, sem fins lucrativos, e possuem um *modus operandi* comum ao coletar, armazenar e distribuir alimentos às pessoas em vulnerabilidade (Feeding America, 2020b). Segundo a *The Global FoodBanking Network* (GFN) (2020b), que atua em 34 países, articulando 943 unidades, os bancos de alimentos coletam alimentos excedentes e os entregam às pessoas que mais precisam, envolvendo todos os setores da sociedade (governos, empresas e sociedade civil) no processo. Os bancos de alimentos recebem doações provenientes de fazendas, indústrias, distribuidores, lojas e consumidores, disponibilizando-os para os vulnerabilizados, por meio de uma rede de agências comunitárias. São beneficiários: programas de alimentação escolar, despensas de alimentos, sopões, hospitais, clínicas de reabilitação, programas de contraturno escolar, assim como outros programas sem fins lucrativos que forneçam comida às pessoas em insegurança alimentar.

Os países apresentam diversidade nos modelos implementados: no Canadá, o apoio governamental facilita e incentiva as doações de alimentos; já nos Estados Unidos e países da Europa, o governo disponibiliza recursos financeiros para compra de alimentos que complementam as doações (Curtis, McClellan, 1995; Tarasuk, 2014; Li *et al.*, 2014, Middleton *et al.*, 2017; Gharehyakheh, Sadeghiamirshahidi, 2018).

No Brasil, a experiência pioneira de banco de alimentos chegou-nos com mais de três décadas de atraso em relação às experiências pioneiras.

O primeiro banco de alimentos brasileiro foi inaugurado em 1994, por iniciativa do Serviço Social do Comércio (Sesc), chamado Mesa São Paulo, na capital do estado de São Paulo, espelhado no modelo dos Estados Unidos (Belik, 2004; Sesc, 2014).

No ano seguinte, a ONG Banco de Alimentos foi implantada como uma primeira iniciativa mobilizada pela sociedade civil, também na capital do Estado de São Paulo (Belik, 2004; ONG Banco de Alimentos, 2018). Em 2000, o Mesa São Paulo se converteu no Programa Mesa Brasil Sesc e ganhou dimensão nacional, estando, atualmente, presente e atuante em todos os estados. Também em 2000, o Banco Municipal de Alimentos de Santo André, São Paulo, constituiu-se na primeira experiência de iniciativa e gestão públicas (Belik, 2004).

No mesmo ano, um banco de alimentos no Rio Grande do Sul foi criado por um coletivo de empresas privadas. Em três anos, outras unidades foram implantadas, criando, em 2010, a precursora em experiência em rede, a Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul (Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, 2020).

As iniciativas acima apresentadas se espelharam, inicialmente, em formatos de bancos de alimentos estrangeiros, já que grande parte deles surgiram impulsionados pela mobilização da sociedade civil. No entanto, a partir de 2003, o Programa Estratégia Fome Zero (depois, nominado Estratégia Fome Zero) foi progressivamente incorporando os bancos de alimentos às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, integrando-os às ações que articulam acesso aos alimentos (Brasil, 2006b).

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apoiou a implantação de bancos de alimentos em estados, no Distrito Federal e em municípios, bem como nas Centrais de Abastecimento. A iniciativa cobria: financiamento para elaboração de projetos básicos de arquitetura e engenharia, execução de obras e instalações, e aquisição de equipamentos, materiais permanentes e materiais de consumo. Esse incentivo buscava viabilizar o

abastecimento alimentar e o combate às perdas e desperdícios nos sistemas agroalimentares urbanos e metropolitanos em todo o território nacional (Brasil, 2011; 2012).

Os bancos de alimentos passaram a compor os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) criados com o objetivo de prestar serviços de apoio ao Direito Humano à Alimentação Adequada, em linha com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), i.e., promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável e para o abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados (Brasil, 2010; Fagundes *et al.*, 2022).

A partir de 2014, ocorreu um corte significativo no orçamento do Governo Federal destinado aos programas da SAN. Dessa forma, a descentralização de recursos para a construção e manutenção de novas unidades de EPSAN, inclusive de bancos de alimentos, se tornou escassa, culminando em uma desmobilização e fechamento de unidades públicas distribuídas no país (FIAN, 2019).

3.3 Conceitos, definições e desdobramentos para os bancos de alimentos brasileiros

A criação e a ampliação dos bancos de alimentos brasileiros se deram por diferentes vias e estímulos, partindo de iniciativas e interpretações solitárias de cada uma das instituições idealizadoras sobre as experiências internacionais. No entanto, tal como os equipamentos estrangeiros, as experiências no Brasil possuem características comuns em relação aos seus objetivos fundamentais, às formas de operar, estando refletidos na definição dada pela Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016, que instituiu a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA):

“Bancos de alimentos são estruturas físicas e/ou logísticas que ofertam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos e que são direcionados às instituições públicas ou privadas caracterizadas como prestadoras de serviço de assistência social, de proteção e defesa civil, unidades de ensino e de justiça, estabelecimentos de saúde e demais unidades de alimentação e nutrição” (Brasil, 2016).

Tal Portaria foi substituída pelo Decreto 10.490, de 17 de setembro de 2020, que trata da (re)instituição da RBBA e de seu Comitê Gestor. O conceito acima descrito se mantém no Decreto, com alterações na descrição do público beneficiário, a saber: I – instituições públicas ou privadas prestadoras de serviços de assistência social, de proteção e de defesa civil; II – instituições de ensino; III – unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes;

IV – penitenciárias, cadeias públicas e unidades de internação; V – estabelecimentos de saúde; e VI – outras unidades de alimentação e de nutrição.

Os bancos de alimentos estão orientados por três objetivos fundamentais: 1. Combate às perdas e desperdícios de alimentos, por meio da reintrodução desses alimentos na cadeia de abastecimento; 2. Garantia da segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de contribuir para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável da população beneficiária; e; 3. Realização de ações de educação alimentar e nutricional, com vistas a qualificar a agenda de promoção da alimentação adequada e saudável (Brasil, 2016). Este tripé orientador possibilita a integração de esforços para contribuir para a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira.

De modo geral, os alimentos prestes a serem perdidos ou desperdiçados ao longo da cadeia de produção e abastecimento são resgatados pelo banco de alimentos de modo a serem reintroduzidos no sistema alimentar. Os equipamentos buscam os alimentos perdidos na produção, por meio da articulação com a agricultura familiar ou com médios e grandes agricultores; no transporte, a partir da coleta de alimentos apreendidos ou acidentados; nas Centrais de Abastecimentos; no atacado e varejo, acessando supermercados, sacolões, padarias, dentre outros; nas redes de bancos de alimentos existentes e atuantes; e nas indústrias de alimentos. As equipes também articulam campanhas solidárias e compram alimentos via programas de compras institucionais como alternativa para complementação dos estoques operacionais (Tenuta, 2014).

Após o recebimento das doações, os alimentos captados passam por seleção, classificação, higienização, porcionamento, embalagem e depois são distribuídos a instituições sociais, complementando a alimentação do público beneficiário com produtos em condições seguras para o consumo, visando a garantia da qualidade nutricional (Brasil, 2019).

As instituições sociais comumente cadastradas são: Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI), creches, comunidades terapêuticas, abrigos e albergues, escolas e outras. Para o atendimento a famílias e indivíduos em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, os alimentos são, geralmente, repassados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, através delas, são encaminhados ao usuário final (Tenuta, 2014).

Auditorias e avaliações técnicas são realizadas visando avaliar o Programa Banco de Alimentos com o intuito de verificar a atuação da gestão pública, destacando-se as auditorias e monitoramentos realizados pelo Tribunal de Contas da União (Tribunal de Contas da União, 2005; 2006; 2008). Duas avaliações de iniciativa governamentais também foram feitas: a

primeira avaliação do Programa Banco de Alimentos, com mapeamento e caracterização dos equipamentos exclusivamente governamentais (REDES, 2006); e segunda avaliação do Programa Banco de Alimentos, analisando implantação e gestão das unidades governamentais (FEC, DataUff, 2011). Uma outra avaliação de escopo científico foi realizada, analisando estrutura, processos e resultados dos bancos de alimentos mineiros (Tenuta, 2014). Cabe mencionar que todos estes estudos técnico-científicos mencionados foram direcionados à modalidade governamental, de gestão pública, e com restrições de abrangência territorial.

A produção de pesquisas, para a geração de informação e conhecimento, constitui elemento básico e sistematizado para a tomada de decisão no âmbito técnico e político para qualquer política, programa ou ação pública (Brasil, 2014).

Apesar de se ter acumulado um rico acervo de materiais sobre bancos de alimentos, é necessária uma política continuada de investigação sobre bancos de alimentos no Brasil e no mundo. Essas análises podem contribuir para aprimorar a gestão e a prática operacional dos equipamentos.

Passados nove anos desde última avaliação, entende-se ser necessária uma pesquisa para avaliação e análise da experiência brasileira de bancos de alimentos com vistas a fornecer elementos que contribuam para o aumento da responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade desses equipamentos. Para além disso, ressalta-se a necessidade de se ampliar a avaliação para além dos bancos de alimentos públicos, incluindo na investigação os equipamentos sob gestões privadas e de iniciativa da sociedade civil.

Por fim, o desafio será a produção de informação e conhecimento mais específicos, customizados e passíveis de serem aplicados aos bancos de alimentos brasileiros enquanto uma contribuição ao seu desenho, gestão e operações, cujos objetivos em termos de política pública seriam: redução de perdas e desperdícios de alimentos, aumento da segurança alimentar e nutricional e educação alimentar e nutricional.

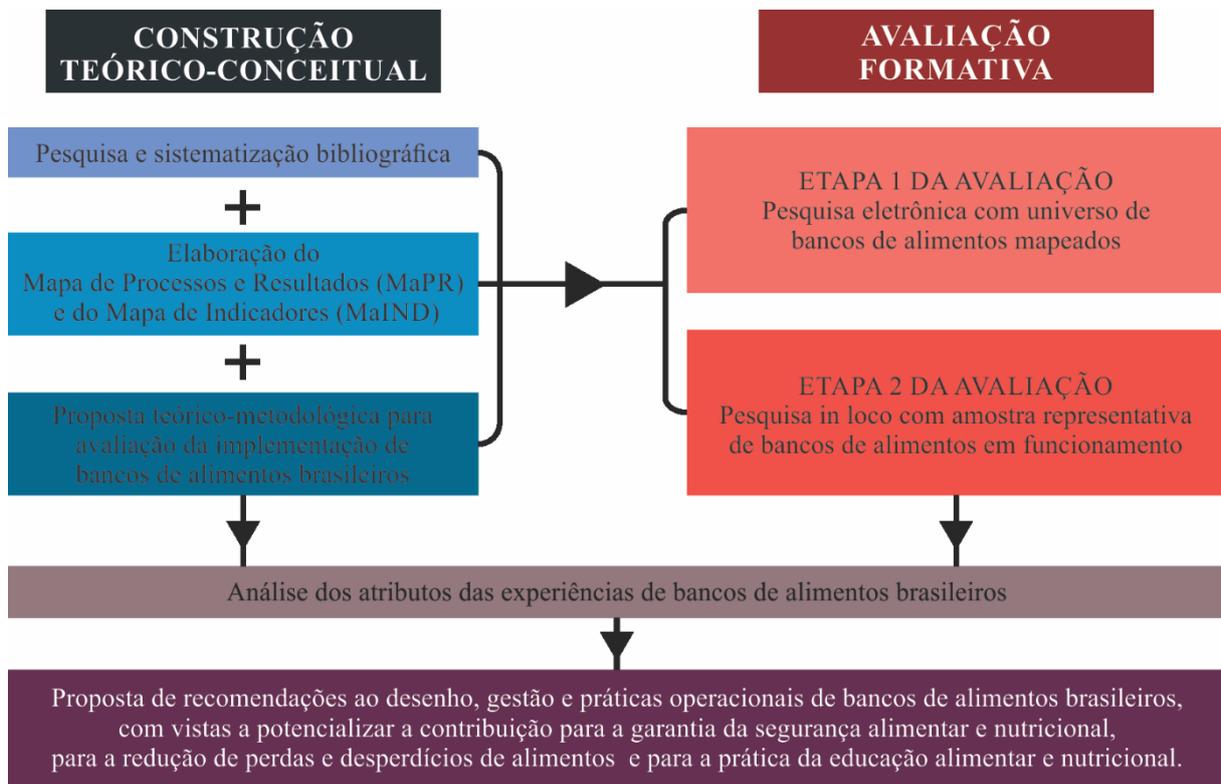
4 Metodologia

A presente pesquisa foi realizada no curso de uma ampla pesquisa avaliativa executiva, de natureza formativa, apoiada pelo atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (antigo Ministério da Cidadania), de modo a contribuir com o fortalecimento e integração da atuação dos bancos de alimentos por meio da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.

4.1 Etapas Metodológicas

Para fins dessa Tese, a figura 2 sistematiza a metodologia que serve a este trabalho e que está detalhadamente apresentada na sequência.

FIGURA 2 – Sistematização da metodologia da pesquisa.



4.1.1 Construção Teórico-Conceitual

Pesquisa e sistematização bibliográfica

Para a construção do arcabouço teórico-conceitual de apoio à pesquisa, foi realizada uma pesquisa e sistematização bibliográfica.

Inicialmente, realizou-se uma busca sistemática nas bases eletrônicas de dados Google Acadêmico, Google, ScieLO, Lilacs, Medline, PubMed e ScienceDirect. Para além destas buscas, buscas específicas voltadas à literatura cinza foram incluídas no acervo da revisão bibliográfica a partir das referências de publicações encontradas. Não foi utilizado como critério de exclusão os estudos o ano de publicação. Os descritores empregados na busca foram “banco de alimentos” e “bancos de alimentos”, do mesmo modo com seus respectivos

termos em inglês (*food bank, food banks*), espanhol (*banco de alimentos, bancos de alimentos*) e francês (*banque alimentaire, banques alimentaires*).

Nessa revisão, incluíram-se artigos originais, monografias, dissertações e teses, livros, cartilhas, normativas, manuais e sumários executivos, de cunho nacional e internacional.

Os documentos foram lidos e serviram de suporte para a construção dos instrumentos de coleta de dados (APÊNDICE), para apoiar a elaboração do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) e do Mapa de Indicadores (MaIND), assim como todas as reflexões e contribuições trazidas nessa tese.

Elaboração do Mapa de Processos e Resultados e do Mapa de Indicadores

Para a organização do substrato teórico que fundamenta as experiências brasileiras de bancos de alimentos, foi construído um Mapa de Processos e Resultados para representar, esquematicamente, a narrativa sintética do funcionamento dos bancos de alimentos, do seu contexto de operação, de como seus diversos componentes-insumos, processos e produtos se alinham para produzir os resultados desejados, e das condições para que isso se concretize.

A apresentação do MaPR está dada em um diagrama esquemático contendo os componentes internos e efeitos esperados de um banco de alimentos, na perspectiva de se traçar sua lógica operacional. No diagrama, estão descritos os recursos, atividades, produtos, resultados e impactos da atuação dos equipamentos (Jannuzzi, 2016). Ao ilustrar quais são os processos-chave e as atividades críticas das operações cotidianas, foi possível apontar quais processos e componentes comporiam o painel de avaliação dos bancos de alimentos brasileiros, resultando na elaboração do Mapa de Indicadores.

O MaPR e o MaIND estão apresentados no Artigo 1 dessa Tese, intitulado *A lógica da intervenção e os indicadores de monitoramento e avaliação de bancos de alimentos brasileiros*.

4.1.2 Avaliação formativa de bancos de alimentos brasileiros

Trata-se de uma avaliação formativa de bancos de alimentos brasileiros em funcionamento, de caráter observacional, natureza exploratória e corte transversal. Segundo a tipologia de avaliação de programas, trata-se de uma avaliação *ex-post*, externa, utilizando a metodologia de Avaliação de Implementação, também denominada de Avaliação de Processos (Brasil, 2018).

A Avaliação de Implementação objetiva avaliar se dada política ou programa é executado conforme o seu desenho, identificando se as conexões entre os insumos, os processos e os produtos estão condizentes com o esperado, ou mesmo se podem ser aprimorados. Esse tipo de avaliação contempla o levantamento e a descrição dos diferentes processos envolvidos na execução da política ou programa, necessários para a transformação dos insumos nos produtos a serem entregues para a sociedade. Especificamente, os objetivos dessa avaliação são: 1) verificar a correspondência do executado com o que está pactuado, ou seja, verificar se a execução está ocorrendo conforme o desenho; e 2) definir subprocessos que não estão regulamentados no nível macro do desenho da política ou do programa (Brasil, 2018).

A Avaliação de Implementação, pelo seu formato e pelo que ela permite alcançar, atende ao objetivo da presente pesquisa, uma vez que desvela quais as potencialidades e fragilidades postas, quais processos contribuem para se obter o produto esperado e, ainda, em que circunstâncias isso ocorre, oportunizando a elaboração de sugestões de melhorias ou de aprimoramentos aos bancos de alimentos brasileiros.

A realização da avaliação foi dividida em duas etapas principais, descritas a seguir.

Etapa 1 da avaliação

Pesquisa de abordagem quantitativa descritiva, realizada com o universo de bancos de alimentos do país, com o objetivo de mapear os equipamentos em funcionamento e levantar informações sobre contexto, estrutura, processo e resultados.

Inicialmente, para levantamento e delineamento do universo de bancos de alimentos em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, foram sistematizadas informações da Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos do antigo Ministério da Cidadania com o apoio de dados da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, do Departamento Nacional do Sesc, além de informações de dados gerais e contatos resultantes de uma exaustiva busca ativa pelos equipamentos existentes e em funcionamento no país. Após essa sistematização, foi possível mapear e definir o universo de bancos de alimentos a ser pesquisado ($n = 233$).

Considerando a modalidade de gestão, os bancos de alimentos foram agrupados segundo a tipologia definida pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (Brasil, 2016):

a) bancos de alimentos dos entes federados (no mapeamento, houve apenas ocorrência de unidades sob gestão de prefeituras municipais, sendo chamados, no âmbito deste trabalho, de bancos de alimentos públicos municipais);

b) bancos de alimentos das Centrais de Abastecimento;
 c) bancos de alimentos das organizações da sociedade civil; e
 d) bancos de alimentos dos serviços sociais autônomos (no mapeamento, houve apenas ocorrência de unidades sob gestão do Serviço Social do Comércio, pertencente à Rede Mesa Brasil).

Assim, foram mapeados 105 bancos de alimentos públicos municipais, 90 da Rede Mesa Brasil Sesc, 28 das organizações da sociedade civil e 10 das Centrais de Abastecimento.

Para a construção do instrumento de coleta de dados desta etapa, utilizou-se a fundamentação da proposta da tríade de Donabedian (1980), sistematizada em variáveis de avaliação referentes às dimensões de estrutura, processo, resultado, adaptadas aos conceitos dos bancos de alimentos por Tenuta (2014) e apresentadas no quadro 1.

QUADRO 1 – Abordagem multidimensional de Donabedian (1980) adaptada aos conceitos dos bancos de alimentos.

Dimensão	Aplicação em serviços de saúde VARIÁVEIS DE AVALIAÇÃO	Adaptação para bancos de alimentos VARIÁVEIS DE AVALIAÇÃO
ESTRUTURA	Características relativamente estáveis do provedor de serviços, tais como instrumentos, recursos, estruturas físicas e organizacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caracterização do equipamento; 2. Processos/histórico de implantação e modernização; 3. Recursos humanos; 4. Estrutura física; 5. Estrutura operacional; 6. Gestão do equipamento.
PROCESSO	Atividades e procedimentos realizados pelos profissionais envolvidos no cuidado dos beneficiários	<ol style="list-style-type: none"> 1. Captação e perfil de doadores parceiros; 2. Perfil das instituições beneficiárias; 3. Critérios para cadastro das instituições; 4. Dinâmica de operacionalização e de doações; 5. Prestação de contas; 6. Articulação em rede; 7. Intersetorialidade.
RESULTADO	Mudanças verificadas no estado de saúde dos beneficiários, que possam ser imputadas à intervenção realizada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atividades educativas; 2. Abastecimento e segurança alimentar e nutricional; 3. Avaliação de resultados.

As variáveis de avaliação adaptadas para bancos de alimentos orientaram a construção das perguntas de um questionário semiestruturado. A avaliação da validade e confiabilidade do conteúdo contou com a colaboração de gestores e técnicos de seis bancos de alimentos. Após as contribuições dos representantes das unidades visitadas, o instrumento foi revisado, gerando a versão final do questionário da Etapa 1 da avaliação, com 69 perguntas (APÊNDICE). A máscara da versão final do questionário eletrônico exploratório semiestruturado foi confeccionada na ferramenta Google Forms®.

Foi incluído no instrumento um texto inicial, apresentando a pesquisa, apoiadores e os executores, os objetivos, além de ressaltar a importância da participação para o cenário de atuação dos bancos de alimentos no país. Outras informações sobre o preenchimento, prazos para participação e o contato dos responsáveis pela pesquisa também foram adicionadas. O consentimento para participação foi solicitado no início do próprio questionário, utilizando as opções de resposta “SIM” e “NÃO” para o seguinte texto: “Você aceita participar da Pesquisa de "Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos"? (Pergunta obrigatória) e o conteúdo completo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado por um link no próprio instrumento (APÊNDICE).

Para a coleta de dados do universo nacional dos bancos de alimentos, foi enviado, no dia 20 de dezembro de 2018, via e-mail institucional (pesquisabancosdealimentos@ufvjm.edu.br), o questionário auto preenchível aos gestores e/ou responsáveis técnicos de todos os bancos de alimentos registrados no banco de dados de contatos da pesquisa (n = 233).

Visando a adesão dos responsáveis pelos equipamentos à Etapa 1 da pesquisa, foram realizados sistemáticos contatos telefônicos e por e-mail de 20 dezembro de 2018 a 15 de março de 2019.

A análise quantitativa dos dados foi realizada por meio de estatísticas descritivas simples.

Os resultados e análises da Etapa 1 da avaliação estão descritos e publicados no Artigo 2 dessa Tese, intitulado *Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives* (Tenuta *et al.*, 2021).

Proposta teórico-metodológica para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros

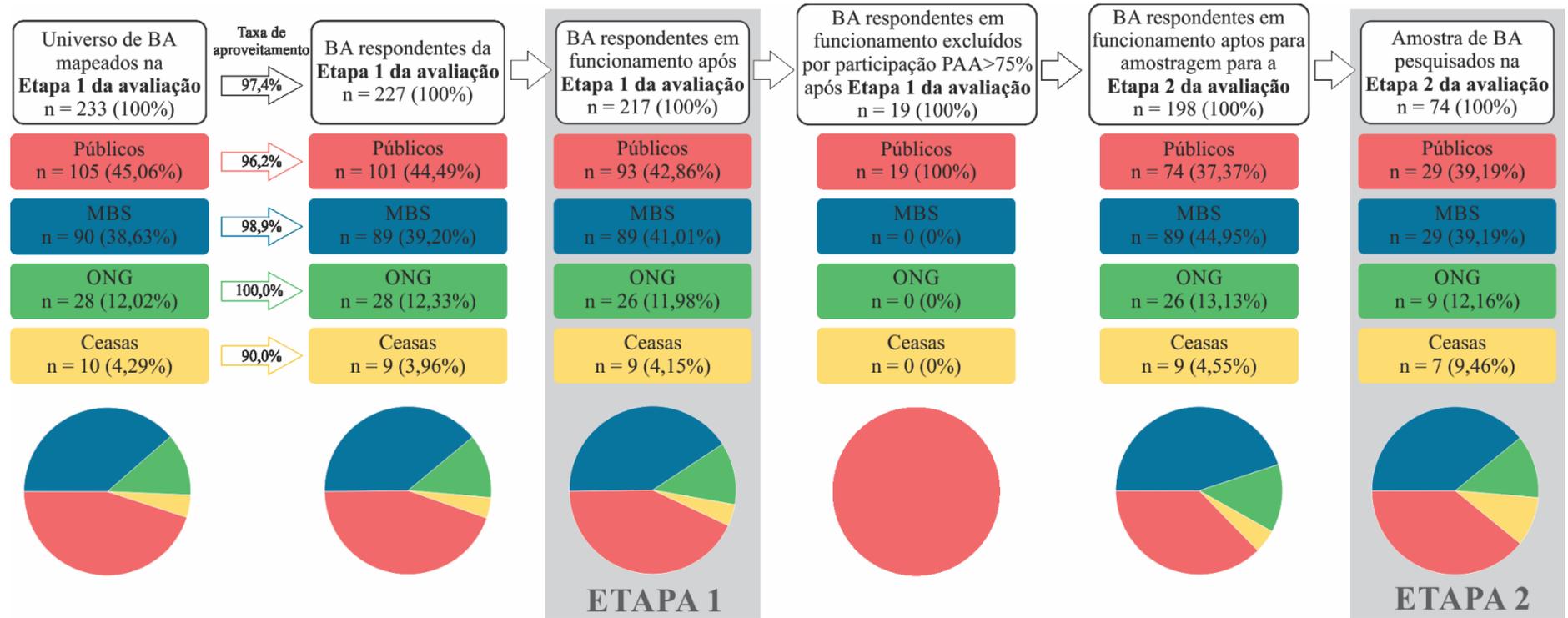
Para contribuição ao aparato teórico que apoia a avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros, foi elaborada uma proposta de metodologia, apresentando o percurso metodológico, os instrumentos de coleta de dados e os planos de avaliação. A etapa 2 da avaliação, descrita a seguir, foi baseada na proposta da avaliação da implementação que, por sua vez, está apresentada no Artigo 3 dessa Tese, intitulado *Bancos de alimentos brasileiros: como avaliá-los?*.

Etapa 2 da avaliação

Pesquisa de abordagem qualitativa, realizada com uma amostra intencional de bancos de alimentos, desenhada observando as modalidades de gestão por estado, com o objetivo de detalhar informações sobre contexto, estrutura, processo e resultados das diversas experiências em funcionamento.

A figura 3 demonstra, em números absolutos e relativos, a lógica amostral que norteou a construção da amostra intencional de bancos de alimentos pesquisados na Etapa 2.

FIGURA 3 – Amostragem da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

Na primeira estratificação, foi escolhida uma amostra mínima composta por um banco de alimentos de cada modalidade de gestão existente em cada estado, garantindo a inclusão de bancos de alimentos na capital e em municípios não capital – quando havia mais de um banco de alimentos em municípios não capital, no mesmo estado, foi realizado sorteio.

Na segunda estratificação, foram selecionados outros bancos de alimentos de modo a aproximar a proporção de bancos de alimentos das quatro modalidades de gestão da amostra àquela observada no universo.

Uma limitação encontrada pela pesquisa durante a amostragem foi que, quando os bancos de alimentos não puderam ser incluídos no estudo (por estarem com atividades paralisadas ou pelos representantes não estarem disponíveis para as entrevistas), em alguns casos não foi possível substituí-los por outra unidade por não haver banco de alimentos da mesma modalidade de gestão na mesma localidade. Assim, a proporção da amostragem final foi o mais próximo possível do universo mapeado. De modo detalhado, durante o agendamento das visitas *in loco*, 15 unidades não puderam ser incluídas na pesquisa (10 públicas, quatro de iniciativa da sociedade civil e um de Ceasa), alcançando uma amostra de bancos de alimentos de 25,3% do universo nacional. A amostra final para a Etapa 2 da avaliação alcançou um $n = 59$.

Para a construção do instrumento de coleta de dados desta etapa, utilizou-se a mesma fundamentação da proposta da tríade de Donabedian (1980), sistematizada em variáveis de avaliação referentes às dimensões de estrutura, processo, resultado, adaptadas aos conceitos dos bancos de alimentos por Tenuta (2014), no entanto, com focos diferenciados e níveis maiores de detalhamento para a investigação que não foram possíveis de serem coletados por meio de instrumento eletrônico por necessitarem da condução do pesquisador *in loco* (estrutura física, por exemplo).

As variáveis de avaliação adaptadas para bancos de alimentos orientaram a construção das perguntas de um questionário semiestruturado. A avaliação da validade e confiabilidade do conteúdo contou com a colaboração de gestores e técnicos de cinco bancos de alimentos e de cinco especialistas da área. Após as contribuições dos representantes das unidades visitadas e dos especialistas, o instrumento foi revisado, gerando a versão final do questionário da Etapa 2, com 200 perguntas (APÊNDICE).

No período de 18 de agosto de 2019 a 31 de janeiro de 2020, os questionários foram aplicados *in loco* em 54 bancos de alimentos, por meio de entrevistas com gestores e

responsáveis técnicos, por duas pesquisadoras. Em função das medidas de contenção da transmissão da COVID-19, a equipe da pesquisa suspendeu as visitas *in loco* e realizou as cinco entrevistas restantes por vídeo chamada, podendo ter gerado algum viés na investigação dessas unidades.

Os representantes dos bancos de alimentos participantes da Etapa 2 da avaliação, ao aceitarem participar voluntariamente, assinaram o TCLE (APÊNDICE).

A avaliação da implementação foi ancorada na proposta metodológica desenhada para bancos de alimentos brasileiros. A análise quantitativa dos dados foi realizada por meio de estatísticas descritivas simples.

Os resultados e análises da Etapa 2 da avaliação, assim como as recomendações ao desenho, gestão e operações dos bancos de alimentos brasileiros, estão descritos no Artigo 4 dessa Tese, intitulado *Bancos de alimentos brasileiros: uma avaliação da implementação*.

4.2 Aspectos Éticos

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFVJM, sob o número 84581318.0.0000.5108, sendo analisado e aprovado sob o parecer nº 2.633.526 (ANEXO). Os dados são de uso exclusivo do projeto, garantindo-se total sigilo das informações e confidencialidade, não permitindo identificação de indivíduos.

Para a participação na pesquisa, foi solicitada a autorização dos participantes mediante apresentação do TCLE de participação (APÊNDICE). Neste termo, estão descritas as medidas de confidencialidade, como preservação de nomes e formas de utilização dos dados. Para os indivíduos que participaram da primeira etapa, respondendo ao questionário *on-line*, o TCLE constituiu a página inicial do questionário, sendo necessário assinalar a opção “SIM” para que o participante fosse, então, direcionado para a página seguinte contendo as questões referentes aos bancos de alimentos. Aos indivíduos que participaram da segunda etapa, de entrevista, o TCLE foi apresentado em duas vias, sendo que, após as explicações necessárias, era solicitada a assinatura em ambas as vias por aqueles que aceitassem participar da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu os requisitos da Resolução CNS 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde do Brasil, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Brasil, 2012).

5 Apresentação dos Artigos

Como resultados dessa Tese, foram elaborados quatro artigos científicos, cada um atendendo a um dos objetivos específicos propostos.

O primeiro artigo, *A lógica da intervenção e os indicadores de monitoramento e avaliação de bancos de alimentos brasileiros*, está submetido à Revista NAU Social.

O segundo artigo, *Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives*, foi publicado na revista *International Journal of Environmental Research and Public Health*, em 29 de novembro de 2021 (ANEXO), que é classificada como A1, no ranking de revistas científicas da CAPES.

- TENUTA, N., BARROS, T., TEIXEIRA, R. A., & PAES-SOUSA, R. Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 23, p. 12598, 2021.

O terceiro artigo, *Bancos de alimentos brasileiros: como avaliá-los?*, será submetido à Revista Ciência e Saúde Coletiva.

O quarto artigo, *Bancos de alimentos brasileiros: uma avaliação da implementação*, será traduzido e submetido à Revista *Food Security*.

O primeiro e segundo artigos estão formatados nas normas das revistas e os demais nas normas do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz.

5.1 Artigo 1

A lógica da intervenção e os indicadores de monitoramento e avaliação de bancos de alimentos brasileiros

The intervention logic and the monitoring and evaluation indicators of Brazilian food banks

Natalia Tenuta¹, Romero Alves Teixeira², Rômulo Paes-Sousa¹

1 Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (IRR-Fiocruz Minas), Belo Horizonte 30190-002, Brasil; Correspondência: nataliatenuta@gmail.com

2 Departamento de Nutrição, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina 39100-000, Brasil

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um mapa de processos e resultados dos bancos de alimentos brasileiros e propor um conjunto de indicadores para seu monitoramento e avaliação. A pesquisa realizada baseou-se no acervo teórico dos conceitos e técnicas de monitoramento e avaliação de programas sociais e no conteúdo técnico disponível para os bancos de alimentos nacionais. Para elaboração do nosso trabalho, os percursos metodológicos escolhidos partiram da abordagem qualitativa, recorrendo a análise documental e entrevistas semi-estruturadas com diversos atores dos bancos de alimentos, etapas que serviram para identificar seus principais componentes, descrever sua intervenção social e, por fim, construir o painel de indicadores. Foram identificados os objetivos dos bancos de alimentos, os contextos e recursos necessários para seu funcionamento, sua dinâmica e seus produtos, resultados e impactos esperados. A partir dessas informações, a lógica dos bancos de alimentos foi sintetizada em um Mapa de Processos e Resultados, que apoiou a proposta de um Mapa de Indicadores. Com essa proposta de mapas, descrevemos os bancos de alimentos brasileiros a partir de seus principais componentes, podendo orientar a elaboração de planos viáveis de avaliação e monitoramento para verificação do seu desempenho enquanto estratégia para a segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chaves: Bancos de Alimentos; Teoria da Mudança; Monitoramento e Avaliação.

Abstract

This paper aims to present a map of processes and results of the Brazilian food banks, and to propose a set of indicators for their monitoring and evaluation. Our research grounds on up-to-date theoretical concepts and on modern techniques for monitoring and evaluating social programs, taking into account the available technical content about the Brazilian food banks. The applied methodology started from a qualitative approach, using document analysis and semi-structured interviews with different actors, were used to identify the main components of the food banks, describe their social intervention and ultimately to build the panel of indicators. The fundamental objectives of the Brazilian food banks, the context and resources necessary for their operation, their dynamics and their expected products, results and impacts were identified. Based on this information, the logic behind the Brazilian food banks was synthesized in a Map of Processes and Results, which supported the proposal of a Map of Indicators. By using this maps approach, we were able to describe Brazilian food banks based on their main components, a result that could guide the elaboration of viable plans for the evaluation and monitoring of food banks, to verify their performance as a Food Security strategy.

Keywords: Food Banks; Theory of Change; Monitoring and Evaluation

1. Introdução

O conceito de bancos de alimentos brasileiros está em constante construção e continua sendo forjado à medida que evoluem as reflexões acerca de seus objetivos fundamentais, modalidades operacionais e de gestão existentes, e de como os processos estão sendo construídos e operacionalizados nas diversas experiências distribuídas no país.

O decreto que (re)instituiu a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos define bancos de alimentos como:

(...) estruturas físicas ou logísticas que ofertam o serviço de captação ou de recepção e de distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores público ou privado a: I - instituições públicas ou privadas prestadoras de serviços de assistência social, de proteção e de defesa civil; II - instituições de ensino; III - unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes; IV - penitenciárias, cadeias públicas e unidades de internação; V - estabelecimentos de saúde; e VI - outras unidades de alimentação e de nutrição. (...) As estruturas logísticas (...) consistem em metodologias do tipo colheita urbana, que se caracterizam pela coleta e pela entrega imediata dos alimentos doados, sem a necessidade de local físico para armazenagem. (Brasil, Art. 1º, § 1º e 2º, 2020).

No Brasil, nas últimas três décadas, os bancos de alimentos contribuíram expressivamente para recuperação de alimentos, para complementação de cardápios de instituições socioassistenciais e de famílias em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, e para promoção da saúde e de hábitos alimentares saudáveis.

O entendimento do desenho operacional e de gestão dos bancos de alimentos brasileiros é diverso, mas todas as experiências existentes atuam para mitigar problemáticas sociais resultantes de um sistema de produção, distribuição e consumo desigual e injusto (Machado, Oliveira, Mendes, 2016).

O mapeamento feito por Tenuta e cols. (2021) identificou 217 unidades de bancos de alimentos em funcionamento no país, pertencentes a quatro modalidades de gestão: I) públicos municipais; II) da Rede Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio (Sesc); III) das Centrais de Abastecimento; e IV) das Organizações da Sociedade Civil. As unidades mapeadas operam nas modalidades Convencional e/ou Colheita Urbana.

A história de atuação desses equipamentos está marcada por um importante progresso impulsionado por investimentos em políticas sociais de abastecimento, de garantia de direitos e de combate à fome (Takagi, 2006; Tenuta, 2014). Até 2012, os bancos de alimentos tiveram acesso a editais anuais de financiamento para implantação e modernização das suas estruturas, além de contarem com outros investimentos públicos e privados para suas operações (Brasil, 2005; 2006; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b; 2009; 2010; 2011; 2012a; 2012b; Santarelli, Burity *et al.* 2019). A partir de 2014, recessões econômicas e cortes no orçamento trouxeram implicações negativas para os programas da segurança alimentar e nutricional, uma vez que a austeridade fiscal gerou uma queda de 84,6% no orçamento federal desta agenda (Souza, Barros, Barreto *et al.*, 2019). Já a partir de 2018, o aprofundamento de políticas neoliberais resultou em um drástico desmonte do sistema que contemplava políticas sociais inclusivas e promotoras da segurança alimentar e nutricional, inaugurado pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Nesses meandros, os bancos de alimentos foram impactados pela recessão de recursos, além de desmobilizados pela deterioração das políticas do atual Ministério da Cidadania (Santarelli, Burity *et al.* 2017; 2019).

A trajetória dos bancos de alimentos no Brasil também conta com uma escassa literatura que ancore e norteie suas operações. Documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre o tema abordam estrutura, processos e resultados das ações, mas há uma lacuna ainda

maior sobre publicações que tratem da avaliação e monitoramento dos bancos de alimentos (Garcia *et al.*, 2021). Assim, novos materiais e estudos sobre essas dimensões apoiarão a grande rede nacional de bancos de alimentos em atuação no país.

Este artigo tem como objetivo apresentar um Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para representar, esquematicamente, a narrativa de associação e causalidade dos recursos, atividades e produtos do programa para mitigação do problema social originário. Objetiva, também, propor o Mapa de Indicadores (MaIND) para avaliação e monitoramento articulados aos elementos do MaPR apresentado.

2. Metodologia

Para a elaboração das propostas do MaPR e do MaIND, este trabalho utilizou a pesquisa documental para melhor compreender a teoria que embasa os bancos de alimentos brasileiros. Foram realizadas consultas a normativas e documentos técnicos produzidos por órgãos públicos e instituições privadas gestoras de bancos de alimentos e, também, a pesquisas e estudos acadêmicos sobre o tema.

Para busca dos documentos, utilizou-se os termos “banco\$ de alimentos” e “*food bank\$*” na ferramenta de busca do Google® e na página virtual do atual Ministério da Cidadania e da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Foram selecionados documentos de 2003, início das experiências brasileiras de bancos de alimentos, até os dias atuais. Além dos documentos encontrados, também foram utilizados o acervo pessoal dos autores deste manuscrito.

Foram selecionados 30 documentos para apoiar a construção do MaPR e do MaIND, conforme Tabela 1. Os documentos localizados e incluídos no estudo são aqueles produzidos pelo Governo Federal e o Ministério da Cidadania (já nomeado por Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário), voltados aos bancos de alimentos públicos e uma ocorrência àqueles instalados em Ceasas; pelo Serviço Social do Comércio, voltados às unidades da Rede Mesa Brasil Sesc; pela Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, destinados aos bancos de alimentos de iniciativa da sociedade civil sob tutela desta Rede; e pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, disponíveis a todas as unidades em funcionamento no país, independente da modalidade de gestão. Foram localizados documentos internos de dois bancos de alimentos de

organização não governamental. Não houve ocorrência de documentos específicos para unidades de Ceasas.

TABELA 1. Lista de documentos selecionados para apoio à construção do Mapa de Processos e Resultados e do Mapa de Indicadores para bancos de alimentos brasileiros.

Nome do documento	Tipo do documento e instituição/órgão responsável/autor(a)	Ano de publicação
Edital nº 02 - Programa Acesso à Alimentação - Projeto Banco de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2005
Programa Acesso à Alimentação - Banco de Alimentos	Documento Técnico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2006
Edital SESAN/MDS nº 04/2006 - Seleção Pública de Propostas para Implantação de Bancos de Alimentos - Programa Acesso à Alimentação	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2006
Modelo de Regimento Interno do Banco de Alimentos	Documento orientador Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul	2007
Roteiro de Implantação para Bancos de Alimentos	Documento Técnico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2007
Edital SESAN/MDS nº 04/2007 - Seleção de Propostas para Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias)	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2007
Edital SESAN/MDS nº 15/2007 - Seleção Pública de Propostas para Implantação, Modernização e Ampliação da Funcionalidade de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2007
Edital MDS/SESAN nº 04/2008 - Seleção Pública de Propostas para Implantação e Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2008
Edital MDS/SESAN nº 14/2008 - Seleção Pública de Propostas para Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2008
Edital MDS/SESAN nº 05/2009 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2009
Edital MDS/SESAN nº 02/2011 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2011
Edital MDS/SESAN nº 05/2012 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos em Centrais de Abastecimento	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2012
Edital MDS/SESAN nº 06/2012 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Modernização de Equipamentos Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos - Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias E Bancos De Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2012
Análise Tridimensional dos Bancos de Alimentos Públicos de Minas Gerais, Brasil	Natalia Tenuta	2014
Estatuto Social - Associação Prato Cheio	Normativa da Associação Prato Cheio	2016
Guia do Programa Mesa Brasil Sesc	Documento Técnico do Serviço Social do Comércio (Sesc)	2016
Portaria nº 17, de 14 de abril de 2014 - Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2016
Portaria nº 303, de 8 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos e dá outras providências	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2016
Retificação da Portaria nº 303, de 8 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos e dá outras providências	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2016
Instrução Normativa nº 01, de 15 de maio de 2017 - Dispõe sobre a adesão dos Bancos de Alimentos à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2017
Edital MDS/SESAN nº 01/2018 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social	2018
Guia de avaliação de alimentos doados aos Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social	2018
Estatuto do Banco de Alimentos - Associação Civil	Normativa da ONG Banco de Alimentos	2018
Guia de boas práticas para Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério da Cidadania	2019
Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério da Cidadania	2020

Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020 - Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos	Normativa da Presidência da República	2020
Indicadores de resultados e desempenho em cadeias de suprimentos humanitárias: Uma sistematização para bancos de alimentos	Alcione Pereira Silva	2020
Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives	Natalia Tenuta, Thaís Barros, Romero Alves Teixeira e Rômulo Paes-Sousa	2021
Como criar um Banco de Alimentos	Documento orientador Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul	Não especificado
Modelo de Estatuto Social para Bancos de Alimentos	Documento orientador Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul	Não especificado

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Adicionalmente à pesquisa documental, também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com gestores e técnicos de 59 bancos de alimentos distribuídos em 26 estados e Distrito Federal, e pertencentes às quatro modalidades de gestão mapeadas por Tenuta e cols. (2021). As entrevistas possibilitaram a identificação de potencialidades e desafios na gestão e operacionalização dos bancos de alimentos, além de incorporar experiências, conhecimentos e convicções dos entrevistados, fornecendo elementos importantes à construção do MaPR.

Para a construção das propostas de MaPR e de MaIND de bancos de alimentos brasileiros, foram utilizadas as referências em modelagem de programas propostas por Jannuzzi (2016). Segundo este autor, o intuito do MaPR é produzir uma narrativa sintética do funcionamento dos bancos de alimentos, do seu contexto de operação, de como seus diversos componentes-insumos, processos e produtos se alinham para produzir os resultados desejados, e das condições para que isso se concretize. Ao descrever os processos-chave e as atividades críticas nas operações diárias, o instrumento aponta, então, os processos e componentes que devem ter indicadores para compor o painel de avaliação e monitoramento do programa. Nessa perspectiva, ao apresentar esquematicamente o programa e seus componentes, o MaPR evidencia os possíveis “objetos de estudo”, traduzidos nos indicadores-chave para avaliação e monitoramento explicitados no MaIND (Jannuzzi, 2016).

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sob o CAAE 84581318.0.0000.5108, parecer 3.125.150. Os participantes da Pesquisa, ao aceitarem participar voluntariamente, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), confeccionado e oferecido pelos pesquisadores.

3. Resultados e discussão

As propostas de MaPR e de MaIND foram elaboradas de modo a contemplar as quatro modalidades de gestão e as duas modalidades operacionais mapeadas por Tenuta e cols. (2021).

A Figura 1 apresenta o MaPR para bancos de alimentos brasileiros, sem distinção quanto à sua possibilidade de localização. Ancorado na proposta de Jannuzzi (2016), o MaPR apresenta: I) recursos; II) atividades; III) produtos; IV) resultados; e V) impactos. O contexto de operação, público-alvo e pressupostos adicionais são sub-dimensões incluídas no Mapa.

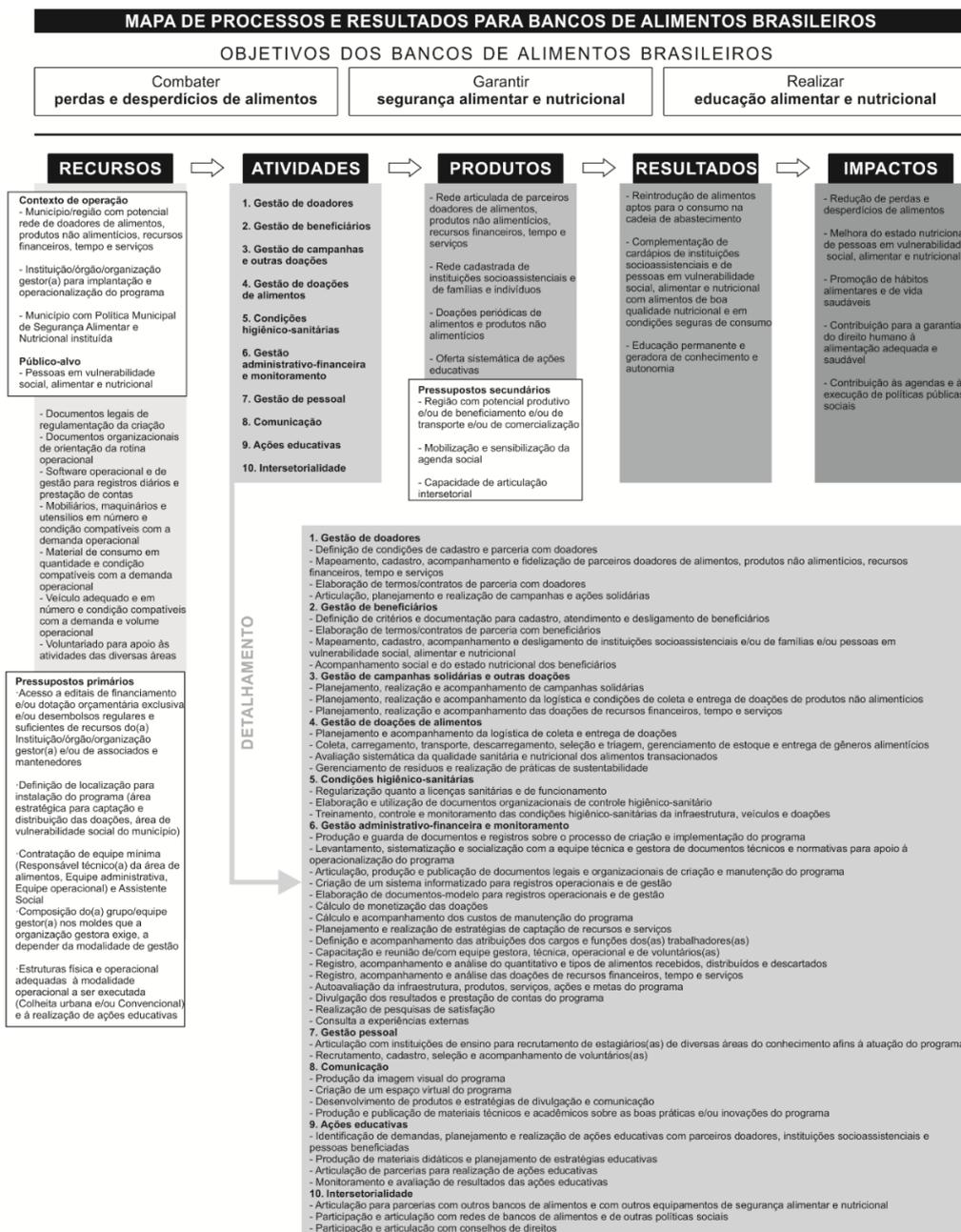


Figura 1. Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para Bancos de Alimentos Brasileiros.

Embora esta proposta de Jannuzzi (2016) não represente os objetivos do programa no modelo de narrativa proposto, por opção dos autores, os objetivos fundamentais dos bancos de alimentos brasileiros também foram incorporados ao MaPR. Entendendo que um programa é um conjunto de ações que irão produzir efeitos específicos, é basal e crucial responder à seguinte pergunta: A que esse programa serve? As análises realizadas nos documentos que ancoram a atuação das unidades no país e as reflexões a partir das entrevistas com gestores e técnicos demonstraram que a resposta à essa pergunta não é consenso.

A reflexão feita é que o conceito dado pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (Brasil, 2016; 2020), assim como o conteúdo de alguns dos documentos estudados, não mencionam a origem preferencial dos alimentos que abastecerão os bancos de alimentos. Os alimentos oriundos de perdas e desperdícios, vindos de qualquer etapa da cadeia de produção e abastecimento, devem constituir, se não o todo, a maior parte dos estoques operacionais da unidade, justamente pela função social de resgate de alimentos em condições seguras e adequadas para consumo humano que os bancos de alimentos têm. As experiências internacionais nas quais as práticas brasileiras afirmam ter se apoiado recorrem a excedentes de alimentos, dando-os outro destino que não o desperdício (Belik, 2004). A Instrução Normativa nº 01, de 15 de maio de 2017, deixava claro que, para aderir à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, era necessário:

“(...) demonstrar que as operações de doação eram desenvolvidas, em sua totalidade, com alimentos captados para o combate ao desperdício. Ou, quando o equipamento executar dois ou mais programas no mesmo espaço físico, demonstrar que possuem, no mínimo, 25% do total de alimentos de arrecadação e distribuição, oriundos de desperdício, podendo também receber alimentos de outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, desde que esses não ultrapassem 75% do total captado” (Brasil, Art. 1º, Parágrafo III, 2016).

A referida Instrução Normativa não está mais disponível nas páginas oficiais do Governo Federal, indicando que foi cancelada após a (re)criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos pelo Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020. Assim, a composição dos estoques operacionais dos bancos de alimentos que aderem à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos não compete mais ao crivo desta Rede.

Quanto ao objetivo de garantia da segurança alimentar e nutricional, todos os materiais analisados definem pessoas em situação de fome e insegurança alimentar como o público a ser beneficiado pelos programas. A quebra do compromisso com a realização progressiva e integral dos direitos sociais básicos, incluindo a alimentação, fez com que a fome se ampliasse para uma parcela ainda muito mais expressiva da população. Retornamos ao

cenário da década de 1990, em que mais da metade (58,7%) dos domicílios brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar, tornando ainda mais urgente que a pauta do direito humano à alimentação adequada volte a ter engajamento do estado brasileiro (Rede PENSSAN, 2022). Os bancos de alimentos têm papel crucial e estratégico nessa agenda, contribuindo para o abastecimento alimentar local e o acesso facilitado a alimentos de qualidade.

Sobre a realização da educação alimentar e nutricional, os documentos são enfáticos nesta defesa. As ações educativas são o terceiro pilar de atuação dos bancos de alimentos e promovem saúde por meio da alimentação adequada e saudável.

Definido os objetivos, para que qualquer programa seja implementado e inicie suas atividades, é necessário que o contexto de operação esteja bem delimitado e que haja esforços e mobilização para priorização desta conjuntura no sentido da relevância política para o programa. Considerando os objetivos fundamentais dos bancos de alimentos brasileiros, é necessário que as redes de parceiros doadores e de beneficiários existentes na localidade da unidade justifiquem e subsidiem a criação e manutenção do programa. A mobilização de parcerias com atores pertencentes a todas as etapas da cadeia de produção e abastecimento de alimentos, assim como com instituições da rede de proteção social, constitui um eixo norteador e estratégico dos bancos de alimentos. O Guia Operacional e de Gestão de Bancos de Alimentos aponta a potencialidade de arrecadação de alimentos nas etapas de produção, manuseio e transporte, beneficiamento, comercialização e distribuição, assim como em domicílios e restaurantes (Brasil, 2020). A relação com instituições/entidades/organizações, famílias e pessoas também é descrita pelo documento com vistas a identificar e reconhecer o público a ser assistido para que o atendimento seja voltado, de fato, ao público prioritário. Essa dimensão dialoga diretamente com a definição de público-alvo dos bancos de alimentos e com o objetivo de garantia da segurança alimentar e nutricional, compreendendo que todas as ações e serviços deverão ser direcionados para mitigar a problemática social de fome e insegurança alimentar de pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituída no município que sedia o banco de alimentos, enquanto outra dimensão de contexto de operação, garante articulação institucional, perenidade e elementos políticos, físicos e financeiros à sua execução. A política pública de segurança alimentar e nutricional é um conjunto de ações

planejadas e priorizadas dentro do orçamento público. Nela, são disponibilizados e distribuídos bens e serviços que atendam as demandas da população quanto ao direito humano à alimentação adequada. Nos editais federais de apoio à implantação e modernização de bancos de alimentos, a capacidade de gestão e integração das políticas de desenvolvimento social e combate à fome foi um indicador importante de pontuação, seleção e priorização das propostas enviadas pelos municípios para pleitear o repasse de recursos federais. Embora esses editais fossem direcionados apenas a bancos de alimentos públicos e com uma única ocorrência voltada a unidades de Ceasas, esse contexto da política pública contribuiu estrategicamente para outras modalidades de gestão por ser um componente do desenvolvimento integrado e sustentável para assegurar a segurança alimentar e nutricional da população (Brasil, 2005; 2006; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b; 2009; 2010; 2011; 2012a; 2012b; 2018).

Os pressupostos primários de financiamento, critérios para localização da unidade, equipe mínima, composição do(a) grupo/equipe gestor(a) e infraestrutura adequada à modalidade operacional a ser executada são condições adicionais e necessárias para o bom funcionamento do programa e sua sustentabilidade a médio e longo prazos.

Para as quatro modalidades de gestão, há financiamentos distintos possíveis, que devem ser regulares e suficientes para manter o programa em operação, sem interrupções. Os recursos financeiros podem ser oriundos de editais de financiamento, dotação orçamentária exclusiva, repasse de instituição/órgão/organização gestor(a), e/ou de associados e mantenedores. Além destes, é possível que os bancos de alimentos recebam doações em dinheiro e façam economia de seus recursos ao receberem doações de tempo e serviços (Sesc, 2016; Brasil, 2020).

Para instalação de um banco de alimentos, critérios sobre a localização e a condição do imóvel são relevantes para o processo decisório. O Guia do Programa Mesa Brasil Sesc descreve que um diagnóstico situacional deve ser observado antes da implantação de uma nova unidade do Programa Mesa Brasil (MBS), incluindo um mapeamento das instituições socioassistenciais, dos potenciais parceiros doadores e voluntários, e parâmetros de localização geográfica que interferirão na logística de distribuição dos gêneros (Sesc, 2016). Os editais federais de financiamento, até o momento, apoiaram apenas unidades que foram instaladas ou já estavam implantadas em imóvel próprio da gestão, não havendo possibilidade de investimento em imóveis de terceiros (Brasil, 2005; 2006; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b;

2009; 2010; 2011; 2012a; 2012b; 2018). Tenuta (2014) afirma que a localização é fator primordial para uma boa logística, e estar instalado em região próxima à rede socioassistencial é positivo para o atendimento às instituições beneficiárias. Neste estudo com bancos de alimentos públicos, embora 30% dos respondentes tenham afirmado que as unidades estavam localizadas em regiões com alto nível de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, esta característica não foi o motivo decisório para instalação dos bancos de alimentos nos locais onde estavam funcionando à época das visitas. Todos os entrevistados responderam que a escolha se deu pela disponibilidade para locação do imóvel, ou pela condição de propriedade do imóvel, como é exigido pelos editais. Mesmo havendo respostas sobre a proximidade a áreas de captação de alimentos, a hipótese da autora é que a disponibilidade de espaço tenha sido o fator determinante para escolha do endereço.

Entende-se como equipe mínima a composição de colaboradores necessária para o ideal funcionamento de um banco de alimentos. A Instrução Normativa nº 01 (Brasil, 2016) era o principal documento legal que norteava quais profissionais deveriam atuar nas unidades que aderissem à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Na inexistência desta diretriz, o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos caracteriza-se como uma orientação aos(as) gestores(as) sobre este quesito, indicando responsável técnico (da área de alimentos), equipe administrativa e equipe operacional como essenciais ao quadro de colaboradores (Brasil, 2020). O Guia do Programa Mesa Brasil Sesc complementa este quadro, apontando o(a) Assistente Social e Coordenador(a) como profissionais fundamentais ao funcionamento da unidade e, ainda, diferencia a composição entre as equipes de unidades de capitais e aquelas instaladas no interior e, também, entre unidades que operam na modalidade colheita urbana e convencional (Sesc, 2016).

Costa e cols. (2014) avaliaram seis bancos de alimentos mineiros de diversas modalidades de gestão e todos eles contavam com, pelo menos, um nutricionista, um auxiliar administrativo, encarregados de operações e motorista, e, apenas a metade deles tinha assistente social na equipe. A maioria não tinha coordenador(a) e, nestes casos, o(a) nutricionista realizava esta função. Tenuta (2014) encontrou outro cenário em um estudo realizado no mesmo estado que avaliou apenas bancos de alimentos públicos. De 10 unidades visitadas, 70% tinham coordenador(a), 60% nutricionista/responsável técnico e 10% tinham assistente social. Além da composição mínima, é necessário avaliar a suficiência quanto ao número de colaboradores, considerando o atendimento, ou não, das demandas e atividades das

unidades. A segunda Pesquisa Nacional de Bancos de Alimentos, que avaliou bancos de alimentos públicos em funcionamento, identificou que, em 72% das unidades, o número de trabalhadores era insuficiente (Brasil, 2011).

Além da equipe mínima, os bancos de alimentos de iniciativa da sociedade civil possuem grupo gestor, ou outra denominação registrada em estatuto social, com funções deliberativas e consultivas relacionadas à execução e administração das unidades. Cada grupo gestor possui uma conformação e atribuições distintas, mas todos com o objetivo comum de contribuir efetivamente, de maneira relevante e constante, dos mais diversos modos, para consecução dos fins sociais dos bancos de alimentos.

A depender da modalidade operacional a ser executada, a unidade demanda de uma infraestrutura distinta, mas que seja adequada e compatível aos objetivos e atividades. Pelo *modus operandi* descrito por Tenuta e cols. (2021), a unidade que opera a modalidade convencional possui sede em imóvel e deve dispor de edificação, instalações, equipamentos e utensílios para serviços administrativos e operacionais como, no mínimo, triagem, armazenamento, porcionamento e distribuição dos alimentos para doação aos beneficiários, podendo dispor, também, de espaço e equipagem para processamento e beneficiamento dos alimentos. A unidade que opera colheita urbana possui sede em imóvel apenas para a realização de atividades administrativas, podendo, também, dispor de espaço para atividades educativas e armazenamento seco e sob temperatura controlada, nos casos em que unidades optam por ter um estoque mínimo (Sesc, 2016; Brasil, 2019; 2020). A mesma unidade pode operar as duas modalidades simultaneamente e, para isso, basta observar se a estrutura física e operacional permite. Além dos setores essenciais para o funcionamento, ao planejar a construção ou reforma da unidade, é necessário observar se o fluxo de entrada e saída dos alimentos e de colaboradores é contínuo, sem cruzamentos e possibilidades de contaminação (Brasil, 2007; Tenuta, 2014). Há também que se atentar ao grau de perecibilidade das doações transacionadas e verificar se a infraestrutura está equipada para o manuseio e armazenamento dos produtos (Brasil, 2019). O veículo para transporte de alimentos deve ser exclusivo, compatível ao quantitativo e ao grau de perecibilidade dos alimentos transportados e que esteja de acordo com as normas de vigilância sanitária federal (Brasil, 2019; 2020). Para além das atividades operacionais de transação de alimentos, a infraestrutura para a realização de ações educativas também deve ser dimensionada para o ideal funcionamento da unidade.

Salas de treinamento, cozinha experimental, hortas, são exemplos de espaços de promoção da prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.

As atividades a serem desenvolvidas nos bancos de alimentos estão agrupadas em dez temáticas. I) Gestão de doadores agrupa atividades relacionadas às condições e formatos da parceria da unidade com os doadores; II) Gestão de beneficiários descreve as condições do atendimento dos beneficiários pela unidade e as formas como o atendimento pode se concretizar e ser acompanhado; III) Gestão de doações lista as atividades referentes a campanhas solidárias, ao recebimento de doações de produtos não alimentícios (material de limpeza e higiene pessoal; roupas de cama, mesa e banho; vestuários; utensílios domésticos; dentre outros), de recursos financeiros (saldo em cartões, vale-alimentação, plataformas de doações, transferência de recursos oriundos de parcerias nacionais ou parcerias regionais/locais, dentre outros), de tempo (voluntários/as) e serviços (serviços gráficos, de logística e comunicação, e combustível, dentre outros); IV) Gestão de doações de gêneros alimentícios lista as práticas relacionadas aos procedimentos operacionais envolvidos com os processos de coleta, transação, manipulação, armazenamento e cessão de gêneros alimentícios; V) Condições higiênico-sanitárias contemplam as práticas operacionais da unidade para a segurança dos procedimentos de manipulação e dos alimentos doados, assim como os documentos organizacionais que orientam práticas (Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados); VI) Gestão administrativo-financeira e monitoramento aborda os mecanismos e estratégias de gestão administrativa e financeira da unidade, bem como os procedimentos de controle interno, análise, avaliação e monitoramento das ações e serviços; VII) Gestão pessoal descreve atividades da relação da unidades com seus(suas) colaboradores(as); VIII) Comunicação descreve as práticas relacionadas à projeção da unidade para a comunidade por meio das estratégias e canais de comunicação; IX) Ações educativas contemplam atividades da atuação da unidade para treinar, capacitar, informar, empoderar diversos atores sobre distintas temáticas da segurança alimentar e nutricional, da alimentação adequada e saudável, dentre outras; X) Intersetorialidade lista ações sobre as relações da unidade com outros setores e atores que dialoguem e façam parte do seu contexto de atuação.

Os pressupostos secundários são condições para que as atividades garantam a infraestrutura adequada e efetivem os compromissos institucionais, fazendo com que os produtos se concretizem (Jannuzzi, 2016).

Para que os bancos de alimentos alcancem uma rede articulada de parceiros doadores de alimentos, de produtos não alimentícios, de recursos financeiros, tempo e serviços, as unidades precisam estar implantadas em uma região que permita isso, ou seja, que seja uma região com potencial produtivo e/ou de beneficiamento e/ou de transporte e/ou de comercialização. Por se tratar de organizações que promovem segurança alimentar e nutricional, os bancos de alimentos devem buscar doações de alimentos saudáveis, que irão complementar os cardápios das instituições garantindo alimentação adequada e saudável. O estudo técnico de Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil lança luz à necessidade de se compreender as dinâmicas sociais e territoriais que influenciam o acesso aos alimentos, principalmente aos alimentos saudáveis (Brasil, 2019). Ao se espelharem nessa metodologia, é possível que os bancos de alimentos mapeiem e identifiquem onde os atores e outros estabelecimentos de alimentos estão distribuídos espacialmente, articulando uma rede organizada de parceiros doadores de alimentos promotores de saúde. O Guia do Programa Mesa Brasil Sesc (Sesc, 2017) e o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos (Brasil, 2020) diferenciam os parceiros em sistemáticos – aqueles que possuem certa regularidade de doações, com agenda e logística de coleta pré-estabelecidas, e em eventuais – aqueles que doam eventualmente, sem regularidade definida.

Para constituir uma rede cadastrada de instituições beneficiárias, as unidades precisam mobilizar e sensibilizar toda a rede socioassistencial que, junto aos entes federativos (órgãos gestores) e os conselhos de assistência social, formam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, outros setores e conselhos de direito afins também devem ser envolvidos de modo a prestarem apoio e assistência à relação das instituições com os bancos de alimentos (Brasil, 2020). O Guia do Programa Mesa Brasil Sesc (Sesc, 2017) e o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos (Brasil, 2020) classificam as instituições beneficiárias por modalidade, chamando-as de instituições sociais – aquelas que recebem doações de gêneros alimentícios e/ou outros produtos para a produção das refeições no próprio espaço físico, e de mediadoras – aquelas que recebem doações de gêneros alimentícios e/ou outros produtos para que sejam distribuídos às famílias e pessoas. Há também a classificação por frequência, em que instituições sistemáticas são aquelas que recebem doações com frequência regular de atendimento, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal, e instituições eventuais são as que recebem doações sem regularidade de atendimento.

Estabelecidas as redes de parceiros doadores e de instituições e outros beneficiários, é possível que os bancos de alimentos viabilizem doações periódicas de alimentos e de produtos não alimentícios. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) menciona a consecução da segurança alimentar e nutricional baseada no acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente (Brasil, 2006). Os bancos de alimentos possuem papel complementar na produção dos cardápios ofertados nas instituições, uma vez que seus estoques não são suficientes para atender a totalidade das necessidades, nem em quantidade, nem em variedade. Apesar disso, em observância à garantia da segurança alimentar e nutricional dos beneficiários, o ideal é mapear as demandas, em volume (quilos) e quanto aos tipos de alimentos mais aceitos, de modo a atender todos, com, pelo menos, parte do quantitativo necessário. Essa perspectiva aproxima os bancos de alimentos do que é considerado equidade no atendimento (Brasil, 2020).

Os bancos de alimentos, assim como outros equipamentos sociais, possuem vocação para compartilhar conhecimentos, de forma transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional. A oferta sistemática de ações educativas é mais um produto da atuação das unidades com potencial socioeducativo na ressignificação das práticas cotidianas. Para além das ações voltadas à prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, outras temáticas podem ser trabalhadas nas ações de educação alimentar e nutricional com parceiros doadores, colaboradores(as) e funcionários, e instituições e famílias beneficiárias de modo a incentivar o desenvolvimento de capacidades para que possam gerir sua própria saúde e hábitos de vida (Sesc, 2017; Brasil, 2020). Ao que parece, a incorporação das ações educativas tem se consolidado nas rotinas dos bancos de alimentos. Na primeira Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos, em 2006, ficou constatado que 60,9% das unidades conveniadas com o Governo Federal e 90,6% das não conveniadas realizavam ações educativas com algum público (Redes, 2006). Embora a segunda Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos não mencione a proporção de bancos de alimentos que realizam ações educativas, faz-se referência ao desenvolvimento de ações de educação e orientação às instituições no estímulo a uma alimentação saudável (FEC, DataUFF, 2011). No mapeamento de Tenuta e cols. (2021) fica claro que as ações de educação alimentar e nutricional integram a prática diária dos bancos de alimentos de todas as modalidades de gestão e são voltadas, prioritariamente, aos(às) colaboradores(as) e instituições beneficiárias.

Estando delimitados os objetivos dos bancos de alimentos brasileiros, ficam mais claros os resultados esperados da sua atuação, já que Jannuzzi (2016) afirma que os resultados são os efeitos mais associados aos objetivos do programa. Espera-se, então, que: A reintrodução de alimentos aptos para o consumo na cadeia de abastecimento contribua para o combate às perdas e desperdícios de alimentos; A complementação de cardápios de instituições socioassistenciais e de pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional com alimentos de boa qualidade nutricional e em condições seguras de consumo contribua para a garantia da segurança alimentar e nutricional; A educação permanente e geradora de conhecimento e autonomia contribua para a realização da educação alimentar e nutricional enquanto uma prática para promoção do autocuidado do viver saudável.

Os impactos são os efeitos, de médio e longo prazos, nas pessoas beneficiárias e na sociedade. Espera-se que a atuação dos bancos de alimentos reduza perdas e desperdícios de alimentos, melhore o estado nutricional de pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, promova hábitos alimentares e de vida saudáveis, contribua para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, e para as agendas e execução de políticas públicas sociais.

Estabelecidos os elementos de implantação e execução dos bancos de alimentos brasileiros no MaPR, parte-se para a proposta de um painel de informação que apoie o monitoramento e/ou avaliação das ações e entregas do programa.

A Figura 2 apresenta o MaIND para bancos de alimentos brasileiros. Também apoiado na proposta de Jannuzzi (2016), o MaIND apresenta: I) Indicadores de recursos; II) Indicadores de atividades; III) Indicadores de produtos; IV) Indicadores de resultados; e V) Indicadores de impactos.

MAPA DE INDICADORES PARA BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS

INDICADORES DE RECURSOS	INDICADORES DE ATIVIDADES	INDICADORES DE PRODUTOS	INDICADORES DE RESULTADOS	INDICADORES DE IMPACTOS
<ul style="list-style-type: none"> - Custos fixos (equipamentos, veículos, imóveis e quadro permanente de colaboradores)/mês¹ - Custos variáveis (combustível, água, luz, telefone, internet, insumos, manutenção e quadro variável de colaboradores)/mês¹ - Custo total de operação da unidade (Custos fixos + Custos variáveis)/mês¹ - Dimensionamento de setores² - Dimensionamento de áreas² - Suficiência do número e condição de mobiliários por setor³ - Suficiência do número e condição de maquinários por setor³ - Suficiência do número e condição de utensílios por setor³ - Suficiência do número e condição de materiais de consumo por setor³ - Suficiência do número e condição de veículos da unidade³ - Suficiência do número de colaboradores³ - Número de voluntários/mês⁴ 	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo médio entre a recepção e a doação dos gêneros alimentícios⁴ - Número visitas a parceiros doadores/mês¹ - Número visitas a instituições sociais e mediadoras/mês¹ - Número de visitas a pessoas/mês¹ - Número de voluntários/mês¹ - Número de treinamentos e capacitações a colaboradores(as)/mês¹ - Número de instituições sociais em lista de espera/mês¹ - Número de instituições moderadoras em lista de espera/mês¹ - Número de pessoas em lista de espera/mês¹ - Tempo de espera de instituições sociais em lista de espera - Tempo de espera de instituições moderadoras em lista de espera - Tempo de espera de pessoas em lista de espera - Número de ações de captação e fidelização de parceiros/mês¹ - Número de matérias veiculadas em mídia externa/mês¹ - Número de parcerias estabelecidas/mês¹ 	<ul style="list-style-type: none"> - Número total de doadores sistemáticos cadastrados⁵ - Número total de doadores eventuais cadastrados⁵ - Número de doadores sistemáticos da etapa de produção e colheita^{5,6} - Número de doadores sistemáticos da etapa de transporte e armazenamento^{5,6} - Número de doadores sistemáticos da etapa de indústria e processamento^{5,7} - Número de doadores sistemáticos de Centrais de Abastecimento (Ceasas) - Número de doadores sistemáticos de comercialização^{5,8} - Número de bancos de alimentos parceiros com doações de alimentos⁵ - Número total de instituições sociais cadastradas⁵ - Número total de instituições mediadoras cadastradas⁵ - Número total de pessoas cadastradas⁵ - Número de pessoas cadastradas segundo características sociais e nutricionais⁵ - Número total de instituições sociais atendidas⁵ - Número total de instituições mediadoras atendidas⁵ - Número total de pessoas atendidas⁵ - Número de pessoas atendidas segundo características sociais e nutricionais⁵ 	<ul style="list-style-type: none"> - Percentual de aproveitamento dos alimentos/mês^{1,10} - Quantidade (quilos) total de alimentos recebidos/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos oriundos das perdas e desperdício recebidos/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos não oriundos das perdas e desperdício¹² recebidos/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos oriundos de compras institucionais¹³ recebidos/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos doados/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos descartados/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos em estoque/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) de alimentos doados por grupo¹⁴/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) de alimentos doados por categoria¹⁵/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) de alimentos doados/pessoa/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) de alimentos saudáveis doados/pessoa/mês^{1,11} - Valor monetário das doações de alimentos¹⁶/mês^{1,11} - Eficiência¹⁷ - Número de ações educativas por temática/mês¹ - Número de ações educativas por público-alvo/mês^{1,11} - Número de outros serviços (além da entrega de doações de alimentos)/mês^{1,11} - Grau de satisfação dos(as) beneficiários, parceiros doadores e colaboradores(as) fixos e variáveis¹⁸ 	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de insegurança alimentar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)^{18,17} - Indicadores da Diversidade alimentar mínima (DAM)^{16,18} - Índice de Qualidade da Dieta – Revisado (IQD-R)^{16,19} - Marcadores de Consumo Alimentar na Atenção Básica^{16,20}

LEGENDA

1. Indicadores que podem ser acompanhados em outro intervalo de tempo para construir uma série histórica para comparação e análise (bimestre, trimestre, semestre, ano).
2. O dimensionamento de setores e áreas é um indicador que deve ser analisado considerando aspectos individuais de cada banco de alimentos; modalidade operacional executada, tipo e quantidade de alimentos transacionados, quadro de colaboradores, disponibilidade econômica para implantação. O dimensionamento sugerido para setores e áreas estão disponíveis no item "Estrutura Física" do Guia de Boas Práticas para Bancos de Alimentos (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2019) e deve ser adaptado à realidade de cada unidade.
3. A suficiência é um indicador que deve ser analisado considerando aspectos individuais de cada banco de alimentos; modalidade operacional executada, tipo e quantidade de alimentos transacionados, setores e áreas disponíveis, disponibilidade econômica e planejamento físico-funcional da unidade.
4. Em dias.
5. Indicadores que também podem ser monitorados por período (mês, semestre, ano).
6. Pequeno agricultor/agricultor familiar, associações de produtores rurais, agricultor de médio e grande porte.
7. Apreensão e acidente.
8. Indústrias de alimentos.
9. Armazéns, Mercados, Supermercados, Hipermercados, Sacolões, Padarias.
10. % aproveitamento = Quantidade (quilos) de alimentos doados x 100 / quantidade (quilos) total de alimentos arrecadados
11. Indicadores que podem ser calculados em comparação com o previsto, expressando o percentual de execução. Exemplo: Percentual (%) da quantidade (quilos) total de alimentos recebidos/mês em relação à quantidade prevista para o mesmo período.
12. Alimentos de campanhas solidárias, hortas urbanas, devolução de estoques de instituições, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).
13. Compras institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
14. Categorização em grupos segundo a 1ª edição do Guia alimentar para população brasileira (BRASIL, 2014): Cereais, raízes e tubérculos; Frutas; Hortaliças; Leguminosas; Leite e derivados; Carnes e ovos; Açúcares e doces; Óleos e gorduras.
15. Categorização por nível de processamento segundo 2ª edição do Guia alimentar para a população brasileira: In natura e minimamente processados; Processados; Ultraprocessados; Ingredientes culinários.
16. Monetização das doações de alimentos: Calcular o somatório do valor (em R\$) arrecadado em alimentos, no período desejado. Consultar o preço por quilo (R\$/Kg) dos alimentos no último dia do mês analisado, de todos os alimentos transacionados pelo banco de alimentos, sabendo que – para unidades de Centrais de Abastecimento, consultar o preço de mercado tabelado pela Ceasa; Para bancos de alimentos fora dos limites de Centrais de Abastecimento: Consultar preço de mercado em supermercados, sacolões e outros comércios de varejo).
17. Se custo (R\$) mensal do banco de alimentos < (menor) valor monetizado (R\$) dos alimentos doados pelo banco de alimentos = o banco de alimentos tem/está com uma tendência eficiente. Se custo (R\$) mensal do banco de alimentos > (maior) valor monetizado (R\$) dos alimentos doados pelo banco de alimentos = o banco de alimentos tem/está com uma tendência ineficiente. É recomendável uma análise final da eficiência em períodos maiores (semestre, ano).
18. O grau de satisfação pode ser medido utilizando a escala de Likert.
19. Para monitoramento e avaliação de impacto, o MaIND sugere indicadores de consumo propostos por metodologias já validadas capazes de mensurar impactos no padrão de alimentação dos beneficiários, causados pela complementação dos cardápios, e no hábito alimentar, pelas ações educativas. Sugere-se que os indicadores sejam avaliados antes e após a intervenção de modo a verificar o impacto. Para detalhes sobre a aplicação, consulte os estudos indicados.
17. Consultar em PEREZ-ESCAMILLA et al. (2004) e BRASIL (2014)
18. Consultar em FAO (2011; 2016)
19. Consultar em PREVIDELLI et al. (2011) e PIRES (2020)
20. Consultar em BRASIL (2015)

Figura 2. Mapa de Indicadores (MaIND) para Bancos de Alimentos Brasileiros.

Jannuzzi e e cols. (Fundação João Pinheiro, 2022) orientam que os indicadores de recursos sejam capazes de medir a quantidade (ou qualidade) dos recursos (financeiros e humanos) existentes para desenvolver as atividades ligadas ao programa. Os indicadores de atividades medem o esforço e as ações realizadas para obtenção dos produtos planejados, considerando os recursos disponíveis. Para medir a quantidade (ou qualidade) dos bens e serviços criados ou ofertados, os indicadores de produtos devem ser baseados no número de produtos e serviços entregues aos beneficiários da política. Já os indicadores de resultados mensuram a quantidade ou qualidade dos resultados intermediários alcançados. Por fim, os indicadores de impactos medem a quantidade ou a qualidade dos resultados finais alcançados.

O MaIND não intenta esgotar os indicadores para avaliação e monitoramento dos bancos de alimentos brasileiros. Espera-se que a coletânea apresentada contribua para o monitoramento e avaliação em diversos contextos e para abarcar variados escopos e objetivos.

O MaIND pode ser utilizado por gestores e técnicos das unidades para monitorar seus processos operacionais e de gestão, por pesquisadores e instituições com a finalidade de produzir evidências que contribuam para o aperfeiçoamento do programa. Assim, recomenda-se que os indicadores sejam selecionados a depender do propósito do acompanhamento e da investigação, e utilizados individualmente ou em conjunto de acordo com o que se propõe analisar.

4. Considerações finais

A teoria do programa banco de alimentos no Brasil ainda é pouco abordada face ao tamanho da sua contribuição à agenda de segurança alimentar e nutricional. Compreender os diversos elementos para implantação e operacionalização de bancos de alimentos brasileiros, internalizando as particularidades de todas as modalidades de gestão e operacionais, é crucial para o aprimoramento do programa.

As propostas de Mapa de Processos e Resultados e de Mapa de Indicadores, embora pareçam estanques, forjam o início de uma construção que pode ser complementada a partir de outras contribuições. O conteúdo do MaPR não substitui os documentos técnicos e outras propostas de desenhos de projetos e planejamentos estratégicos, nem tampouco espera-se esgotar os indicadores de avaliação e monitoramento com o MaIND.

Os dois mapas servem à comunidade acadêmica, técnica e gestora ao apresentarem uma narrativa da complexidade da estrutura e dos processos dos bancos de alimentos

brasileiros e da grandiosidade dos resultados e impactos gerados nos beneficiários e em toda a sociedade, além de fornecerem subsídios de reflexão sobre o programa.

Espera-se que estudos e outras produções sejam publicados fornecendo mais subsídios à atuação dos bancos de alimentos brasileiros, em especial, aqueles voltados à teoria do programa e à sua avaliação e monitoramento.

Referências

ANVISA. Guia de Boas Práticas para Bancos de Alimentos. Guia nº 26, versão 1, de 21 de junho de 2019. Disponível em: <https://pesquisa.anvisa.gov.br/upload/surveys/15455/files/GUIA%20BANCO%20ALIMENTOS.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ASSOCIAÇÃO PRATO CHEIO. Estatuto Social – Associação Prato Cheio. 2016. Disponível em: <https://pratocheio.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Estatuto-Social-Prato-Cheio.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BELIK, W. Políticas de Seguridad Alimentaria Para las Areas Urbanas. In: BELIK, W. (Org.). Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em America Latina. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL. Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2020. 2020.

BRASIL. Estudo Técnico No. 01/2014 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. Instrução normativa nº 1, de 15 de maio de 2017. Dispõe sobre a adesão dos Bancos de Alimentos à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 01 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos, 1ª edição. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020. 72p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20\(1\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20(1).pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital Nº 02/2005. Programa Acesso à Alimentação – Projeto Banco de Alimentos. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 04/2006. Seleção Pública de Propostas para Implantação de Bancos de Alimentos - Programa Acesso à Alimentação. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 04/2007. Seleção de Propostas para Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias). 2007a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 15/2007. Seleção Pública de Propostas para Implantação, Modernização e Ampliação da Funcionalidade de Bancos de Alimentos. 2007b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 04/2008. Seleção Pública de Propostas para Implantação e Modernização de Bancos de Alimentos. 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 14/2008. Seleção Pública de Propostas para Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos. 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 05/2009. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 02/2011. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 05/2012. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos em Centrais de Abastecimento. 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 06/2012. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Modernização de Equipamentos Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos - Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Edital MDS/SESAN Nº 01/2018. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Modernização de Bancos de Alimentos. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Modelo de Regimento Interno para Bancos de Alimentos. 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/banco-de-alimentos/manual-de-implantacao-bancos-de-alimentos>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Roteiro de Implantação para Bancos de Alimentos - Programa Acesso à Alimentação. 2007.

BRASIL. Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 15 de abril de 2016. 2016.

BRASIL. Portaria nº 303, de 8 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2016. 2016a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

COSTA, L. A. *et al.* Capacidade de resposta de Bancos de Alimentos na captação, distribuição e redução de desperdício de alimentos. *Revista Baiana de Saúde Pública*. v.38, n.1, p.30-48, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2014/v38n1/a4429.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FAO. Guidelines for measuring household and individual dietary diversity. Rome, Italy: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2011. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1983e/i1983e.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FAO. Minimum Dietary Diversity for Women: A Guide for Measurement. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2016. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i5486e/i5486e.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FEC, DATAUFF. Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos – Segunda Avaliação. 2011. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Programa%20Banco%20de%20Alimentos2011.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Políticas Públicas. Avaliação de políticas públicas [recurso eletrônico] : por onde começar? : um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e Mapa de Indicadores / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Políticas Públicas. – Belo Horizonte: FGP, 2022. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout-Final.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

GARCIA, M. T.; SILVA, E. R. da; MUSTAPHA, R. D.; COELHO, D. E. P.; MAURELLI, G.; FERREIRA, R. A. B.; AMARAL, N. T. K. do; BÓGUS, C. M. Avaliação dos bancos de alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021034, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665406>. Acesso em: 31 maio. 2022.

JANNUZZI. P. M. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas / Paulo de Mantino Jannuzzi. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

KEPPLE, A. W. E SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2011, v. 16, n. 1, pp. 187-199. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MACHADO, P. P; OLIVEIRA, N. R. F; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016151741>. Acesso em: 06 mai 2022.

PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1) PDF. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

Acesso em: 17 jul 2022.

PEREZ-ESCAMILLA, R., SEGALL-CORREA, A.M., MARANHA, L.K., SAMPAIO, M.F.A., MARIN-LEON, L., PANIGASSI, G. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. *J Nutr* 2004; 134(8):1923-1928.

PIRES, R. K. et al. Análise crítica do índice de qualidade da dieta revisado para a população brasileira (IQD-R): aplicação no ELSA-Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 2, pp. 703-713. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gBsZLwxNLSfJTMn9Hc39L/?lang=pt#>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PREVIDELLI, A.N., ANDRADE, S.C., PIRES, M.M., FERREIRA, S.R., FISBERG, R.M., MARCHIONI, D.M. Índice de Qualidade da Dieta Revisado para população brasileira. *Rev Saude Publica* 2011; 45(4):794-798. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Kc8cb4x6fjvJQLCfqm6yWbn/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2022.

REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL. Como criar um Banco de Alimentos. Disponível em: https://www.redebancodealimentos.org.br/files/pub/128424015877364_Fases-de-criao-de-um-Banco-de-Alimentos.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL. Modelo de Estatuto Social para Bancos de Alimentos. Disponível em: https://www.redebancodealimentos.org.br/files/pub/128424019939966_Modelo-de-Estatuto-para-Bancos-de-Alimentos.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

REDES, MDS. Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos. Sumário Executivo. Brasília, DF. 7 p., 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/275.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SANTARELLI, M.; BURITY, V. *et al.* Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome/ - Brasília: FIAN Brasil, 2019. 102p. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Informe-Dhana-2019_v-final.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

SANTARELLI, M.; BURITY, V. *et al.* Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil – Brasília: FIAN Brasil, 2017. 75 p. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Publica%C3%A7%C3%A3o-Completa-Informe-Dhana.pdf>. Acesso em: 10 mai 2022.

SESC. Departamento Nacional. Guia do Programa Mesa Brasil Sesc / Sesc, Departamento Nacional. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2017. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/5848/mod_resource/content/2/Guia_MBS_4_11_2016_Rev2_Novo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

SILVA A. P. Indicadores de resultados e desempenho em cadeias de suprimentos humanitárias: Uma sistematização para bancos de alimentos. [dissertação]. São Paulo: FGV; 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29336/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20ALCIONE%20SILVA_FGV_Vfinal.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 04 abr. 2022.

SOUZA L.E.P.F., BARROS R.D., BARRETO M.L., *et al.* The potential impact of austerity on attainment of the Sustainable Development Goals in Brazil. *BMJ Global Health* 2019;4:e001661. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/39657/Souza%20L%20EP%20F,The%20potential%20...BMJ%20Global%20Health.pdf?sequence=2>. Acesso em: 10 mai. 2022.

TAKAGI, M. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/363168>. Acesso em: 09 mai. 2022.

TENUTA N. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil. [dissertação]. Diamantina: UFVJM; 2014. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/829>. Acesso em: 09 mai. 2022.

TENUTA, N.; BARROS, T.; TEIXEIRA, R.A.; PAES-SOUSA, R. Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2021, 18, 12598. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/53466/Brazilian%20Food%20Banks_%20Overview%20and%20Perspectives.pdf?sequence=2. Acesso em: 09. mai. 2022.

5.2 Artigo 2

Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives

Natalia Tenuta¹, Thaís Barros², Romero Alves Teixeira², Rômulo Paes-Sousa¹

1 René Rachou Institute, Oswaldo Cruz Foundation (IRR-Fiocruz Minas), Belo Horizonte 30190-002, Brazil; Correspondence: nataliatenuta@gmail.com

2 Department of Nutrition, Federal University of Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina 39100-000, Brazil

Abstract

In recent decades food banks have become a worldwide response to the contradicting the coexistence of food losses and waste, on the one hand, and hunger and food insecurity on the other. In Brazil, food banks had a rapid expansion, becoming the object of public policy on Food and Nutrition Security and of non-profit private institutions. Our study presents an unprecedented overview of all the food banks currently active in the Brazilian territory, discussing their performances and perspectives. We conducted descriptive research, aiming to characterize the number, spatial distribution, performance, and modalities of operation of the Brazilian food banks. We mapped 217 active food banks and they all participated in the study. The results revealed the important capillarity of the food banks, which exist in all 27 Brazilian federative units, but also demonstrate the potential and need for expansion. Most of the Brazilian food banks has commercial establishments as their largest donor partners and have fruits and vegetables as their most donated items. They mostly complement the feeding of families at social risk and children served by social institutions. Food and nutrition education actions are offered by all the studied units to donor partners and beneficiary institutions and families.

Keywords: food banks; food losses and waste; food security; food and nutrition education; Brazil

1. Introduction

Over the past six decades, food banks have gained worldwide expression as an important and strategic response to the contradictory scenario in which food losses and waste (FLW) and food insecurity coexist. Although co-opted, in some regions of the world, by an uncritical logic based on charity [1], in other places, including Brazil, food banks are recognized for their positive impacts in reducing FLW and have been contributing to minimize the hunger and food insecurity caused by social inequalities [2,3].

The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) [4] states that, worldwide, about one-third of the food produced for human consumption is lost or wasted each year, which is equivalent, on average, to 1.3 billion tons, representing an annual economic loss of USD 940 billion, and emission of 4.4 gigatons of greenhouse gases. Food losses are defined as resulting from inadequate or inefficient procedures that cause loss or damage to food products in the processes of handling, transformation, storage, transportation, and packaging [5]. Food waste, on the other hand, refers to the reduction in the volume of food suitable for human consumption that occurs in the final stage of the food chain. In other words, it is a phenomenon associated with the inefficiency of the distribution (both wholesale and retail) and consumption processes and has a close relationship with conscious food consumption [6].

Food is a right for everyone and must be guaranteed, through actions of food and nutritional security, so that “all people, at all times, have physical and economic access to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life” [7]. However, according to the report “The State of Food Security and Nutrition in the World” [8], in 2018 more than 820 million people (10.8%) in the world were in a state of malnutrition. Based on this contradiction, food insecurity can be defined as a situation “when people do not have adequate physical, social, or economic access to food” [9].

In this scenario, food banks play a strategic and responsible role by capturing food that is about to be lost or wasted and reintroducing it to the supply chain, providing access to adequate and safe food for people in situations of social, food, and nutritional vulnerability.

The first food bank was created in 1966 in the United States, and its original idea was to connect surplus food, with no commercial value, to the needs of a vulnerable population [1,10]. The food bank proposal expanded, reaching Canada in 1981, the United Kingdom in

1986, Spain in 1987, and Brazil in 1994, until it gained a global scale [11]. Presently, there are food banks in operation on all continents, many of them organized and articulated in major international, regional, and national networks. Currently, the Global Food Banking Network is the largest network which connects and empowers food banks affiliated to regional and national food banks networks in more than 40 countries [12].

The food banks operating around the world are generally initiatives of civil society that has a common *modus operandi* by collecting, storing, and distributing food donations of no commercial value to social welfare institutions or directly to vulnerable families. However, some of them have specific characteristics: in some countries, such as Canada, the government facilitates and encourages food donations; in the United States and Europe, the government provides financial resources to purchase food that complements donations [9,13–16].

The development of food banks in Brazil was late compared with some other countries, and it was marked by several peculiarities regarding those responsible for the initiatives, the operating ways, financiers, and supporters. The first Brazilian food bank (called Mesa São Paulo) was created in 1994 by private initiative of the Social Service of Commerce (Sesc) in São Paulo, the biggest city of the country, and mostly mirrored the United States model [17,18].

In the following year, the non-governmental organization ONG Banco de Alimentos was implemented as the first initiative mobilized by the civil society, also in São Paulo [17,18]. Later, in 2000, Mesa São Paulo became the Mesa Brasil Sesc Program and gained national status, expanding the initiative to other Brazilian regions. It currently presents active food banks in all 27 Brazilian federative units, including the federal district [19].

At the governmental level, a municipal food bank installed in Santo André (SP) in 2004 was the first experience of public initiative and management [17]. In the same year, a collective of private companies created a food bank in the state of Rio Grande do Sul. In three years, other units were implemented throughout that state, starting the first Brazilian food bank network, the Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, in 2010 [20]. All the Brazilian food bank initiatives presented above were initially mirrored in models from other countries, and most of them were driven by mobilization of the civil society. However, by their potential, food banks were incorporated in 2003 as an object of public policies in the Brazilian federal government's Fome Zero Strategy, integrating the axis of actions

articulating the access to food [21]. Through the National Department for Food and Nutritional Security (SESAN) of the now extinct Ministry of Social Development and Fight against Hunger (MDS), the Brazilian government supported the implementation of food banks in states, municipalities, and supply centers. In this program, was financed the preparation of basic architectural and engineering projects, the construction of the facilities, and the acquisition of equipment and consumables, expanding the fight against food losses and waste in the urban and peri-urban agrifood chain throughout the country [22,23].

One of the guidelines of Brazil's National Food and Nutritional Security Policy (PN-SAN) indicated the need to "promote universal access to adequate and healthy food and supply and structuring of sustainable and decentralized systems". In consonance with this guideline, in 2003 the Food Banks Program was created and supported by the Brazilian federal government. This important public program became a strategic public facility to complement food and promote the human right to adequate food in the country [24].

The creation and expansion of Brazilian food banks took place through different routes and incentives. However, as well as the facilities in other countries, the experiences in Brazil have common characteristics concerning their fundamental goals and the ways of operating, which are reflected in the most recent definition of food banks provided by Ordinance No. 17, of 14 April 2016, which established the Brazilian Food Bank Network: "Food banks are physical and/or logistical structures that offer the service of collecting and/or receiving food donated by private and/or public sectors and freely distributing it to public or private institutions characterized as providers of social assistance services, protection and civil defense, teaching and justice units, health establishments, and other food and nutrition units" [25].

In this operational format, food banks search for potential food loss or waste along the food production and supply chain and, after receiving donations, the collected food goes through selection, classification, sanitation, portioning, and packaging. It is then distributed to social institutions, complementing the food of the beneficiary audience with products in safe conditions for consumption and with guaranteed nutritional quality [2].

Brazilian food banks are guided by three fundamental goals: (i) the combat of food losses and waste, by reintroducing food that was about to be lost or wasted into the supply chain; (ii) the guarantee of food and nutritional security, contributing to the human right to adequate and healthy food of the vulnerable beneficiary population; and (iii) the performance

of food and nutrition education actions, aiming at qualifying the agenda to promote adequate and healthy food [2]. This guiding tripod allows to integrate the efforts to improve the conditions of food, nutrition, and health of the Brazilian population.

Technical and scientific investigations and evaluations are basic and systematic elements for decision-making in the scope of any strategy, policy, or social program. These studies are fundamental to gather evidence that supports responses to qualify operational and management performance and contribute more effectively to overcoming or mitigating a social problem [26]. Food banks are the subject of scientific investigations and technical-operational assessments in the international literature, raising thought-provoking questions about the fundamental goals, the design, and logistics of such facilities. In Brazil, audits and technical assessments have been carried out in recent years to evaluate the Food Banks Program, aiming to verify the performance of the public management. In this regard: (i) the audit carried out by the Federal Court of Accounts [27] and its respective monitoring [28,29]; (ii) the first evaluation of the Food Banks Program, which mapped and characterized exclusively the governmental facilities, in 2006 [30]; (iii) the second evaluation of the Food Banks Program, which assessed the implementation and management of governmental units, in 2011 [31]; (iv) and the evaluation of the structure, processes, and results of government food banks in the Brazilian state of Minas Gerais, in 2014 [2]. All these mentioned technical-scientific studies, however, were restricted to the governmental food banks and to some territory, and a nationwide survey encompassing all types of food banks is missing.

González-Torre and Coque [11] and Simmet et al. [32] noted that the food banks received little attention in international literature. This is also true for the Brazilian scenario, which indicates the great need for studies and research that contribute to the cycle of agenda definition, formulation, decision-making, implementation, and evaluation of Brazilian food banks.

Motivated by this context, the aim of this article is to present an unprecedented overview of all the food banks currently in operation across the entire Brazilian territory, discussing their performances and perspectives regarding: (i) reducing food loss and waste; (ii) improving the food security of the beneficiaries and (iii) development of educational actions.

2. Materials and Methods

2.1. Sample Selection

This study encompassed all the Brazilian food banks distributed in the 27 federative units of the country, and we performed observational research, with a descriptive, quantitative, and exploratory approach, with a cross-sectional survey.

Until the time of this research, there was no mapping of all Brazilian food banks and, therefore, this unprecedented study had the challenge of identifying, locating, and characterizing the facilities distributed across the entire Brazilian territory. From January to July 2018, a survey of the universe of Brazilian food banks was carried out, with support from the Ministry of Citizenship and the National Department of Sesc which provided data from the Brazilian Food Bank Network and from Rede Mesa Brasil, respectively. To complement the mapping, an exhaustive active search was carried out for existing and operating facilities in the country through the researchers' networks and internet news.

After this systematization, it was possible to identify 233 Brazilian food banks and include them in the sample universe of the research.

2.2. Data Collection Instrument

The development of the data collection instrument was guided by intense bibliographic research [2,33–36]. Tenuta [2] adapted assessment variables referring to the dimensions of structure, processes and results, originally used to assess the quality of health services [36], to the concepts of food banks. The food bank evaluation variables proposed by Tenuta [2] were adapted for this study, guiding the construction of the questions in a semi-structured questionnaire, which was evaluated by managers and technicians from six operating food banks, to test its validity and reliability. The instrument was then revised to incorporate the obtained contributions, generating the final version of the questionnaire with 69 questions. For this paper, 16 questions were selected and analyzed (questionnaire). The final version of the questionnaire was implemented for application using the Google Forms tool.

Besides the questions, an initial text was included in the instrument, presenting an overview of the research, its supporters, executors, and objectives, in addition to emphasizing the importance of participation. Other information on filling in, deadlines for participation, and contact of those responsible for the research were also added. Consent for participation

was requested at the beginning of the questionnaire itself, using the answer options “YES” and “NO” for the following text: “Do you accept to participate in the “National Evaluation of Food Banks” research?” (Mandatory question). The link to access the full content of the free and informed consent form was included in the text.

The self-completed questionnaire was sent on 20 December 2018, via institutional email, to all food banks registered in the database of contacts systematized by the research team (n = 233).

Aiming at the adherence of those responsible for food banks, we kept constant telephone and email contact during the participation period, from 20 December 2018 to 15 March 2019. No incentive was offered to participate and complete the questionnaire.

2.3. Research Variables

The variables of interest extracted from Tenuta [2] and adapted by this study were grouped based on the three fundamental goals of the Brazilian food banks (Table S1). It is understood that an overview of the experiences of Brazilian food banks, the objective of this work, must be based on the guiding pillars of such social action.

2.4. Geographic Analysis and Descriptive Statistics

The spatial distribution of all food banks was registered, on a map, using the ArcGis® software (version 10.1, ESRI, (Redlands, CA, USA)). The information on management modality was associated with the identification of each food bank on the map so that it was possible to identify the capillarity of each modality in the country.

Descriptive statistics using absolute and relative frequencies was used to reveal the characteristics of Brazilian food banks related to the above-mentioned variables of interest, and to present other practices that contribute to improving the performance of Brazilian food banks.

All subjects provided their informed consent for inclusion before they participated in the study, and all signed a free and informed consent form. The study was conducted in accordance with the Declaration of Helsinki, and the protocol was approved by the Ethics Committee of Federal University of Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Diamantina, Brazil) (No 2.633.526, 3 May 2018).

3. Results

The research questionnaire was sent to the 233 food banks mapped in Brazil, obtaining a return and participation rate of 97.42% (227 food banks). Participation was voluntary, and six food banks did not answer the questionnaire for undeclared reasons. Out of the 227 respondent food banks, 10 (4.41%) were excluded from the sample group because they reported not being currently in operation, totaling 217 units analyzed in this study.

The results are presented below to characterize the Brazilian food banks and their distribution in the country. Later, the descriptive statistical results serve to draw an overview of the performance of this facility according to the variables of interest in this research, that is, the fundamental goals of Brazilian food banks.

3.1. Management and Operation: Who Are the Brazilian Food Banks

The management of food banks in Brazil occurs in four main modalities, described according to the typology defined by the Brazilian Food Bank Network [25]. Public food banks are those managed by the municipal governments. Most of them have support of the federal government, which since 2005 has financed the implementation of new units or the physical renovation of existing structures, but the operating and maintenance expenses are paid by the city halls. Public food banks represent 42.86% (n = 93) of the units operating in the country.

The other three management modalities are related to non-public initiatives (Table 1). Rede Mesa Brasil Sesc food banks are facilities implemented and maintained by the Social Service of Commerce (Sesc), a non-profit Brazilian private institution. The activities of the food banks are financed by regional departments existing in each state, often with financial support from the Sesc national department. This is the second most common management modality of the Brazilian food banks, accounting for 41.01% (n = 89) of the investigated units.

The food banks of civil society organizations are spontaneous civil society initiatives, which are implemented and maintained with resources from companies and other supporting partners, also receiving individual donations of money, services or products. These facilities often benefit from public or private notices for supporting social actions. These food banks represent 11.98% (n = 26) of the studied units.

Table 1. Distribution of food banks in Brazil, by region and by state, in 2019 (n = 217).

	Municipal Public Food Banks		Non-Public Food Banks† (Rede Mesa Brasil Sesc, CSOs *, Ceasas **)		Total
BRAZILIAN STATES	93	42.86%	124	57.14%	217
NORTH REGION	2	13.33%	13	86.67%	15
Amazonas	0	0.00%	1	100.00%	1
Acre	1	50.00%	1	50.00%	2
Rondônia	1	33.33%	2	66.67%	3
Roraima	0	0.00%	1	100.00%	1
Amapá	0	0.00%	1	100.00%	1
Pará	0	0.00%	4	100.00%	4
Tocantins	0	0.00%	3	100.00%	3
NORTHEAST REGION	12	28.57%	30	71.43%	42
Maranhão	1	33.33%	2	66.67%	3
Piauí	0	0.00%	5	100.00%	5
Rio Grande do Norte	1	33.33%	2	66.67%	3
Ceará	2	33.33%	4	66.67%	6
Paraíba	3	37.50%	5	62.50%	8
Bahia	4	57.14%	3	42.86%	7
Pernambuco	1	16.67%	5	83.33%	6
Alagoas	0	0.00%	2	100.00%	2
Sergipe	0	0.00%	2	100.00%	2
SOUTHEAST REGION	63	65.63%	33	34.38%	96
Minas Gerais	36	85.71%	6	14.29%	42
Espírito Santo	3	75.00%	1	25.00%	4
Rio de Janeiro	4	66.67%	2	33.33%	6
São Paulo	20	45.45%	24	54.55%	44
SOUTH REGION	10	19.61%	41	80.39%	51
Santa Catarina	3	37.50%	5	62.50%	8
Paraná	4	30.77%	9	69.23%	13
Rio Grande do Sul	3	10.00%	27	90.00%	30
CENTRAL-WEST REGION	6	46.15%	7	53.85%	13
Goiás	3	75.00%	1	25.00%	4
Mato Grosso	1	33.33%	2	66.67%	3
Mato Grosso do Sul	2	50.00%	2	50.00%	4
Federal District	0	0.00%	2	100.00%	2

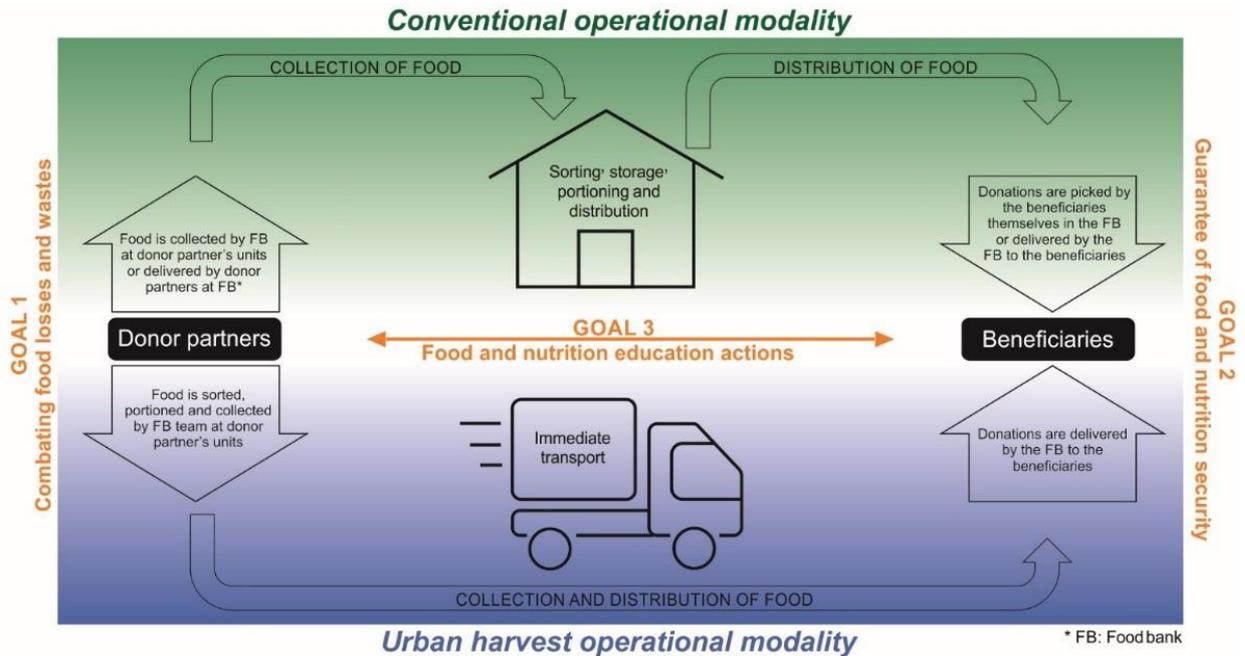
† The number of non-public food banks, presented by the management method of Rede Mesa Brasil Sesc, civil society organizations (CSOs), and Ceasas, by region and state, are presented in a spreadsheet attached to this manuscript; * food banks of civil society organizations; ** food banks located in supply centers.

Finally, there are the food banks located within supply centers, which are generally large commercial centers that concentrate dozens to hundreds of stores that sell food, both wholesale and retail. These food banks are financially maintained and managed by the supply centers themselves. The former MDS supported, in 2012, via a public notice, the implementation or modernization of these facilities, which are strategically located. This

management modality is the least frequent, accounting for 4.15% (n = 9) of the Brazilian food banks.

In Brazil, food banks also present two different operational modalities (Figure 1 and Table S2). The first modality identified by this study is the one in which the food bank is headquartered in a building adapted for administrative and operational services such as the sorting, storage, portioning, and distribution of food for donation to beneficiaries. They may also have space and equipment for handling and processing food, producing sauces, pulps, and sliced vegetables, among other minimally processed foods. In this case, either the donor partners can deliver donations in the food bank facility, or the food bank vehicles may gather it from the donors' facilities, and the beneficiaries themselves are responsible for withdrawing donations directly in the food bank. This operational modality is recognized in Brazil as a conventional modality and is referenced in this work for analysis purposes (Figures 1 and 2). The second operational modality, on the other hand, is that in which only the administrative activities of the food bank are carried out in a headquarter. The operational team of such food banks goes to the donor partners to collect donation, and performs, in the donor establishment itself, the stages of sorting and portioning, followed by the immediate delivery of food to the institutions and/or beneficiary families. This modality is recognized in Brazil as an urban harvest modality and is referenced in this work for analysis purposes (Figures 1 and 2). It was observed that, in Brazil most food banks (64.52%) operate in the conventional modality, and 35.48% in the urban harvest modality (Table S2). Analyzing by management modality, food banks located in supply centers operate only in the conventional modality (100.00%). Most food banks of Rede Mesa Brasil Sesc operate (66.30%) in the urban harvesting modality. The civil society organizations (92.30%) and public (82.80%) food banks, on the other hand, operate mostly in the conventional modality.

Figure 1. Operational logic of the Brazilian food banks and their relationship with the three fundamental goals.



3.2. Geographic Analysis: Where Are the Brazilian Food Banks

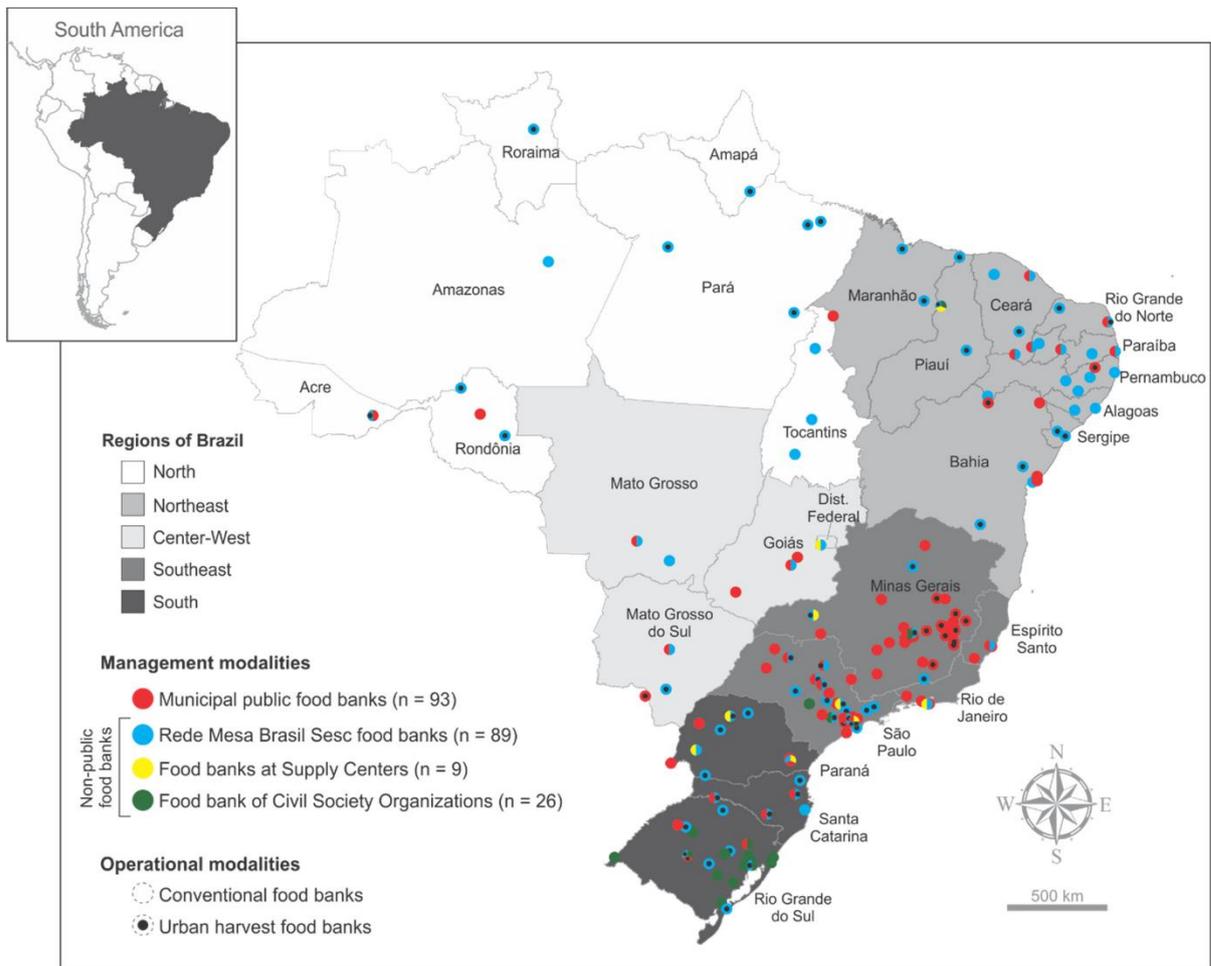
There are identified food banks operating in the 27 Brazilian federative units, but they are heterogeneously distributed throughout country territory, being most concentrated in the southeast region, followed by the south and northeast. Figure 2 and Table 1 and Table S2 summarize the current spatial distribution of the food banks in operation in Brazil, according to their management and operational modalities, making it possible to visualize the capillarity of each type in the country.

Public food banks are most concentrated in the southeast region, highlighting the states of Minas Gerais ($n = 36$) and São Paulo ($n = 20$). Several states, especially from the north region, do not present public food banks in operation. The Rede Mesa Brasil Sesc food banks are the only ones present in all 27 federative units.

Food banks from civil society organizations are largely concentrated in the state of Rio Grande do Sul, which account for 20 of the 26 food banks in this modality. The other six are in São Paulo, Minas Gerais and Piauí states. Finally, the few supply centers food banks are mainly located in the Southern and South regions.

Most of the Brazilian food banks operate in the conventional operational modality. Although disseminated throughout the country, food banks operating in the urban harvest modalities are more concentrated in the southeast and south regions (Figure 2).

Figure 2. Distribution of all the food banks operating in Brazil in 2019, according to their management and operational modalities (n = 217).



3.3. Overview of the Performance of Brazilian Food Banks According to Their Fundamental Goals

3.3.1. Performance of Food Banks in Achieving Goal 1: Combating Food Losses and Waste

The profile of the donor partners of Brazilian food banks was investigated, aiming to trace the main provenance of the recovered food. The survey showed that 46.54% of the food banks (n = 101) operating in the country have warehouses, markets, supermarkets, and

hypermarkets as their main donors, which indicates that they articulate preferably with donors at the end of the food supply chain. This characteristic, verified at a national level, differs only in the food banks of supply centers, which, due to their location, articulate preferably with donor partners installed in the center itself (Table 2).

Table 2. Distribution of Brazilian food banks, according to donor partners and management modality, in 2019 (n = 217).

Donor Partners	Management Modalities of Food Banks			
	Municipal Public Food Banks (n = 93)	Rede Mesa Brasil Sesc Food Banks (n = 89)	Food Banks of Civil Society Organizations (n = 26)	Food Banks Located in Supply Centers (n = 9)
Warehouses, markets, supermarkets, hypermarkets	31.18%	53.93%	88.46%	0.00%
Supply center	10.75%	15.73%	7.69%	55.56%
Family farming	31.18%	6.74%	0.00%	11.11%
Medium and large-scale agriculture	1.08%	16.85%	0.00%	11.11%
Solidarity campaigns	10.75%	0.00%	0.00%	11.11%
Other food banks	5.38%	0.00%	0.00%	0.00%
Other origins*	9.68%	6.74%	3.85%	11.11%

* Food industries, apprehension and traffic accidents, individuals.

Food banks can articulate with each other in networks to enhance food collections and improve logistics, among other actions. A total of 57.60% of the Brazilian food banks (n = 125) participate in local and/or regional food bank networks. Almost all the food banks of civil society organizations (92.31%) integrate some local and/or regional network, followed by public food banks (58.06%), food banks of the Rede Mesa Brasil Sesc (48.31%), and the food banks of supply centers (44.44%).

The results indicated that some alternative practices are frequently used by the Brazilian food banks to complement their operational inventories. In 2018, 50.69% (n = 110) of food banks reported that they bought food through the Food Acquisition Program (PAA), a public program for purchasing food from family farming. Of these, 29.09% (n = 32) reported that the PAA share in the inventories was 1 to 25% of the total volume collected in that year,

24.55% (n = 27) reported that this share was 26% to 50%, 27.27% (n = 30) reported participation with 51% to 75%, and in 19.09% (n = 21) of these food banks the PAA share represented 76% to 100% of the food inventory.

Observing this characteristic by operational modality, public food banks (64.52%) were the ones that most operationalized the PAA compared with other modalities. In 2018, 48.31% of the Rede Mesa Brasil Sesc facility had this complementary inventory, followed by the supply centers food banks (33.33%), and food banks from civil society organizations (15.38%).

3.3.2. Performance of Food Banks in Achieving Goal 2: Guarantee of Food and Nutritional Security

The profile of the main beneficiaries of the Brazilian food banks was also surveyed, as a premise to understand the impacts of their activity. It was found that 41.47% (n = 90) of Brazilian food banks have families at social risk as the main beneficiaries, while 36.87% (n = 80) of the food banks serves mainly children, through the delivery of food donations to institutions of childcare. These two beneficiary profiles are the most expressive ones in all four food bank management modalities (Table 3).

Table 3. Main beneficiaries of the Brazilian food banks, according to management modality, in 2019 (n = 217).

Beneficiaries	Management Modalities of Food Banks			
	Municipal Public Food Banks (n = 93)	Rede Mesa Brasil Sesc Food Banks (n = 89)	Food Banks of Civil Society Organizations (n = 26)	Food Banks Located in Supply Centers (n = 9)
Families at social risk	51.61%	23.60%	76.92%	11.11%
Children	24.73%	57.30%	7.69%	44.44%
Adults	6.45%	6.74%	7.69%	11.11%
Adolescents	3.23%	8.99%	0.00%	0.00%
Specific populations *	4.30%	0.00%	3.85%	0.00%
Older people	2.15%	1.12%	3.85%	0.00%
Varied audience **	7.53%	2.25%	0.00%	33.33%

* Homeless population and people with chemical dependence; ** when there was no specification of the age group or special condition of the beneficiary audience.

The families at social risk benefit from the activities of food banks in three main forms: (i) in 61.29% ($n = 133$) of the food banks the food is donated to registered mediating institutions that pass it to the families. Specifically, this practice is adopted by 48.39% of the municipal public food banks, 67.42% of the units of the Rede Mesa Brasil Sesc, 92.31% of the food banks of civil society organizations, and 44.44% of the supply center facility; (ii) in the second form, adopted by 31.34% ($n = 68$) of the food banks, the food is donated directly to families previously selected and registered by the Social Assistance Reference Centers (CRAS), which are municipal public welfare agencies. A total of 69.89% of the public food banks, 2.25% of the units of the Rede Mesa Brasil Sesc, and 11.11% of the facility at the supply centers use this strategy to serve families; (iii) in the last form, the food is also donated directly to the families, but the selection and registration of them is performed by the food bank itself. Only 5.53% ($n = 12$) of the food banks adopt this practice, comprising 8.60% of the public food banks, 3.37% of the Rede Mesa Brasil Sesc facilities, and 11.11% of units installed in supply centers. A total of 13.82% of food banks ($n = 30$) combine two or three of these practices to assist families, and the other 86.18% ($n = 187$) adopt a single form. When analyzed by management modality, public food banks stand out for being the ones that most articulate with CRAS to plan and carry out the service. The Rede Mesa Brasil Sesc prioritizes service to families through the support of mediating institutions.

The food banks may receive a wide range of products, and the type of food subsequently donated to the beneficiaries has a direct impact on their food and nutritional security. To evaluate this issue, the nutritional profile of foods most received by the food banks was investigated. It was found that 85.25% ($n = 185$) of the Brazilian food banks have “fruits and vegetables (natural, chilled or frozen, dried, and dehydrated—without adding any other ingredients)” as the most recurrent food type in operational inventories. This characteristic maintains in 96.63% of the facility of the Rede Mesa Brasil Sesc, in 91.40% of the municipal public food banks, and in 88.89% of those installed in supply centers. The basic staples of the Brazilian diet, “rice, corn in grain or on the cob, beans, manioc, corn, and wheat flour, pasta, homemade bread, and French bread” [37], are the main received items in 13.82% ($n = 30$) of the food banks. The last food group is more recurrent in the inventory of 76.92% of civil society organizations food banks.

The quality of the food collected by the food banks is also a major factor to analyze, because it impacts directly in the volume of food that is suitable for consumption (and,

therefore, donation) after selection. In total, 90.32% ($n = 196$) of the Brazilian food banks reported that they use up to 75% of the total volume of food collected. Of these, the food banks of civil society organizations and the Rede Mesa Brasil Sesc stand out for having the highest recovery rates, using 96.15% and 95.51% of the collected food, respectively. A total of 6.91% ($n = 15$) of the investigated food banks manage to use less than 50% of the collected volume, and these represent 22.22% of the supply centers food banks, 8.60% of the public food banks, 4.49% of the Rede Mesa Brasil Sesc food banks, and 3.85% of the food banks from civil society organizations. The remaining 2.77% food banks use up to 75% of the volume of food collected, the utilization range occupied by 6.45% of the municipal public food banks.

In terms of food volume, Brazilian food banks annually move thousands of kilos of food that, otherwise, would be lost or wasted throughout the supply chain. Most of the investigated food banks recover and donate over 20 tons of food annually, and some of them go far beyond that mark. The analysis of the food volume donated by food banks of each management modality highlights the huge operational capacity of the food banks located in supply centers. In 2018, 66.67% of such food banks donated more than 450 tons of food to their beneficiaries (Table 4).

Table 4. Volume of food donated by Brazilian food banks to beneficiary institutions and families by management modalities in 2018 ($n = 217$).

Tons of Donated Food	Management Modalities of Food Banks			
	Municipal Public Food Banks ($n = 93$)	Rede Mesa Brasil Sesc Food Banks ($n = 89$)	Food Banks of Civil Society Organizations ($n = 26$)	Food Banks Located in Supply Centers ($n = 9$)
0 to 1 ton	16.13%	1.12%	0.00%	11.11%
1 to 20 tons	32.26%	1.12%	38.46%	0.00%
21 to 70 tons	20.43%	5.62%	34.62%	22.22%
71 to 150 tons	10.75%	22.47%	7.69%	0.00%
151 to 300 tons	10.75%	26.97%	11.54%	0.00%
301 to 450 tons	6.45%	14.61%	0.00%	0.00%
More than 450 tons	3.23%	28.09%	7.69%	66.67%

* 1 ton = 1000 kg.

3.3.3. Performance of Food Banks in Achieving Goal 3: Performing Food and Nutrition Education Actions

Brazilian food banks have the actions of food and nutrition education as a strategic agenda, which can target the audience of donor partners, the food bank collaborators and employees, or the beneficiaries. Educational actions are carried out by food banks more frequently (87.56%, $n = 190$) for institutions, beneficiary families and individuals, followed by actions aimed at their collaborators and employees (86.64%, $n = 188$). Educational activities are offered to donor partners by 75.12% ($n = 163$) of food banks. The food banks of the Rede Mesa Brasil Sesc and the supply centers food banks are the ones that most prioritize educational actions aimed at donor partners and institutions, beneficiary families and individuals (Table 5).

Table 5. Types of beneficiaries attended by Brazilian food banks in 2019 ($n = 217$).

Audiences		Management Modalities of Food Banks			
		Municipal Public Food Banks ($n = 93$)	Rede Mesa Brasil Sesc Food Banks ($n = 89$)	Food Banks of Civil Society Organizations ($n = 26$)	Food Banks Located in Supply Centers ($n = 9$)
Donor partners	Yes	47.31%	98.88%	92.31%	77.78%
	No	52.69%	1.12%	7.69%	22.22%
Collaborators and employees	Yes	78.49%	92.13%	100.00%	77.78%
	No	21.51%	7.87%	0.00%	22.22%
Beneficiary institutions, families, and individuals	Yes	73.12%	100.00%	96.15%	88.89%
	No	26.88%	0.00%	3.85%	11.11%

3.4. Practices That Contribute to Improving the Performance of Brazilian Food Banks

Evaluation and monitoring practices, accountability, satisfaction surveys, and nutritional assessment of beneficiaries are actions performed by the food banks that substantially impact the efficiency of daily operational tasks and the fulfillment of the three fundamental goals. A total of 73.27% ($n = 159$) of the Brazilian food banks report their results in activities/events with partners, beneficiaries, and other members of the civil society. Self-assessment (65.90%, $n = 143$) and the dissemination of results in the media (58.99%, $n = 128$) are also recurrent practices among Brazilian food banks. Satisfaction surveys with beneficiary

institutions (29.03%, n = 63), with their employees and collaborators (23.50%, n = 51), and monitoring the nutritional status of beneficiaries (23.04%, n = 50) are also actions carried out by about one-third of the food banks surveyed. Satisfaction surveys with donor partners, is a practice performed by few facilities (17.51%, n = 38) (Table 6).

Table 6. Practices that contribute to improving the performance of Brazilian food banks in 2019 (n = 217).

Practices	Management Modalities of Food Banks			
	Municipal Public Food Banks (n = 93)	Rede Mesa Brasil Sesc Food Banks (n = 89)	Food Banks of Civil Society Organizations (n = 26)	Food Banks Located in Supply Centers (n = 9)
(a)	56.99%	64.04%	100.00%	77.78%
(b)	50.54%	57.30%	92.31%	66.67%
(c)	51.61%	93.26%	92.31%	44.44%
(d)	22.58%	34.83%	38.46%	11.11%
(e)	8.60%	21.35%	38.46%	11.11%
(f)	21.51%	20.22%	46.15%	11.11%
(g)	25.81%	15.73%	38.46%	22.22%
(h)	11.83%	1.12%	0.00%	0.00%

(a) Self-assessment; (b) dissemination of their results in the media; (c) dissemination of their results in activities/events with partners and beneficiary institutions; (d) satisfaction survey with beneficiary institutions; (e) satisfaction survey with donor partners; (f) satisfaction survey with their employees and collaborators; (g) monitoring the nutritional status of users of institutions and their families; (h) does not perform any of the practices.

4. Discussion

This study revealed the presence of food banks operating in all the 27 Brazilian federative units, indicating the existence of a comprehensive network of food banks in Brazil. southeast, south, and northeast are the most populous regions of the country and, coherently, are the regions with more food banks. It is noteworthy, however, that there are large regions of the country without food banks, and that some major urban centers, such as Florianópolis, Manaus and Belém, for example, are assisted by only one food bank.

The public food bank is the most common management modality of the country, followed by the Rede Mesa Brasil Sesc modality. However, it should be noted that Rede Mesa Brasil Sesc is the only food bank management modality present in all Brazilian states. The remarkable capillarity of these two management modalities is due to the constant

financial investments made by the federal government (mainly through public notices between 2005 and 2012) to support the implantation and modernization of public food banks throughout the country and, in the same way, the important financial investment that Sesc made in their food bank system in recent years.

We found that Brazilian food banks operate in two distinct routes, implementing a physical structure for handling and storing food, or not. In other countries, the operation of food banks is usually similar to the conventional modality, described as the most recurrent in Brazil [11,16]. This operational dynamic allows greater flexibility in the process and enhances the use of the collected food since it is possible to have its own and exclusive physical area for sorting and, above all, more time for the processes. On the other hand, the urban harvesting modality is characterized by more agile actions, requiring less physical and financial resources to implement and operate. The choice for an operational modality must consider what is available to make the facility operate, besides assessing the objectives and goals outlined for the activity.

There are some relevant relations between operational and management modalities. Given the logistical conditions and potential for handling large volumes of food, the food banks located in supply centers choose, in their entirety, to have a physical structure available for sorting and storing food, operating in the conventional modality. The Rede Mesa Brasil Sesc, in turn, is the only management modality in which most of its units operate in the urban harvest modality. The choice for an operational modality, in the Rede Mesa Brasil Sesc, considers the relationship between cost and benefit regarding human resources and financial investments necessary to operate, depending on the flow of donations, availability of donor partners and needs of beneficiary institutions [38].

Another important relation revealed by the data is that Brazilian food banks have been primarily collecting food from donor partners at the final stage of the supply chain (such as warehouses and markets), which is likely related to the location of such partners in urban areas, which greatly facilitates logistics due to the road network. In the two food bank evaluation surveys, carried out in 2006 and 2011, the supply centers were identified as the major donor partners of the food banks [30,31], which indicates a substantial change in the food sources in the last decade. Understanding where the food banks are gathering most of their food is a crucial step to identify the stages of the production and supply chain that are not addressed by the current activities, and trace future strategies. According to data from the

Food Losses and Waste in Latin America and The Caribbean report [4], 28% of food losses occur in the production segment, 6% during processing, 22% in handling and storage, 17% during marketing and distribution and 28% in the consumer segment. Therefore, the results of this study indicate the need for Brazilian food banks to expand food collection in the sectors of food production, processing, handling and storage, where the most significant losses occur. In this sense, the networked articulations verified by this study become a concrete possibility for strategic interaction aiming to mobilize potential donor partners belonging to other stages of the production and supply chain.

Analyzing the composition of the operating inventories of the studied facilities allowed us to diagnose an important pattern in the food banks performances. The purchase of food from family farming with government resources, through PAA, was verified in half of the Brazilian food banks, but especially in the public ones, corroborating a practice identified by the second food bank evaluation survey [31] and by Tenuta and Teixeira [39]. Such a pattern deserves attention, because as the food purchases grow in importance within the food banks, these units deviate from their primary objective of combating food losses and wastes. Taking this issue into account, the Brazilian Food Bank Network stated that, in order to be considered a food bank and integrate the network, a unit must necessarily collect food that was about to be lost and/or wasted, and these products must compose at least 25% of their operational inventories. Therefore, to be considered a food bank, a unit must not exceed 75% of food coming from other programs, such as PAA [40]. Using this parameter, according to their 2018 data, 19.09% of the studied units would not be considered food banks and should be classified as warehouses for family farming products instead. However, as this parameter is dynamic, it was decided not to exclude these units from the sample so that it was possible to bring this question into the analysis. The first audit of public food banks carried out by the Federal Court of Accounts in 2005, already indicated that part of the audited facilities worked almost exclusively with food that did not originate from losses and waste, constituting a distortion of one of the fundamental goals of food banks [27].

In line with the objective of guaranteeing food and nutritional security, Brazilian food banks have maintained their concern with encouraging the consumption of healthy foods. We verified the predominance of donations of natural fruits and vegetables to food bank beneficiaries, a pattern already identified in the two Food Bank Evaluation Surveys [30,31]. Food banks have served primarily families at social risk, with fruits, vegetables, and other

items of the traditional Brazilian diet. According to the Food Guide for the Brazilian Population [41], a healthy diet must be composed of natural or minimally processed foods, in great variety and predominantly of vegetable origin. In this sense, we consider that the Brazilian food banks have been moving toward the promotion of adequate and healthy food. This concern with nutritional quality of the food offered by the food banks is legitimate due to recent evaluation of the profiles of food consumption of the Brazilian population, which reported a tendency toward the consumption of ultra-processed food in detriment to the consumption of healthy foods [42].

The systematic promotion of food and nutritional education activities is an innovative feature of Brazilian food banks. The results of our research demonstrate a constant concern of the food banks in carrying out such educational actions, in continuity with the report by the First Food Bank Evaluation Survey [30]. In this regard, the Brazilian Food and Nutrition Education Benchmark for Public Policies recognizes the food banks as important spaces for promoting and strengthening food and nutrition education [43]. The great potential of food banks to promote the practice of healthy eating habits to a wide and diverse audience, from donor partners, collaborators, and employees to beneficiary institutions, families and individuals is noteworthy.

Another important result of this survey was the description of common practices such as self-assessment and public presentations of results among the Brazilian food banks. Disclosure of results and communication are crucial elements to increase the social visibility of the goals and activities of the food banks, contributing to the establishment of new partnerships and to the consolidation of their actions. Self-assessment, in turn, enables greater efficiency in the allocation of physical, human, and financial resources and increases the autonomy and responsibility of the technical and administration teams. According to our research, satisfaction surveys have not been common practice in the Brazilian food banks. Such practices should be incorporated into the routine of the food banks to evaluate the satisfaction of the beneficiaries about the provided services and about the quality of the donated food, as well as to verify the efficiency of the processes involving donor partners.

5. Conclusions

In an antagonistic world scenario where one-third of the food produced for human consumption is lost or wasted, millions of people suffer from hunger and/or are in some

degree of food insecurity [8]. Global commitments, such as goals 2.1 and 12.3 of the United Nations Sustainable Development Goals [44], are being systematically assumed by various countries to change this reality. In this context, food banks all around the world, including in Brazil, have a strategic role in reintroducing lost or wasted food in the production and supply chain to supplement food for people in situations of social, food, and nutritional vulnerability. This study revealed the great reach of the food bank strategy in the Brazilian territory, figured as a comprehensive and widespread network that spread throughout the country. The irregular spatial distribution of the units, however, reveals regions that have little equipment in place for operating, indicating the need for the expansion of services. The public authorities and the Rede Mesa Brasil Sesc have, in recent years, been the main motivating force for implementing and supporting the food banks in Brazil. However, this study points to the need and relevance of new initiatives located in or close to supply centers given the percentage of loss occurring in the distribution phase of the supply chain, which reveals the potential, and responsibility, of rescuing large volumes of food in these spaces.

Brazilian food banks relied on international experiences to shape their performance, but, over time, they have developed their unique *modus operandi*, and adapted to the country's social, territorial, political, and economic reality. In Brazil, two operational modalities forge the logistical format of food banks. The capturing, handling, and distribution of food donations are carried out under two different perspectives that balance financial investments and the infrastructure required to fulfill the agenda of reducing food losses and wastes and guaranteeing the human right to adequate food.

When combating food loss and waste, the Brazilian food banks have demonstrated commitment in attracting food donations from partners at the marketing stage of the supply chain, but have left unattended the stages of the production, transportation, processing, and distribution of food. This behavior reveals the need for new fronts of action for the Brazilian food banks which allow, in addition to increasing the collected volumes, to intensify the rescue of food that is about to be lost. It is imperative that the food banks' teams themselves systematically analyze the need to attract new donor partners and, to that end, continue mapping new potential partners in their coverage area.

It is also worth questioning the composition of the operational inventories of food banks. Previous studies identified, and the present research corroborates, that the Brazilian

food banks have been purchasing food to complement their inventories, indicating a potential distortion of the primary objective of collecting food from losses and waste.

The objective of guaranteeing food and nutritional security for vulnerable populations reinforces and justifies the place occupied by food banks on the public agenda and the support received by other private, parastatal, and civil society institutions and organizations. The current concept of food and nutritional security considers the food dimension and the nutritional dimension as basic and complementary elements for the manifestation of the physical availability and nutritional quality of food. This reflection must be intrinsic to the performance of food banks, and our study indicates that Brazilian facilities are succeeding in offering healthy food to beneficiaries, meeting the recommendations for adequate health and lifestyle habits.

Food and nutrition education is an essential dimension to guarantee the human right to food, because it can significantly guide the eating behavior of individuals, from purchasing to consuming food. Our research identified that Brazilian food banks have engaged in such educational actions, spreading information and encouraging the appropriation of knowledge regarding healthy food habits to donor partners, collaborators, employees, and beneficiaries. However, it should be noted that information on the contents and frequencies of such food and nutrition education actions were not assessed by this research, pointing to the need for new studies capable of understanding the nature, scope, and pedagogical processes developed in educational actions offered by food banks, besides assessing the impact of these actions for the audience involved and participating.

This study has limitations for comparison and discussion with previous research because it is the first survey involving Brazilian food banks from the entire national territory analyzing all existing management and operational modalities. We find extremely important that more studies with this wide scope are carried out in the future, aiming for the constant improvement of the food banks. We hope that the results, discussions, and perspectives presented in this study serve as a subsidy to recognize, improve, and strengthen Brazilian food banks and other food banks in operation around the world.

Supplementary Materials

Table S1. Goals of Brazilian food banks and research variables.

Goals of Brazilian Food Banks		Research variables ^a
1.	Combating food losses and wastes	Profile of partner donors Network articulation
2.	Guarantee of food and nutrition security	Beneficiary profile Volume of food traded Nutritional profile of traded foods
3.	Food and nutrition education actions	Realization and profile of educational activities

^a Evaluation variables extracted from Tenuta [2] and adapted by the authors.

Table S2. Distribution of food banks in Brazil in 2019, by region and by state, according to operational modality ($n = 217$).

	Conventional food bank ($n = 140$)		Urban harvesting food banks ($n = 77$)	
BRAZIL	140	64.52%	77	35.48%
NORTH REGION	6	40.00%	9	60.00%
Amazonas	1	100.00%	0	0.00%
Acre	1	50.00%	1	50.00%
Rondônia	0	0.00%	2	100.00%
Roraima	1	50.00%	1	50.00%
Amapá	0	0.00%	1	100.00%
Pará	0	0.00%	4	100.00%
Tocantins	3	100.00%	0	0.00%
NORTHEAST REGION	28	66.67%	14	33.33%
Maranhão	1	33.33%	2	66.67%
Piauí	2	40.00%	3	60.00%
Rio Grande do Norte	1	33.33%	2	66.67%
Ceará	5	83.33%	1	16.67%
Paraíba	8	100.00%	0	0.00%
Bahia	4	57.14%	3	42.86%
Pernambuco	5	83.33%	1	16.67%
Alagoas	2	100.00%	0	0.00%
Sergipe	0	0.00%	2	100.00%
SOUTHEAST REGION	60	62.50%	36	37.50%
Minas Gerais	28	66.67%	14	33.33%
Espírito Santo	4	100.00%	0	0.00%
Rio de Janeiro	6	100.00%	0	0.00%
São Paulo	22	50.00%	22	50.00%
SOUTH REGION	35	68.63%	16	31.37%
Santa Catarina	4	50.00%	4	50.00%
Paraná	9	69.23%	4	30.77%
Rio Grande do Sul	22	73.33%	8	26.67%
CENTRAL-WEST REGION	11	84.62%	2	15.38%
Goiás	4	100.00%	0	0.00%

Mato Grosso	4	100.00%	0	0.00%
Mato Grosso do Sul	1	33.33%	2	66.67%
Federal District	2	100.00%	0	0.00%

References

1. Riches, G. Food Banks and Food Security: Welfare Reform, Human Rights and Social Policy. *Lessons from Canada?* *Soc. Policy Adm.* 2002, 36, 648–663. [CrossRef]
2. Tenuta, N. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil. Master's Thesis, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-Minas Gerais, Brazil, 2014.
3. Henz, G.P.; Porpino, G. Food losses and waste: How Brazil is facing this global challenge? *Hortic. Bras.* 2017, 35, 472–482. [CrossRef]
4. FAO. Food Losses and Waste in Latin America and The Caribbean. Newsletter 3. 2016. Available online: <http://www.fao.org/3/i5504e/i5504e.pdf> (accessed on 9 April 2020).
5. Gustavsson, J.; Cederberg, C.; Sonesson, U.; van Otterdijk, R.; Meybeck, A. Global food losses and food waste. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2011. Available online: <http://www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e00.pdf> (accessed on 11 April 2020).
6. Belik, W.B.; Cunha, A.R.A.A.; Costa, L.A. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Planej. Políticas Públicas* 2012, 38, 107–133.
7. FAO. Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action. In *Proceedings of the World Food Summit, Rome, Italy, 13–17 November 1996*.
8. FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding against Economic Slowdowns and Downturns. 2019. Available online: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf> (accessed on 11 April 2020).
9. Middleton, G.; Mehta, K.; McNaughton, D.; Booth, S. The experiences and perceptions of food banks amongst users in high-income countries: An international scoping review. *Appetite* 2018, 120, 698–708. [CrossRef] [PubMed]
10. Feeding America. Our History. Available online: <https://www.feedingamerica.org/about-us/our-history> (accessed on 24 April 2020).
11. González-Torre, P.L.; Coque, J. How is a food bank managed? Different profiles in Spain. *Agric. Hum. Values* 2016, 33, 89–100. [CrossRef]
12. The Global Foodbanking Network. Our Global Reach. Available online: <https://www.foodbanking.org/what-we-do/our-global-reach/> (accessed on 20 April 2020).
13. Curtis, K.A.; McClellan, S. Falling through the safety net: Poverty, food assistance and shopping constraints in an American city. In *Urban Anthropology and Studies of Cultural*

Systems and World Economic Development; The Institute, Inc.: New York, NY, USA, 1995; Volume 24, pp. 93–135.

14. Tarasuk, V.; Dachner, N.; Hamelin, A.-M.; Ostry, A.; Williams, P.; Bosckei, E.; Poland, B.; Raine, K. A survey of food bank operations in five Canadian cities. *BMC Public Heal.* 2014, 14, 1234. [CrossRef] [PubMed]

15. Li, Y.; Zhao, W.; Zheng, H.; Zhao, F. A Study of Food Bank Impact on China 's Charity and Food Security System. *Adv. J. Food Sci. Technol.* 2014, 6, 1331–1334. [CrossRef]

16. Gharehyakheh, A.; Sadeghiamirshahidi, N. A Sustainable Approach in Food Bank Logistics. *Proceedings of the International Annual Conference of the Anais da American Society for Engineering Management, Coeur d'Alene, ID, USA, 17–20 October 2018*; Ng, B., Nepal, E., Keathley, S.E.H., Eds.; American Society for Engineering Management (ASEM): Huntsville, AL, USA, 2018.

17. Belik, W. Políticas de Seguridad Alimentaria para las Areas Urbanas. In *Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em America Latina*; Walter Belik: São Paulo, Brasil; pp. 283–318.

18. ONG Banco de Alimentos. Relatório de Atividades. 2018. Available online: <https://bancodealimentos.org.br/wp-content/uploads/2021/04/OBA-relatorio-de-atividades-2018.pdf> (accessed on 24 April 2020).

19. Sesc. 10 anos de Mesa Brasil Sesc Goiás. Sesc: Goiás, Brasil. 2014. Available online: <https://www.sescgo.com.br/area-de-atuacao/assistencia/mesa-brasil> (accessed on 24 April 2020).

20. Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul. Nossa História. Available online: <http://www.redebancodealimentos.org.br/Pagina/179/Nossa-Historia> (accessed on 26 April 2020).

21. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual de Implantação do Banco de Alimentos. 2006. Brasília, DF. Available online: <http://www.mds.gov.br/backup/programas/seguranca-alimentar-e-nutricionalsan/banco-deealimentos/MANUAL%20DE%20IMPLANTAcAO%20DO%20BANCO%20DE%20ALIMENTOS.doc> (accessed on 12 April 2020).

22. Brasil. Seleção Pública de Propostas Para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos. Edital MDS/SESAN N° 02/2011;

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, DF, Brasil, 2011.

23. Brasil. Seleção Pública de Propostas Para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos em Centrais de Abastecimento. Edital MDS/SESAN N° 05/2012; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, DF, Brasil, 2012.

24. Brasil. Decreto n° 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei n° 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional—

SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional–PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil). Brasília: Casa Civil. Subchefia de Recursos Jurídicos. Available online: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm#:~{}:text=1o%20Este%20Decreto%20define,os%20par%C3%A2metros%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o (accessed on 9 April 2020).

25. Brasil. Portaria nº 17, de 14 de Abril de 2016. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos; Diário Oficial da União: Brasília, Brasil, 2016.

26. Brasil. Avaliação de Políticas Públicas: Reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.1: Introdução e temas transversais. 2014. Brasília, DF: MDS. Available online: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/1%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20e%20Temas%20Transversais.pdf> (accessed on 11 April 2020).

27. TCU. Relatório de Avaliação de Programa: Programa Banco de Alimentos; Brasília, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo: Brasília, Brasil, 2005; p. 122.

28. TCU. Relatório de monitoramento de auditoria: Programa Banco de Alimentos; Brasília, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo: Brasília, Brasil, 2006; p. 29.

29. TCU. Relatório de monitoramento: Programa Banco de Alimentos; Brasília, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo: Brasília, Brasil, 2008; p. 46.

30. Redes. Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos. Sumário Executivo; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, Brasil, 2006; p. 7.

31. FEC, DATAUFF. Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos—Segunda Avaliação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, DF, Brasil, 2011.

32. Simmet, A.; Tinnemann, P.; Stroebele-Benschop, N. The German Food Bank System and Its Users—A Cross-Sectional Study. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2018, 15, 1485. [CrossRef] [PubMed]

33. Brousselle, A. Avaliação: Conceitos e Métodos; Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, Brasil, 2011; p. 292.

34. Jannuzzi, P.M. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: Uma Introdução Aos Conceitos e Técnicas; Editora Alínea: Campinas, SP, Brasil, 2016.

35. Brasil. Metodologias e Instrumentos de Pesquisas de Avaliação de Programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional./Romulo Paes-

Sousa; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasil: Brasília, Brasil, 2007; p. 534.

36. Donabedian, A. Basic approaches to assessment: Structure, process and outcome. In *Explorations in Quality Assessment and Monitoring*; Health Administration Press: Ann Arbor, MI, USA, 1980; Volume I, pp. 77–125.

37. Marchioni, D.M.; Claro, R.; Levy, R.B.; Monteiro, A.C. Patterns of food acquisition in Brazilian households and associated factors: A population-based survey. *Public Heal. Nutr.* 2011, 14, 1586–1592. [CrossRef]

38. Sesc. Guia do Programa Mesa Brasil Sesc; Sesc, Departamento Nacional: Rio de Janeiro, Brasil, 2017; p. 172.

39. Tenuta, N.; Teixeira, R.A. A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos. *Segurança Aliment. Nutr.* 2017, 24, 53. [CrossRef]

40. Brasil. Instrução Normativa nº 01, de 15 de maio de 2017. Dispõe sobre a adesão dos Bancos de Alimentos à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. *Diário Oficial (da República Federativa do Brasil)*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Available online: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19090747/do1-2017-06-01-instrucao-normativa-n-1-de-15-de-maio-de-2017-19090713 (accessed on 28 April 2020).

41. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia Alimentar Para a População Brasileira*, 2nd ed.; Ministério da Saúde, Brasil: Brasília, Brasil, 2014; p. 156.

42. Martins, A.P.B.; Levy, R.B.; Claro, R.; Moubarac, J.C.; Monteiro, C.A. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987–2009). *Rev. Saúde Pública* 2013, 47, 656–665. [CrossRef] [PubMed]

43. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional Para as Políticas Públicas*; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Brasília, Brasil, 2012; p. 68.

44. UN. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Organização das Nações Unidas. ONUBR. 2015. Available online: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> (accessed on 27 April 2020).

5.3 Artigo 3

Bancos de alimentos brasileiros: como avaliá-los?

Brazilian food banks: how to evaluate them?

Natalia Tenuta¹, Romero Alves Teixeira², Rômulo Paes-Sousa¹

1 Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (IRR-Fiocruz Minas), Belo Horizonte 30190-002, Brasil; Correspondência: nataliatenuta@gmail.com

2 Departamento de Nutrição, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina 39100-000, Brasil

Resumo

Bancos de alimentos são infraestruturas direcionadas à redução de perdas e desperdícios de alimentos, garantia da segurança alimentar e nutricional e realização de educação alimentar e nutricional. Embora sejam equipamentos em funcionamento em todo o Brasil, com seu impacto reconhecido, há uma lacuna de como avaliá-los e de como produzir resultados que contribuam para o aprimoramento da sua atuação. Este artigo traz uma proposta teórico-metodológica para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros, que pretende oferecer instrumentos e técnicas para identificar se a relação entre seus insumos, processos e produtos estão compatíveis com o esperado. Baseada nos elementos de um mapa de processos e resultados para bancos de alimentos, a proposta apresenta um instrumento de coleta de dados e um plano de avaliação da implementação. Este plano de avaliação está organizado em seis dimensões de análise (conteúdo da formulação, contexto, processo de implementação, recursos, atores sociais envolvidos, e alcance) compostas por indicadores que evidenciarão diagnósticos de implementação de bancos de alimentos geridos em qualquer das quatro modalidades atualmente existentes no Brasil. Espera-se que a proposta ora apresentada contribua para a produção de metodologias direcionadas à avaliação de bancos de alimentos.

Palavras-chave: Bancos de Alimentos; Avaliação da Implementação; Plano de Avaliação.

Abstract

Food banks are facilities dedicated to (i) reducing food loss and waste, (ii) ensuring food security and (iii) performing food and nutrition education. Although the food banks are spread all over Brazil, having recognized impact in the society, there are no defined instruments for their evaluation and for improving their results. This paper presents a theoretical-methodological proposal to evaluate the implementation of Brazilian food banks, which intends to offer instruments and techniques to identify if the relation between their inputs, processes and products are consistent with expectations. Based on the elements of a map of processes and results for food banks, this proposal comprises a data collection instrument and an implementation evaluation plan. This evaluation plan is organized into six dimensions of analysis, composed of indicators that will show diagnoses of implementation for food banks managed in the four modalities currently in operation in Brazil. We hope that this proposal will be the starting point for expanding the production of evaluation methodologies focused on food banks.

Keywords: Food banks; Implementation evaluation; Evaluation plan.

1. Introdução

As atividades de monitoramento e avaliação de programas têm crescido de forma exitosa e estão se consolidando no Brasil, à guisa de construir um reconhecimento e uma materialização dos serviços prestados à sociedade e das transformações por elas geradas (Jannuzzi, 2011; Oliveira, Passador, 2019; Lima, Mendes, 2021).

Embora estas atividades possuam uma pluralidade de definições na Ciência Política, nas Ciências Sociais, Economia e Administração Pública, é possível se debruçar nesta transdisciplinaridade e buscar um arcabouço teórico e metodológico que mais se adequa ao objeto a ser analisado (Jannuzzi, 2011). Entre os especialistas, há uma tendência em se apoiar numa triangulação de métodos e técnicas buscando diferentes e complementares ângulos para avaliar uma intervenção (Jannuzzi, 2016).

Não é foco deste trabalho debater sobre a discussão conceitual, sócio-histórica e conjuntural da temática. O objetivo é lançar luz à necessidade e importância de se avaliar os bancos de alimentos brasileiros e propor uma metodologia de avaliação, face à escassez desse *locus* de análise.

Garcia *et al.* (2021), a partir de uma revisão da literatura nacional, identificaram uma lacuna quanto aos estudos de avaliação dos bancos de alimentos públicos do Brasil. González-

Torre, Coque (2016) e Simmet e cols. (2018) também concluíram que há poucas produções com este enfoque na literatura internacional.

A história dos bancos de alimentos brasileiros se iniciou na década de 1990, com poucas experiências (Belik, 2004), teve sua ampliação incentivada por um expressivo investimento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de instituições privadas (Fagundes *et al.*, 2022) e, hoje, está arquitetada em uma ampla rede nacional com 217 unidades em atuação, sob gestão pública e privada (Tenuta *et al.* 2021).

Até o março de 2023, os estudos nacionais disponíveis sobre avaliação de bancos de alimentos não detalhavam o desenho metodológico utilizado e as abordagens de análise dos achados de modo a proporcionar a replicabilidade da avaliação (Brasil, 2006; Burlandy, 2010; FEC, DataUFF, 2011; Tenuta, 2014; Costa *et al.*, 2014; Tenuta, Teixeira, 2017).

O objetivo deste trabalho é fornecer aos interessados na temática uma metodologia para pesquisa de avaliação de bancos de alimentos, apresentando a base conceitual, o percurso metodológico, os instrumentos de coleta de dados e os planos de avaliação. Espera-se que esta produção seja uma contribuição aos bancos de alimentos brasileiros e, também, à comunidade internacional que busque este tipo de modelo avaliativo, permitindo a replicação e a comparação dos resultados ao longo do tempo.

2. Perfil dos bancos de alimentos no Brasil

Bancos de alimentos são equipamentos ou infraestruturas com três objetivos fundamentais: I) combater perdas e desperdícios de alimentos; II) garantir a segurança alimentar e nutricional; III) realizar educação alimentar e nutricional (Tenuta *et al.*, 2021).

As definições e descrições recentes dadas aos bancos de alimentos concordam que são infraestruturas de captação e distribuição gratuita de alimentos a instituições socioassistenciais para fornecimento de alimentação a pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional (Brasil, 2016; 2020; Tenuta *et al.*, 2021; Fagundes *et al.*, 2022). Embora não esteja pactuado em normativas nacionais que os alimentos provenham de potenciais perdas e desperdícios, verificou-se que esta é a origem mais comum dos alimentos transacionados pelas 217 unidades mapeadas (Tenuta *et al.*, 2021).

A caracterização mais recente dos bancos de alimentos identificou quatro modalidades de gestão e duas modalidades operacionais (Tenuta *et al.*, 2021). Cabe distingui-las porque o

reconhecimento do objeto de análise é fundamental para definição da metodologia utilizada na pesquisa de avaliação.

As modalidades de gestão identificadas são: I) bancos de alimentos públicos criados e geridos pelo poder público das prefeituras municipais, muitos deles com apoio financeiro do Governo Federal Brasileiro para implantação; II) bancos de alimentos da Rede Mesa Brasil pertencentes ao Serviço Social do Comércio (Sesc), implantados e mantidos pelos seus Departamentos Regionais em cada estado, muitas vezes com apoio financeiro do Departamento Nacional da instituição; III) bancos de alimentos de Organizações da Sociedade Civil que se mantêm com recursos de empresas e outros parceiros mantenedores, de editais de instituições públicas e/ou privadas de apoio a ações sociais, e de doações financeiras, de serviços ou de produtos de apoiadores; IV) bancos de alimentos implantados em Centrais de Abastecimento, por iniciativa e responsabilidade de manutenção da própria gestão (Tenuta *et al.*, 2021).

As modalidades operacionais descritas pelo mesmo estudo são: I) modalidade convencional é aquela em que o banco de alimentos possui sede em imóvel que dispõe de estrutura física para serviços administrativos e operacionais como, no mínimo, triagem, armazenamento, porcionamento e distribuição dos alimentos para doação aos beneficiários, podendo dispor de espaço e equipagem para processamento e beneficiamento dos alimentos. Geralmente, o parceiro doador realiza as entregas no banco de alimentos, cabendo aos beneficiários a retirada das doações também no mesmo local; II) modalidade colheita urbana é aquela em que o banco de alimentos possui sede em imóvel apenas para a realização de atividades administrativas. A equipe operacional do banco de alimentos faz coleta no local indicado pelo parceiro doador, realizando, no próprio estabelecimento, a triagem e o porcionamento. A entrega dos alimentos é imediata às instituições e/ou famílias beneficiárias (Tenuta *et al.*, 2021).

3. Metodologia da pesquisa de avaliação

Os bancos de alimentos brasileiros integram a agenda da segurança alimentar e nutricional desde a década de 1990. Mesmo havendo bancos de alimentos com implantação mais recente, a estratégia utilizada por estas infraestruturas já está amadurecida de tal modo que justifique uma metodologia que avalie seus processos, embora sua implementação esteja ocorrendo de modo contínuo (Trevisan, Bellen, 2008; Lima, Mendes, 2021).

A avaliação da implementação, também denominada intermediária ou de processos, é uma estratégia de análise realizada concomitantemente à operacionalização do programa que será avaliado (*ex post*) (Draibe, 2001; Jannuzzi, 2014). É direcionada aos processos, uma vez que verifica a correspondência entre o planejado e o implementado (executado), analisando a conformidade das ações com o *design* do programa. Além disso, permite estabelecer os subprocessos que não estão regulamentados em nível macro do seu desenho (Brasil, 2018; Lima, Mendes, 2021).

Para identificar se a relação entre insumos, processos e produtos está compatível com o esperado e, se ela pode ser aprimorada, uma sequência de etapas para avaliação da implementação é recomendada (Brasil, 2018): i) definição do objetivo da avaliação; ii) definição de critérios de *performance*; iii) definição de escopo e avaliação da necessidade de amostragem; iv) definição de técnicas e de instrumentos de avaliação; v) execução; vi) recomendações.

O objetivo deste trabalho é propor técnicas e instrumentos de avaliação de bancos de alimentos, que é uma das etapas propostas para esta metodologia de análise.

4. Desenvolvimento do instrumento de coleta de dados

O desenvolvimento do instrumento de coleta de dados para pesquisa de avaliação da implementação foi orientado por pesquisa bibliográfica (Brousselle, 2011; Jannuzzi, 2016; Brasil, 2007; Donabedian, 1980; Tenuta, 2014). Tenuta (2014) adaptou variáveis de avaliação referentes às dimensões de estrutura, processo e resultado, utilizadas originalmente para avaliação da qualidade de serviços de saúde (Donabedian, 1980), aos conceitos dos bancos de alimentos.

As variáveis de avaliação de bancos de alimentos propostas por Tenuta (2014) adaptadas para este estudo, orientaram a construção das perguntas de dois questionários semiestruturados. O primeiro questionário foi produzido para caracterizar e tipificar as dimensões estrutura-processo-resultado dos equipamentos e o segundo instrumento, também direcionado a analisar a tríade proposta por Tenuta (2014), foi construído para permitir maior detalhamento na investigação. A avaliação da validade e confiabilidade dos conteúdos contou com a colaboração de gestores e técnicos de onze bancos de alimentos, gerando as versões finais para aplicação. A versão final do primeiro questionário (APÊNDICE) continha 69 perguntas e a versão final do segundo questionário (APÊNDICE) continha 200 questões.

5. Plano de avaliação da implementação

Lima e Mendes (2021), a partir de uma revisão bibliográfica sobre avaliação da implementação, propuseram as seguintes dimensões analíticas de avaliação e respectivas descrições para orientar essa metodologia de análise (Tabela 1).

TABELA 1. Dimensões analíticas para avaliação da implementação de programas.

DIMENSÕES ANALÍTICAS	DEFINIÇÃO
Análise de conteúdo da formulação	Relacionada ao momento da formulação (historicidade política, social e econômica). Descreve como os objetivos, requisitos, desenho (<i>design</i>) são delineados pelo programa. Utiliza de documentos institucionais internos, regulatórios (leis), dados estatísticos e outros, para formulação e bases conceituais do programa. Defende que há uma inter-relação entre formulação e implementação, já que a formulação exerce interferência na implementação, portanto também deve estar contida no processo de avaliação.
Análise de contexto	Emerge nas esferas institucional, econômica, política, cultural e social, compreendendo a interferência dos contextos locais, ou de outros ainda mais amplos. Identifica como os modelos político e socioeconômico fomentaram a política durante sua formulação, o marco legal, regras e métodos organizacionais que contemplam o programa na sua implementação.
Análise do processo de implementação	Especifica o processo de seleção da população-alvo (beneficiários) do programa, pela composição de regras e normas de elegibilidade, estratégias, estrutura (insumos) e processo (atividades). Relacionada ao aspecto gerencial e decisório (estrutura organizacional), divulgação e informação, seleção, capacitação, monitoramento e avaliação.
Análise dos recursos	Mapeia os recursos de múltiplas naturezas (financeira, pessoal, tecnológica) utilizados na implementação do programa. Analisa como os recursos humanos, organizacionais, financeiros e tecnológicos são geridos e executados durante a implementação, conferindo limitações em maior ou menor grau ao programa.
Análise dos atores sociais envolvidos	Análise dos interesses e a desigualdade de poder entre os atores (ou grupos) com o programa. Sobre os atores implementadores do programa, questiona-se sobre o grau de conhecimento, aceitação das regras e das condições organizacionais para implementação das ações, além da questão da capacitação desses agentes e dos beneficiários, e dos valores, agendas, estratégias e prioridades dos gestores, executores e parceiros das políticas. Avalia o grau de participação do público-alvo (beneficiários) e gestores públicos no decorrer dos processos avaliativos.
Análise do alcance	Descreve o grau em que as ações/intervenções atingiram o público-alvo (beneficiários), produto (resultados de curto prazo) e aspectos quantitativos e qualitativos desse público e dos serviços fornecidos. Analisa se os objetivos, serviços, prazo, orçamento e outras especificações do programa implementado atendem ao que foi projetado.

Fonte: Adaptado pelos autores de Lima e Mendes (2021).

Tenuta, Teixeira e Paes-Sousa (no prelo) elaboraram o Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para bancos de alimentos brasileiros para sintetizar o funcionamento dos bancos de alimentos, o seu contexto de operação, e para apontar como seus diversos

componentes-insumos, processos e produtos se alinham para produzir os resultados desejados. Ancorado neste instrumento, a Tabela 2 apresenta os elementos do MaPR (Tenuta, Teixeira, Paes-Sousa, no prelo) elencados nas dimensões analíticas propostas por Lima e Mendes (2021).

TABELA 2. Dimensões e elementos para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros.

DIMENSÕES ANALÍTICAS	ELEMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO
Análise de conteúdo da formulação	Objetivos dos bancos de alimentos brasileiros
Análise de contexto	Município/região com potencial rede de doadores de alimentos, produtos não alimentícios, recursos financeiros, tempo e serviços Instituição/órgão/organização gestor(a) para implantação e operacionalização do programa Documentos legais de regulamentação da criação Município com Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituída Intersetorialidade
Análise do processo de implementação	Pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional Definição de localização para instalação do programa - Área estratégica para captação e distribuição das doações, área de vulnerabilidade social do município Estruturas física e operacional adequadas à modalidade operacional a ser executada (Colheita urbana e/ou Convencional) e à realização de ações educativas Mobiliários, maquinários e utensílios em número e condição compatíveis com a demanda operacional Material de consumo em quantidade e condição compatíveis com a demanda operacional Veículo adequado e em número e condição compatíveis com a demanda e volume operacional Gestão de doadores Gestão de beneficiários Gestão de campanhas solidárias, doações de produtos não alimentícios, recursos financeiros, tempo e serviços Gestão de doações de alimentos Condições higiênico-sanitárias Monitoramento (1) Comunicação
Análise dos recursos	Acesso a editais de financiamento e/ou dotação orçamentária exclusiva e/ou desembolsos regulares e suficientes de recursos do(a) Instituição/órgão/organização gestor(a) e/ou de associados e mantenedores Contratação de equipe mínima (Responsável técnico(a) da área de alimentos, Equipe administrativa, Equipe operacional), Assistente Social Composição do(a) grupo/equipe gestor(a) nos moldes que a organização gestora exige, a depender da modalidade de gestão Documentos organizacionais de orientação da rotina operacional Software operacional e de gestão para registros diários e prestação de contas

	<p>Voluntariado para apoio às atividades das diversas áreas</p> <p>Gestão administrativo-financeira (1)</p> <p>Gestão pessoal</p> <p>Região com potencial produtivo e/ou de beneficiamento e/ou de transporte e/ou de comercialização</p> <p>Mobilização e sensibilização da agenda social</p> <p>Capacidade de articulação intersetorial</p>
Análise dos atores sociais envolvidos	<p>Ações educativas</p> <p>Equipe mínima (Responsável técnico(a) da área de alimentos, Equipe administrativa, Equipe operacional), Assistente Social (2)</p> <p>Levantamento, sistematização e socialização com a equipe técnica e gestora de documentos técnicos e normativas para apoio à operacionalização do programa (2)</p> <p>Articulação, produção e publicação de documentos legais e organizacionais de criação e manutenção do programa (2)</p> <p>Definição e acompanhamento das atribuições dos cargos e funções dos(as) trabalhadores(as) (2)</p> <p>Capacitação e reunião de/com equipe gestora, técnica, operacional e de voluntários(as) (2)</p> <p>Divulgação dos resultados e prestação de contas do programa (2)</p> <p>Realização de pesquisas de satisfação (2)</p> <p>Consulta a experiências externas (2)</p>
Análise do alcance	<p>Rede articulada de parceiros doadores de alimentos, produtos não alimentícios, recursos financeiros, tempo e serviços</p> <p>Rede cadastrada de instituições socioassistenciais e de famílias e indivíduos</p> <p>Doações periódicas de alimentos e produtos não alimentícios</p> <p>Oferta sistemática de ações educativas</p> <p>Reintrodução de alimentos aptos para o consumo na cadeia de abastecimento</p> <p>Complementação de cardápios de instituições socioassistenciais e de pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional com alimentos de boa qualidade nutricional e em condições seguras de consumo</p> <p>Educação permanente e geradora de conhecimento e autonomia</p> <p>Redução de perdas e desperdícios de alimentos</p> <p>Melhora do estado nutricional de pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional</p> <p>Promoção de hábitos alimentares e de vida saudáveis</p> <p>Contribuição para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável</p> <p>Contribuição às agendas e à execução de políticas públicas sociais</p>

LEGENDA

(1) Neste texto, optou-se por alocar separadamente "Gestão administrativo-financeira" de "Monitoramento".

(2) Os itens relacionados com a "Análise dos atores sociais envolvidos" foram extraídos dos componentes "Pressupostos primários" e "Atividades" do Mapa de Processos e Resultados.

Fonte: Adaptado pelos autores de Lima, Mendes (2021) e de Tenuta, Teixeira e Paes-Sousa (No prelo).

Draibe (2001) recomenda que, nas avaliações de implementação, as variáveis qualitativas, que descrevem os elementos de processos, sejam transcritas e transformadas em atributos mensuráveis e que recebam tratamentos quantitativos.

Para quantificar a análise, foi elaborada uma Matriz de referência para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros (Tabela S1), com as seguintes etapas: a) seleção das perguntas dos questionários que respondessem a cada um dos elementos para avaliação de implementação; b) transcrição para a Matriz das perguntas dos questionários para o formato de indicadores quantitativos de avaliação. As perguntas dos questionários foram transcritas de modo a construir indicadores com opções de respostas binárias (Sim e Não, pontuadas em 2 e 0, respectivamente) e tricategóricas (Sim, totalmente, Sim, parcialmente, e Não, pontuadas em 2, 1 e 0, respectivamente). Às perguntas que tinham condicionantes anteriores foram adicionadas opções de respostas “Não se aplica”, que não foram pontuadas. A Matriz construída contou com 93 indicadores distribuídos nas seis dimensões analíticas.

Tenuta e cols. (2021) mapearam duas modalidades operacionais executadas pelos bancos de alimentos brasileiros que carecem de estruturas físicas mínimas específicas para cada modalidade. As tabelas 3 e 4 apresentam a Matriz de referência para avaliação da estrutura física dos bancos de alimentos que operam as modalidades convencional e colheita urbana/rural. Quando preenchida a Matriz de referência para avaliação da estrutura física dos bancos de alimentos, o resultado deverá ser transcrito para responder ao indicador “O banco de alimentos possui estrutura física mínima compatível com a modalidade operacional que executa” da Matriz de referência para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros.

TABELA 3. Matriz de referência para avaliação da estrutura física dos bancos de alimentos que operam a modalidade convencional.

Indicadores de avaliação da estrutura física de bancos de alimentos brasileiros		Opções de respostas
O banco de alimentos possui estrutura física mínima compatível com a modalidade operacional convencional		
1	O banco de alimentos possui setor de recepção de alimentos	Sim, Não
2	O setor de recepção de alimentos é bom a excelente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
3	O banco de alimentos possui setor de seleção e triagem de alimentos	Sim, Não
4	O setor de seleção e triagem de alimentos é bom a excelente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
5	O banco de alimentos possui setor para armazenamento de alimentos sob	Sim, Não

	temperatura controlada	
6	O setor para armazenamento de alimentos sob temperatura controlada é bom a excelente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
7	O banco de alimentos possui setor para armazenamento de alimentos sob temperatura ambiente	Sim, Não
8	O setor para armazenamento de alimentos sob temperatura ambiente é bom a excelente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
9	O banco de alimentos possui setor de expedição de alimentos	Sim, Não
10	O setor de expedição de alimentos é bom a excelente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
11	O banco de alimentos possui setor de descarte	Sim, Não
12	O setor de descarte de alimentos é bom a excelente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
13	O banco de alimentos possui setor administrativo	Sim, Não
14	O setor administrativo é bom a excelente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não

TABELA 4. Matriz de referência para avaliação da estrutura física dos bancos de alimentos que operam a modalidade convencional.

Indicadores de avaliação da estrutura física de bancos de alimentos brasileiros	Opções de respostas
O banco de alimentos possui estrutura física mínima compatível com a modalidade operacional colheita urbana/rural	
1 O banco de alimentos possui setor administrativo	Sim, Não
2 O setor administrativo é bom a excelente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não

Quando a unidade convencional possuir todos os sete setores, o indicador de estrutura física mínima recebe a resposta “Sim”. Quando a unidade não possuir um setor ou mais, o indicador da estrutura física mínima será classificado em “Não”. Quanto à classificação de qualidade dos setores, quando todos os sete setores forem classificados em “bom a excelente”, ao indicador será dada a resposta “Sim, totalmente”. Quando quatro ou mais setores forem

classificados como “bom a excelente”, a resposta dada será “Sim, parcialmente”. Por fim, quando três ou menos setores forem classificados como “bom a excelente”, o indicador será marcado como “Não”. Para unidades que operam colheita urbana/rural, a estrutura física mínima trata-se de apenas um setor, de modo que a resposta da Matriz de referência para avaliação da estrutura física será apenas transcrita para a Matriz de referência para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros.

A classificação da implementação deverá ser realizada por meio do preenchimento das Matrizes de referência. Para tanto, as informações dos bancos de alimentos deverão ser extraídas de bancos de dados construídos a partir das estratégias de coleta de dados definidas pela equipe de avaliação.

Para cada atributo da Matriz de referência para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros, deverá ser definido o critério, o método de pontuação, parâmetro, valor atribuído e o ponto de corte para analisar se os resultados encontrados estão, ou não, em conformidade com os padrões estabelecidos.

Para a construção dos escores das dimensões analíticas, deverão ser determinados os valores observados (Σ da pontuação na dimensão analítica) e calculado o diagnóstico de implementação para cada dimensão (Σ da pontuação alcançada / Σ da pontuação máxima da dimensão x 100). Posteriormente, deverá ser realizado o somatório de cada dimensão analítica para cálculo do diagnóstico da implementação.

Os escores obtidos por meio do somatório das dimensões analíticas deverão ser transformados em percentuais, com referência à pontuação máxima possível. A partir desses percentuais, os bancos de alimentos serão categorizados nos diagnósticos de implementação em quatro estratos: 75,1% a 100% Implementação totalmente efetivada; 50,1% a 75% Implementação parcialmente efetivada; 25,1% a 50% Implementação não efetivada; 1% a 25% Implementação crítica.

A análise quanto à adequação das modalidades de gestão às dimensões analíticas será realizada por meio do percentual de bancos de alimentos que obtiverem percentuais maiores do que 50,1% em cada dimensão (N° de bancos de alimentos com percentual maior do que 50,1% na dimensão / Total de bancos de alimentos da modalidade analisada x 100).

Para análise do *status quo* dos atributos que interferem na consecução dos objetivos fundamentais dos bancos de alimentos brasileiros, os 93 indicadores que compõem as seis dimensões analíticas serão analisados e encaminhados, ou não, para a classificação em dois

estratos de desempenho, a partir da pontuação alcançada, por cada modalidade de gestão: 1) Desempenho potencializado: quando a média da pontuação de todas as unidades de cada modalidade de gestão alcançar valor igual ou maior a 75% da pontuação máxima possível do indicador; 2) Desempenho fragilizado: quando a média da pontuação de todas as unidades de cada modalidade de gestão alcançar valor igual ou menor a 25% da pontuação máxima possível do indicador. Os indicadores cujas médias situarem-se entre 25% e 75% não serão classificados, entendendo que não se destacarão positiva ou negativamente.

Análises adicionais dos dados poderão ser realizadas de acordo com o objetivo da avaliação, o tamanho da amostra, os custos disponíveis para análise, e a disponibilidade da base de dados. Os métodos estatísticos escolhidos gerarão resultados sob diversas perspectivas e cabe à equipe da pesquisa definir qual ou quais melhor atende(m) a avaliação.

6. Considerações finais

O processo de desenvolvimento dos questionários e das matrizes envolveu uma busca bibliográfica sobre os conteúdos relacionados a bancos de alimentos abarcados nas dimensões analíticas da avaliação da implementação. Embora escassa a literatura sobre a temática, foi possível gerar uma grande diversidade de informações, gerando o desafio de chegar a uma versão final dos instrumentos que não fosse demasiadamente longa e, ao mesmo tempo, que fosse capaz de atender os objetivos da pesquisa.

Sem distinguir a modalidade operacional e de gestão, o conteúdo das Matrizes foi elaborado de modo a contemplar a realidade de contexto, implantação, operacionalização, atingimento dos resultados e alcance dos objetivos de qualquer banco de alimentos que estiver sendo avaliado.

O Plano de avaliação da implementação apresentado pode ser utilizado na íntegra para avaliação de processos em um dado momento do ciclo de vida do banco de alimentos ou, até mesmo, de uma rede de bancos de alimentos. Mas também pode ser adaptado e servir ao monitoramento da rotina operacional e de gestão de unidades pelos seus gestores e técnicos.

O importante a ressaltar é que a proposta apresentada em tela foi construída de modo que os bancos de alimentos fossem avaliados em sua totalidade no que tange questões de estrutura, processos e resultados. Assim, cabe a ponderação, em caso de adaptação dos instrumentos, que as alterações sejam feitas com cautela para que informações

imprescindíveis não sejam excluídas, ou que a organização de critérios de avaliação sejam fiéis aos objetivos propostos pela avaliação.

Espera-se que este trabalho sirva à toda comunidade interessada em bancos de alimentos, em especial, na sua avaliação. E, ainda, que seja uma contribuição relevante para o delineamento de metodologias cada vez mais acuradas a serem utilizadas em avaliação de bancos de alimentos.

Referências

BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2020. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Metodologias e instrumentos de pesquisas de avaliação de programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional. / Rômulo Paes-Sousa (org.); Jeni Vaitsman (org.) – Brasília, DF: MDS, SAGI, 2007. 534p.

BRASIL. Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 15 de abril de 2016.

BELIK, W. Políticas de Seguridad Alimentaria Para las Areas Urbanas. In: BELIK, W. (Org.). Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em America Latina. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos. Brasília, DF: SAGI; Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade, 2006. (Sumário Executivo).

BROUSSELLE, A. (Org) Avaliação: conceitos e métodos. / organizado por Astrid Brousselle... [et al.]; tradução de Michel Colin. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 292 p.

BURLANDY, L. *et al.* Avaliação do Programa Banco de Alimentos no Brasil. In: Cadernos de Estudos: Desenvolvimento social em debate. Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição: resultados de avaliações. Brasília, DF: MDS; SAGI, n.14, 164 p, 2010.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N; CARVALHO, M. C. B. (org.). Tendências e

perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42.

COSTA, L. A. *et al.* Capacidade de resposta de Bancos de Alimentos na captação, distribuição e redução de desperdício de alimentos. *Revista Baiana de Saúde Pública*. v.38, n.1, p.30-48, jan./mar. 2014.

DONABEDIAN, A. Basic approaches to assessment: structure, process and outcome. In: *Explorations in Quality Assessment and Monitoring* (A. Donabedian), vol. I, Ann Arbor, Michigan: Health Administration Press, 1980. p. 77-125.

FEC, DATAUFF. Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos – Segunda Avaliação. 2011.

FAGUNDES, A.; DE CÁSSIA LISBOA RIBEIRO, R.; DE BRITO, E.R.B.; RECINE, E.; ROCHA, C. Public infrastructure for food and nutrition security in brazil: fulfilling the constitutional commitment to the human right to adequate food. *Food Secur.* 2022;14(4):897-905. doi: 10.1007/s12571-022-01272-1. Epub 2022 Mar 3. PMID: 35261690; PMCID: PMC8893935. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8893935/>. Acesso em: 31 maio. 2022.

GARCIA, M. T.; SILVA, E. R. da; MUSTAPHA, R. D.; COELHO, D. E. P.; MAURELLI, G.; FERREIRA, R. A. B.; AMARAL, N. T. K. do; BÓGUS, C. M. Avaliação dos bancos de alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021034, 2022. DOI: 10.20396/san.v28i00.8665406. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665406>. Acesso em: 31 maio. 2022.

GONZÁLEZ-TORRE, P.L., COQUE, J. (2016). How is a food bank managed? Different profiles in Spain. *Agric Hum Values* 33, 89–100. <https://doi.org/10.1007/s10460-015-9595-x>.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22–42, 2014. DOI: 10.18222/ea255820142916. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea255820142916>. Acesso em: 11 jun. 2019.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, v. 36, p. 251-275, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228/212>. Acesso em: 10 jun. 2019.

JANNUZZI, P. de M. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas / Paulo de Mantino Jannuzzi. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S. Avaliação da Implementação de Políticas e Programas Públicos no Brasil: uma discussão das dimensões analíticas. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], v. 13, n. 40, p. 674-699, sep. 2021. ISSN 2175-2753. Disponível em:

<<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/3480>>. Acesso em: 02 ago. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i40.3480>.

OLIVEIRA, L. R. de; PASSADOR, C. S. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 324-337, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/53445/ensaio-teorico-sobre-as-avaliacoes-de-politicas-publicas/i/pt-br>. Acesso em: 03 out. 2022.

SIMMET, A.; TINNEMANN, P.; STROEBELE-BENSCHOP, N. (2018). The German Food Bank System and Its Users—A Cross-Sectional Study. *Int. J. Environ. Res. Public Health*. 15:1485.

TENUTA N. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil. [dissertação]. Diamantina: UFVJM; 2014.

TENUTA, N.; BARROS, T.; TEIXEIRA, R.A.; PAES-SOUSA, R. Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2021, 18, 12598. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/53466/Brazilian%20Food%20Banks_%20Overview%20and%20Perspectives.pdf?sequence=2. Acesso em: 09. mai. 2022.

TENUTA, N. TEIXEIRA, R. A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 24(1):53-61, 2017.

TENUTA, N.; TEIXEIRA, R.A.; PAES-SOUSA, R. A lógica da intervenção e os indicadores de monitoramento e avaliação de bancos de alimentos brasileiros. No prelo.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M.. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista De Administração Pública*, 42(Rev. Adm. Pública, 2008. 42(3)). <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>.

MATERIAL SUPLEMENTAR

TABELA S1. Matriz de referência para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros.

Indicadores de avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros	Opções de respostas
1. Análise de conteúdo da formulação	Sim, Não
Os objetivos dos bancos de alimentos brasileiros (combater perdas e desperdícios de alimentos, garantir segurança alimentar e nutricional, realizar educação alimentar e nutricional) estão incorporados pela equipe da unidade	Sim, Não
2. Análise de contexto	Sim, Não
2 O(a) respondente soube informar se antes da implantação do banco de alimentos, alguma atividade de planejamento (1) foi realizada	Sim, Não
3 Há documentos acessíveis sobre o processo de criação e implantação do banco de alimentos	Sim, Não
4 Os documentos existentes sobre o processo de criação e implantação do banco de alimentos são suficientes para entender e conhecer a história	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
5 O(a) respondente tinha informações de como foi o processo de mapeamento de doadores e da rede socioassistencial no momento de implantação do banco de alimentos	Sim, Não
6 O(a) respondente tinha informações de quais foram os responsáveis (pessoas e/ou órgãos e/ou instituições) pela implantação do banco de alimentos	Sim, Não
7 O banco de alimentos possui Instrumento Legal e/ou Regimento Interno e/ou Estatuto Social e/ou outro instrumento que regulamenta sua criação, e define seus valores e desenho operacional e de gestão	Sim, Não
8 A equipe do banco de alimentos utiliza documento(s) e/ou normativa(s) para apoiar as atividades do banco de alimentos	Sim, Não
9 O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) atuante	Sim, Não
10 O banco de alimentos articula com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)	Sim, Não
11 O município possui Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) atuante	Sim, Não
12 O banco de alimentos articula com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	Sim, Não
13 O município possui Câmara Intersetorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) atuante	Sim, Não
14 O banco de alimentos articula com a Câmara Intersetorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Sim, Não
15 O município possui Conselho Municipal de Saúde atuante	Sim, Não
16 O banco de alimentos articula com o Conselho Municipal de Saúde	Sim, Não
17 O banco de alimentos coleta e/ou entrega alimentos em equipamentos e/ou estruturas públicas de segurança alimentar e nutricional e abastecimento (2)	Sim, Não
18 O banco de alimentos participa de alguma rede local/regional de bancos de alimentos	Sim, Não
3. Análise do processo de implementação	Sim, Não
19 O imóvel onde o banco de alimentos está implantado é próprio	Sim, Não
20 Estar localizado em área estratégica para captação de alimentos foi um motivo decisório para implantação do banco de alimentos no local atual	Sim, Não

21	Estar localizado em área estratégica para distribuição de alimentos foi um motivo decisório para implantação do banco de alimentos no local atual	Sim, Não
22	Estar localizado em área de vulnerabilidade social no município foi um motivo decisório para implantação do banco de alimentos no local atual	Sim, Não
23	Na percepção do(a) respondente, a estrutura física do banco de alimentos foi planejada considerando as atividades que seriam realizadas no local	Sim, Não
24	O banco de alimentos possui setores/áreas separadas para cada atividade	Sim, Não
25	O imóvel onde o banco de alimentos está implantado atende às necessidades de funcionamento do banco de alimentos	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
26	Para o ano de 2019, o banco de alimentos já tinha acertado/pactuado alguma reforma/modernização para melhoria da estrutura física	Sim, Não
27	O banco de alimentos possui estrutura física mínima compatível com a modalidade operacional que executa (3)	Sim, Não
28	A maioria dos setores que compõem a estrutura física mínima do banco de alimentos é boa a excelente	Sim, Não
29	O número de equipamentos/maquinários para os processos operacionais do banco de alimentos é suficiente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
30	O número de utensílios para os processos operacionais do banco de alimentos é suficiente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
31	O banco de alimentos possui veículo(s) próprio(s) para coleta e/ou distribuição de produtos, gêneros e alimentos	Sim, Não
32	O número de veículo(s) utilizado(s) pelo banco de alimentos para coleta e/ou distribuição de produtos, gêneros e alimentos é suficiente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
33	O banco de alimentos faz busca ativa de novos parceiros doadores	Sim, Não
34	O banco de alimentos capta doações de excedentes ou de perdas e desperdícios de alimentos	Sim, Não
35	O banco de alimentos capta doações em campanhas solidárias	Sim, Não
36	Em 2018, o quantitativo de alimentos oriundos de perdas e desperdícios de alimentos alcançou, pelo menos, 30% do total arrecadado	Sim, Não
37	O banco de alimentos possui o registro do quantitativo de alimentos coletados e distribuídos	Sim, Não
38	O banco de alimentos possui parceiros doadores de produtos não alimentícios e/ou de serviços	Sim, Não
39	Município e/ou o próprio banco de alimentos possui base legal/instrumento de incentivo à doação de alimentos	Sim, Não
40	O banco de alimentos possui termo de compromisso, cooperação, convênio ou outro tipo de contrato com os parceiros doadores	Sim, Não
41	O banco de alimentos utiliza critérios para cadastramento de instituições socioassistenciais	Sim, Não
42	O banco de alimentos utiliza o cadastro de instituições socioassistenciais em conselhos de direito como critério para atendimento	Sim, Não

43	O banco de alimentos possui um termo de compromisso, cooperação, convênio ou outro tipo de contrato com as instituições socioassistenciais beneficiadas no momento de cadastramento	Sim, Não
44	O banco de alimentos realiza acompanhamento das instituições socioassistenciais beneficiárias por meio de visitas	Sim, Não
45	O banco de alimentos realiza algum trabalho voltado ao empoderamento e autossustentabilidade das instituições socioassistenciais	Sim, Não
46	O banco de alimentos possui o quantitativo sistematizado do número de beneficiários	Sim, Não
47	O banco de alimentos realiza o acompanhamento do estado nutricional dos usuários das instituições socioassistenciais e suas famílias	Sim, Não
48	A entrega/cessão das doações de alimentos perecíveis é realizada no mesmo dia ou, no máximo, no dia seguinte à coleta/recebimento das doações	Sim, Não
49	O banco de alimentos adota práticas sustentáveis (4) para destinação do seu descarte orgânico	Sim, Não
50	O banco de alimentos possui instrumentos organizacionais que tratam das condições higiênico-sanitárias (5)	Sim, Não
51	O banco de alimentos possui alvarás (6) emitidos por órgãos de fiscalização	Sim, Não
52	Entre os anos de 2017 e 2018, a equipe do banco de alimentos realizou atividades de planejamento/avaliação/monitoramento das atividades (7)	Sim, Não
53	O banco de alimentos realiza autoavaliação	Sim, Não
4. Análise dos recursos		Sim, Não
54	O recurso (financeiro, material e de serviços) disponível atualmente para manutenção do banco de alimentos é suficiente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
55	O banco de alimentos depende de apoio externo (8) à atual gestão para se manter	Sim, Não
56	A equipe do banco de alimentos conhece e monitora o custo mensal para manutenção operacional do banco de alimentos	Sim, Não
57	O banco de alimentos possui recurso orçamentário próprio e exclusivo	Sim, Não
58	O banco de alimentos possui responsável técnico(a) da área de alimentos (9)	Sim, Não
59	O(a) responsável técnico(a) é de dedicação exclusiva no banco de alimentos	Sim, Não
60	O banco de alimentos possui Assistente Social	Sim, Não
61	O(a) Assistente Social é de dedicação exclusiva no banco de alimentos	Sim, Não
62	O número de funcionários e colaboradores que compõem a equipe do banco de alimentos é suficiente	Sim, totalmente; Sim, parcialmente; Não
63	O banco de alimentos conta com voluntários para apoio às atividades das diversas áreas	Sim, Não
64	O banco de alimentos depende de voluntários para funcionar	Sim, Não
65	O banco de alimentos utiliza de algum recurso informatizado para os registros diários operacionais	Sim, Não
5. Análise dos atores sociais envolvidos		Sim, Não
66	O banco de alimentos realiza atividades educativas com os seus parceiros doadores	Sim, Não
67	O banco de alimentos realiza, com regularidade(10), atividades educativas com seus doadores	Sim, Não
68	O banco de alimentos realiza atividades educativas com os seus funcionários e colaboradores	Sim, Não
69	O banco de alimentos realiza, com regularidade(10), atividades educativas com seus funcionários e colaboradores	Sim, Não

70	O banco de alimentos realiza atividades educativas com as suas instituições socioassistenciais beneficiárias	Sim, Não
71	O banco de alimentos realiza, com regularidade(10), atividades educativas com suas instituições socioassistenciais beneficiárias	Sim, Não
72	O(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente possui pós-graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional	Sim, Não
73	O(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente possui experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional	Sim, Não
74	O(a) técnico da área de alimentos possui pós-graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional	Sim, Não
75	O(a) técnico da área de alimentos possui experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional	Sim, Não
76	O(a) Assistente Social possui pós-graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional	Sim, Não
77	O(a) Assistente Social possui experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional	Sim, Não
78	Há definição das atribuições do(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente no banco de alimentos	Sim, Não
79	Há definição das atribuições do(a) técnico da área de alimentos no banco de alimentos	Sim, Não
80	Há definição das atribuições do(a) Assistente Social no banco de alimentos	Sim, Não
81	O banco de alimentos realiza prestação de contas para os seus doadores	Sim, Não
82	O banco de alimentos realiza prestação de contas para o órgão gestor ou instituição/conselho mantenedor(a)	Sim, Não
83	O banco de alimentos realiza divulgação dos seus resultados em meios de comunicação	Sim, Não
84	O banco de alimentos realiza divulgação dos seus resultados em atividades/eventos com parceiros e instituições socioassistenciais beneficiárias	Sim, Não
85	O banco de alimentos realiza pesquisa de satisfação com os parceiros doadores	Sim, Não
86	O banco de alimentos realiza pesquisa de satisfação com seus funcionários e colaboradores	Sim, Não
87	O banco de alimentos realiza pesquisa de satisfação com as instituições socioassistenciais beneficiárias	Sim, Não
6. Análise do alcance		Sim, Não
88	O banco de alimentos conta, prioritariamente, com parceiros doadores fixos para a composição dos estoques de alimentos	Sim, Não
89	O banco de alimentos doa alimentos com regularidade (11) às instituições socioassistenciais	Sim, Não
90	A maioria dos alimentos perecíveis arrecadados é avaliado em bom a ótimo para o consumo	Sim, Não
91	O banco de alimentos reintroduz para consumo, pelo menos, metade dos alimentos arrecadados	Sim, Não
92	O banco de alimentos porciona as doações de alimentos de acordo com o perfil de cada instituição socioassistencial	Sim, Não
93	O banco de alimentos porciona as doações de alimentos de acordo com o número de pessoas atendidas por cada instituição (Estimativa <i>per capita</i>)	Sim, Não

LEGENDA

(1) Atividades de planejamento: Identificação de doadores potenciais; Identificação de instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil a serem cadastradas como beneficiárias; Definição de equipe; Definição de infraestrutura; Definição de recursos financeiros e sustentabilidade do banco de alimentos.

- (2) Equipamentos e/ou estruturas públicas de segurança alimentar e nutricional e abastecimento: Restaurante Popular, Cozinha Comunitária, Hortas e Feiras Populares.
- (3) Avaliação da estrutura física: Matriz de referência de avaliação da estrutura física de bancos de alimentos convencional e Matriz de referência de avaliação da estrutura física de bancos de alimentos colheita urbana/rural.
- (4) Práticas sustentáveis: Destinação do descarte orgânico para compostagem, alimentação animal, lixo com coleta seletiva.
- (5) Instrumentos organizacionais que tratam das condições higiênico-sanitárias: Manual de Boas Práticas e/ou Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs).
- (6) Alvarás de funcionamento e/ou sanitário.
- (7) Atividades de planejamento/avaliação/monitoramento das atividades: Identificação de novos doadores potenciais; Identificação de novas instituições socioassistenciais a serem cadastradas como beneficiárias; Reunião de avaliação de equipe; Levantamento de necessidades de adequações à estrutura física; Avaliação dos recursos financeiros e sustentabilidade do banco de alimentos.
- (8) Apoio externo financeiro, de material e de serviços.
- (9) Nutricionista ou Engenheiro(a) de Alimentos ou Técnico(a) em Alimentos/Nutrição e Dietética.
- (10) Regularidade (das ações educativas): Frequência semestral ou menor.
- (11) Regularidade (das doações): Frequência diária ou semanal ou quinzenal ou mensal de doações de alimentos. A não regularidade foi respondida por bancos de alimentos que doam alimentos a depender de oferta de doações e estoques operacionais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

5.4 Artigo 4

Bancos de alimentos brasileiros: uma avaliação da implementação

Brazilian food banks: an implementation evaluation

Natalia Tenuta¹, Romero Alves Teixeira², Rômulo Paes-Sousa¹

1 Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz (IRR-Fiocruz Minas), Belo Horizonte 30190-002, Brasil; Correspondência: nataliatenuta@gmail.com

2 Departamento de Nutrição, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina 39100-000, Brasil

Resumo

Objetivo: avaliar a implementação de bancos de alimentos brasileiros das quatro modalidades de gestão existentes (pública, iniciativas da sociedade civil, Rede Mesa Brasil Sesc e Centrais de Abastecimento), no período de 2019 a 2020. Métodos: estudo de avaliação com coleta de dados primários, seguido do diagnóstico de implementação de bancos de alimentos e do resultado de desempenho dos indicadores que compõem dimensões analíticas da implementação. Resultados: todas as unidades de iniciativa da sociedade civil e 89,7% da Rede Mesa Brasil Sesc estão parcialmente implementadas, 83,3% dos bancos de alimentos de Ceasas e 68,4% dos equipamentos públicos não têm a implementação efetivada; os piores desempenhos foram relacionados à articulação com os conselhos de direitos, à proximidade da unidade a áreas de vulnerabilidade social, à capacitação e experiência progressiva de gestores e técnicos em equipamentos de segurança alimentar e nutricional, e à pesquisa de satisfação com atores envolvidos e/ou beneficiados pelas unidades. Conclusão: os bancos de alimentos brasileiros estão ancorados na realização dos objetivos de redução de perdas e desperdícios de alimentos, de garantia da segurança alimentar e nutricional e de realização da educação alimentar e nutricional, mas apresentam indicadores que sinalizam fragilidade na institucionalização do programa em âmbito nacional. Com base nisso, foram apresentadas recomendações direcionadas à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos relacionadas à: i) governança da agenda nacional do programa; ii) qualificação da atuação operacional e de gestão; iii) aproximação com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; iv)

incentivo à multifunção dos equipamentos; e v) produção de documentos técnicos e ferramentas de gestão.

Palavras-chave: Bancos de Alimentos; Avaliação da Implementação; Segurança Alimentar e Nutricional; Perdas e Desperdícios de Alimentos; Educação Alimentar e Nutricional

Abstract

Objective: to evaluate the implementation of Brazilian food banks from the four existing management modalities (public, initiatives of civil society, Rede Mesa Brasil Sesc and Supply Centers) between 2019 and 2020. Methods: evaluation study with primary data collection, followed by the diagnosis of implementation of food banks, and by the performance result of the indicators that compose the analytical dimensions of implementation. Results: all civil society initiative units and 89.7% of Rede Mesa Brasil Sesc are partially implemented, 83.3% of Ceasas food banks and 68.4% of public facilities have not been implemented; the worst performances were related to the following indicators: “articulation with right councils”, “proximity to areas of social vulnerability”, “training and previous experience of managers and technicians in food and nutritional safety equipment”, and “satisfaction survey with actors involved and/ or benefited by the units”. Conclusion: brazilian food banks are anchored in achieving the goals of reducing food losses and waste, guaranteeing food security and performing food and nutrition education actions, but present weaknesses in the national institutionalization of the program. Based on this, we present recommendations for the Brazilian Food Banks Network, regarding: i) governance of the program’s national agenda; ii) qualification of operational and management activities; iii) approximation with the National System of Food and Nutritional Security; iv) multifunction of the food banks; and v) production of technical documents and management tools.

Keywords: Food Banks; Implementation Evaluation; Food Security; Food Losses and Waste; Food and Nutritional Education Actions.

1. Introdução

Os bancos de alimentos brasileiros constituem uma rede capilarizada de 217 unidades distribuídas nos 26 estados e Distrito Federal, com expressiva relevância para a agenda nacional de garantia do direito humano à alimentação adequada. São mais de três décadas de atuação no país para recuperação de alimentos perdidos e desperdiçados, para complementação de cardápios de instituições sociassistenciais, e para promoção da alimentação adequada e saudável (Tenuta *et al.*, 2021; Fagundes *et al.*, 2022).

O mapeamento mais recente dos bancos de alimentos em funcionamento no Brasil identificou quatro modalidades de gestão: I) bancos de alimentos públicos criados e geridos pelo poder público das prefeituras municipais, muitos deles com apoio financeiro do Governo Federal Brasileiro para implantação; II) bancos de alimentos da Rede Mesa Brasil pertencentes ao Serviço Social do Comércio (Sesc), implantados e mantidos pelos Departamentos Regionais de cada estado, muitas vezes com apoio financeiro do Departamento Nacional da instituição; III) bancos de alimentos de Organizações da Sociedade Civil/Não governamentais (ONG) que se mantêm com recursos de empresas e outros parceiros mantenedores, de editais de instituições públicas e/ou privadas de apoio a ações sociais, e de doações financeiras, de serviços ou de produtos de apoiadores; IV) bancos de alimentos implantados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), por iniciativa e responsabilidade de manutenção da própria gestão (Tenuta *et al.*, 2021).

Frente aos desafios da insegurança alimentar e da fome – que alcançaram, em 2022, 125,2 milhões de pessoas e 33,1 milhões de brasileiros, respectivamente – agravados pelos desmontes das políticas públicas sociais, do aprofundamento da crise econômica e da pandemia da Covid-19 (Alpino *et al.*, 2020; PENSSAN, 2022), os bancos de alimentos vocalizam o debate político da segurança alimentar e nutricional e, por isso, devem ser pauta de pesquisas de avaliação visando o aprimoramento das suas práticas para continuidade das suas ações.

Estudos e pesquisas de avaliação de programas são mecanismos que produzem evidências sobre demandas e problemáticas sociais, características de públicos-alvo, implementação de atividades, e revela sobre seus resultados e impactos (Jannuzzi, 2016). Constituem uma etapa crucial do ciclo dos programas e devem ser direcionados a depender do objeto da avaliação e do grau de amadurecimento do programa analisado (Jannuzzi, 2011; Lima, Mendes, 2021).

A avaliação de implementação, ou avaliação de processo, tem como objetivo verificar o desenho, as características organizacionais e de desenvolvimento do programa, concluindo se o executado condiz com o modelo de intervenção idealizado (Draibe, 2001; Lima, Mendes, 2021).

Avaliações técnico-operacionais e pesquisas sobre os bancos de alimentos realizadas nos últimos anos levantaram questionamentos instigantes sobre o alcance dos seus objetivos, sobre o seu desenho e a logística de atuação das unidades (Tribunal de Contas da União 2005; 2006; 2008; Redes, 2006; Burlandy, 2010; FEC, DataUFF, 2011; Tenuta, 2014). Embora essas pesquisas tenham contribuído com importantes retratos sobre a atuação dos bancos de alimentos no país, seus resultados não vislumbraram responder se as práticas operacionais e de gestão contribuem para o alcance dos resultados e objetivos pactuados.

Com intuito de contribuir para a identificação do *status quo* de elementos e fatores que interferem na consecução dos objetivos fundamentais dos bancos de alimentos brasileiros, o objetivo deste artigo é avaliar a implementação das unidades em funcionamento no Brasil, respondendo à seguinte pergunta: Quais atributos das experiências de bancos de alimentos brasileiros estão potencializados ou fragilizados, podendo impactar no desempenho da garantia da segurança alimentar e nutricional, da redução de perdas e desperdícios de alimentos e da prática da educação alimentar e nutricional?

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa transversal, avaliativa, que analisou a implementação de bancos de alimentos em funcionamento no Brasil, nos anos de 2019 e 2020. Esta avaliação da implementação, ou de processos, tem como objetivo identificar a correspondência entre os insumos, processos e produtos planejados com o que está sendo executado (Brasil, 2018; Lima, Mendes, 2021).

2.1. Seleção da amostra

A investigação avaliou 59 bancos de alimentos localizados em 26 capitais e em 33 municípios não capitais pertencentes às 27 unidades federativas do Brasil.

Partindo do mapeamento de Tenuta e cols. (2021), uma amostra não probabilística intencional (n = 59) foi delineada para garantir a inclusão de unidades que espelhassem a diversidade das modalidades de gestão de bancos de alimentos, representando 27,2% do total

de equipamentos em funcionamento no país (n = 217), segundo o mapeamento de Tenuta e cols. (2021). Essa intencionalidade, segundo Jannuzzi (2016), permite que a avaliação capture múltiplas evidências e diversas possibilidades acerca do aspecto do programa em análise.

Para seleção da amostra, uma primeira estratificação selecionou uma amostra mínima composta por um banco de alimentos de cada modalidade de gestão existente em cada estado, garantindo a inclusão de bancos de alimentos na capital e em municípios não capital – quando havia mais de um banco de alimentos em municípios não capital, no mesmo estado, foi realizado sorteio. Em uma segunda estratificação, foram selecionadas outras unidades de modo a aproximar a proporção de bancos de alimentos das quatro modalidades de gestão da amostra àquela observada no universo mapeado por Tenuta e cols. (2021).

Uma limitação encontrada pela pesquisa durante a amostragem foi que, quando os bancos de alimentos não puderam ser incluídos no estudo (por estarem com atividades paralisadas ou pelos representantes não estarem disponíveis para as entrevistas), em alguns casos não foi possível substituí-los por outra unidade por não haver banco de alimentos da mesma modalidade de gestão na mesma localidade. Assim, a proporção da amostragem final foi o mais próximo possível do universo mapeado por Tenuta e cols. (2021) (Tabela 1).

TABELA 1. Amostragem da avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros.

CARACTERÍSTICAS DA LOCALIZAÇÃO	MODALIDADES DE BANCOS DE ALIMENTOS			
	Bancos de alimentos públicos	Bancos de alimentos não públicos		
		Bancos de alimentos da Rede Mesa Brasil Sesc	Bancos de alimentos de Organizações da sociedade civil	Bancos de alimentos de Centrais de Abastecimento
Capital	10	26	4	5
Não capital	83	63	22	4
Total mapeamento de Tenuta <i>et al.</i> (2021) (n = 217)	93 (42,9%)	89 (41,0%)	26 (12,0%)	9 (4,1%)
Capital	3	18	1	4
Não capital	16	11	4	2
Total amostra (n = 59)	19 (32,2%)	29 (49,2%)	5 (8,5%)	6 (10,2%)

2.2. Perfil do objeto de análise

Para fins dessa pesquisa de avaliação da implementação, as análises dos 59 bancos de alimentos foram realizadas por modalidade de gestão – bancos de alimentos públicos, bancos de alimentos da Rede Mesa Brasil Sesc, bancos de alimentos de iniciativa da sociedade civil, e bancos de alimentos de Centrais de Abastecimento.

2.3. Plano da avaliação da implementação

O Plano da avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros ancorou-se na construção proposta por Tenuta, Teixeira e Paes-Sousa (no prelo), que consistiu em três etapas: i) elaboração de dois questionários semiestruturados para caracterização e tipificação das dimensões de estrutura, processos e resultados; ii) elaboração dos elementos para avaliação da implementação; iii) elaboração das matrizes de referência para avaliação da implementação.

As Matrizes de avaliação de Tenuta, Teixeira e Paes-Sousa (no prelo) foram preenchidas extraindo as informações dos bancos de dados referentes à aplicação dos dois questionários elaborados pelos mesmos autores.

O primeiro questionário, com 69 perguntas, foi autopreenchido pelos representantes dos 59 bancos de alimentos selecionados para o estudo, que receberam o instrumento elaborado em Google Forms® por e-mail. Durante o período de participação, dezembro de 2018 a março de 2019, os respondentes foram sensibilizados por contatos telefônicos constantes da equipe da pesquisa para preencherem o instrumento.

O segundo questionário, com 200 perguntas, foi aplicado nos mesmos 59 bancos de alimentos que preencheram o primeiro instrumento. Em 54 bancos de alimentos, o questionário foi aplicado *in loco*, entre agosto de 2019 a janeiro de 2020. As entrevistas presenciais objetivaram um aprofundamento da investigação sobre caracterização e tipificação das dimensões estrutura-processo-resultado e de itens que necessitavam de apoio do pesquisador (estrutura física, por exemplo). Em função das medidas de contenção da transmissão da Covid-19, em especial o isolamento social, a equipe da pesquisa suspendeu as visitas *in loco* e realizou as cinco entrevistas restantes por vídeo chamada, podendo ter gerado alguma fragilidade na investigação destas unidades.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Todos os respondentes responsáveis pelos bancos de

alimentos que participaram voluntariamente da pesquisa concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A classificação da implementação foi realizada por meio da Matriz de referência para avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros (Tenuta, Teixeira e Paes-Sousa, no prelo). Para cada atributo, foi definido o critério, o método de pontuação, parâmetro, valor atribuído e o ponto de corte para analisar se os resultados encontrados estavam ou não em conformidade com os padrões estabelecidos.

Para a construção dos escores das dimensões analíticas, foram determinados os valores observados (Σ da pontuação na dimensão analítica) e calculado o diagnóstico de implementação para cada dimensão (Σ da pontuação alcançada / Σ da pontuação máxima da dimensão x 100). Posteriormente, foi realizado o somatório de cada dimensão analítica para cálculo do diagnóstico da implementação dos 59 bancos de alimentos.

Os escores obtidos por meio do somatório das dimensões analíticas foram transformados em percentuais, com referência à pontuação máxima possível. A partir desses percentuais, os 59 bancos de alimentos foram diagnosticados conforme as categorias do diagnóstico de implementação, divididas em quatro estratos: 75,1% a 100% Implementação totalmente efetivada; 50,1% a 75% Implementação parcialmente efetivada; 25,1% a 50% Implementação não efetivada; 1% a 25% Implementação crítica (Tenuta, Teixeira, Paes-Sousa, no prelo).

A verificação quanto à adequação das modalidades de gestão às dimensões analíticas foi realizada por meio do percentual de bancos de alimentos que obtiveram percentuais maiores do que 50,1% em cada dimensão (N° de bancos de alimentos com percentual maior do que 50,1% na dimensão / Total de bancos de alimentos da modalidade analisada x 100) (Tenuta, Teixeira, Paes-Sousa, no prelo).

Para análise do status quo dos atributos que interferem na consecução dos objetivos fundamentais dos bancos de alimentos brasileiros, os 93 indicadores que compõem as seis dimensões analíticas foram analisados e encaminhados, ou não, para a classificação em dois estratos de desempenho, a partir da pontuação alcançada, por cada modalidade de gestão: 1) Desempenho potencializado: quando a média da pontuação de todas as unidades de cada modalidade de gestão alcançava valor igual ou maior a 75% da pontuação máxima possível do indicador; 2) Desempenho fragilizado: quando a média da pontuação de todas as unidades de cada modalidade de gestão alcançava valor igual ou menor a 25% da pontuação máxima

possível do indicador. Os indicadores cujas médias situaram-se entre 25% e 75% não foram classificados, por não se destacarem positiva ou negativamente (Tenuta, Teixeira, Paes-Sousa, no prelo).

3. Resultados

A avaliação da implementação revelou que 3,4% dos bancos de alimentos brasileiros estão com a implementação totalmente efetivada, a maioria (62,7%) está com a implementação parcialmente efetivada e em 33,9% das unidades a implementação não está efetivada. Nenhum banco de alimentos analisado apresentou implementação crítica.

Quando analisados por modalidade de gestão, 83,3% dos bancos de alimentos de Ceasas e 68,4% dos equipamentos públicos não têm a implementação efetivada. Todas as unidades de iniciativa da sociedade civil estão parcialmente implementadas, assim como a maioria dos bancos de alimentos da Rede Mesa Brasil Sesc (89,7%) (Tabela 2).

TABELA 2. Diagnóstico de implementação de bancos de alimentos brasileiros, por modalidade de gestão, 2019 e 2020.

Diagnóstico de implementação	Bancos de alimentos públicos (%) (n = 19)	Bancos de alimentos da Rede Mesa Brasil Sesc (%) (n = 29)	Bancos de alimentos de Organizações da sociedade civil (%) (n = 5)	Bancos de alimentos de Centrais de Abastecimento (%) (n = 6)
Implementação totalmente efetivada	5,3	3,4	0	0
Implementação parcialmente efetivada	26,3	89,7	100,0	16,7
Implementação não efetivada	68,4	6,9	0	83,3

Quanto à avaliação da adequação às dimensões analíticas, a dimensão Análise de alcance (98,31%) foi a que teve mais unidades com adequação parcial ou total. A dimensão Análise dos atores envolvidos apresentou-se como a dimensão com maior fragilidade entre os bancos de alimentos avaliados, tendo, inclusive, uma maior variabilidade entre as pontuações alcançadas pelas unidades (Tabela 3).

TABELA 3. Nota média e percentual de bancos de alimentos brasileiros com adequação às dimensões analíticas da implementação, por modalidade de gestão, 2019 e 2020.

	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Dimensão 4	Dimensão 5	Dimensão 6
% geral dos bancos de alimentos com adequação	81,36	71,19	94,92	55,93	47,46	98,31
Nota média geral dos bancos de alimentos/Nota máxima (DP)	1,63/2,00 (0,79)	19,02/34,00 (5,34)	47,73/70,00 (6,88)	12,93/ 24,00 (4,78)	21,69/44,00 (7,07)	10,75/12,00 (1,61)

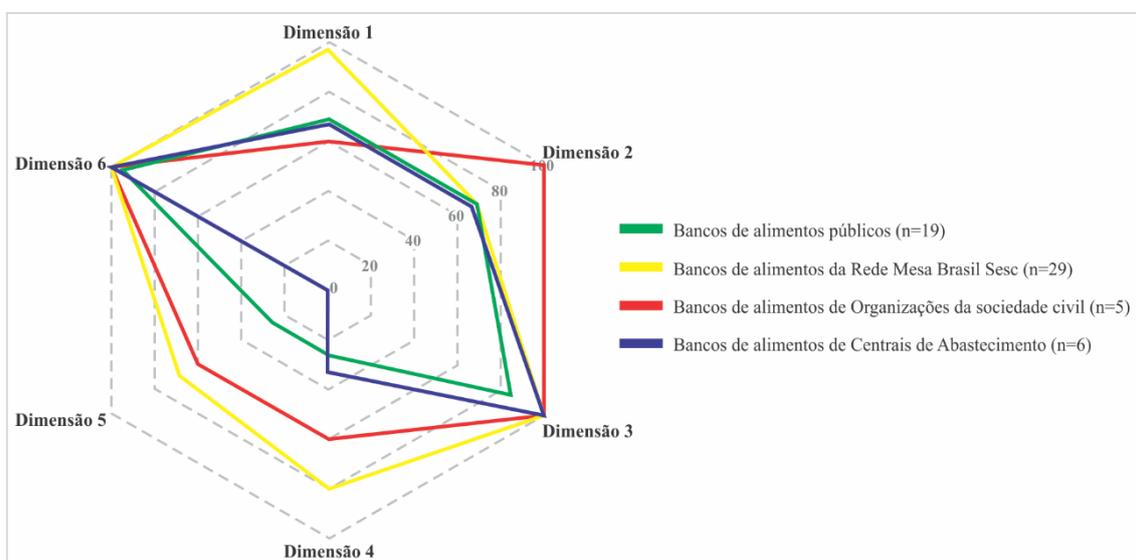
LEGENDA

Dimensão 1 - Análise de conteúdo da formulação; Dimensão 2 - Análise de contexto; Dimensão 3 - Análise do processo de implementação; Dimensão 4 - Análise dos recursos; Dimensão 5 - Análise dos atores sociais envolvidos; Dimensão 6 - Análise do alcance; DP - Desvio padrão.

Por modalidade de gestão, a Rede Mesa Brasil Sesc se destacou por apresentar mais unidades com adequação às dimensões analíticas, ressaltando-se a Análise do processo de implementação e Análise do alcance, dimensões estas em que todas as unidades da Rede alcançaram parcial ou total adequação. O cenário encontrado na modalidade de gestão de unidades de Ceasas foi parecido ao da Rede Mesa Brasil Sesc – as dimensões Análise do processo de implementação e Análise do alcance tiveram mais bancos de alimentos em adequação. Quanto à modalidade de bancos de alimentos públicos, a dimensão Análise do alcance foi a que apresentou mais unidades com adequação parcial ou total. Já as unidades de iniciativa da sociedade civil estão mais fortalecidas nas dimensões Análise de contexto, Análise do processo de implementação e Análise do alcance (Gráfico 1).

Em contrapartida, as dimensões menos desenvolvidas pelas quatro modalidades de gestão são: Análise dos atores sociais envolvidos em bancos de alimentos públicos; Análise de conteúdo da formulação, Análise dos recursos e Análise dos atores sociais envolvidos em bancos de alimentos ONG; Análise dos recursos em unidades de Ceasas; Análise de contexto e Análise dos recursos em bancos de alimentos da Rede Mesa Brasil Sesc (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Adequação de bancos de alimentos brasileiros às dimensões analíticas da implementação, por modalidade de gestão, 2019 e 2020.



LEGENDA

Dimensão 1 - Análise de conteúdo da formulação; Dimensão 2 - Análise de contexto; Dimensão 3 - Análise do processo de implementação; Dimensão 4 - Análise dos recursos; Dimensão 5 - Análise dos atores sociais envolvidos; Dimensão 6 - Análise do alcance.

Ao analisar o desempenho dos 93 indicadores de avaliação da implementação no cenário geral de bancos de alimentos brasileiros, 38 (40,86%) atributos foram identificados sem nenhuma categorização, enquanto 39 (41,94%) indicadores foram localizados com desempenho potencializado e 16 (17,20%) com desempenho fragilizado.

O quadro 1 apresenta a classificação de desempenho dos indicadores de avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros, demonstrando que, nas quatro modalidades de gestão, 18 (19,35%) atributos apresentaram desempenho potencializado e 9 (9,68%) indicadores estavam desempenhando com fragilidade. Ainda, sete atributos não se destacaram e, portanto, foram excluídos da classificação apresentada pelo quadro 1, são eles:

1. Planejamento da estrutura física considerando as atividades que seriam realizadas (opinião do respondente);
2. Condição boa a excelente da maioria dos setores que compõem a estrutura física mínima;
3. Suficiência do número de equipamentos/maquinários para os processos operacionais;
4. Exigência do cadastro de instituições socioassistenciais em conselhos de direito como critério para atendimento;
5. Dependência de apoio externo à atual gestão para se manter;
6. Existência de recurso orçamentário próprio e exclusivo;
7. Suficiência do número de funcionários e colaboradores que compõem a equipe.

QUADRO 1. Classificação de desempenho dos indicadores de avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros, 2019 e 2020.

Dimensões analíticas	Indicadores	Modalidades de gestão de bancos de alimentos brasileiros				Número de modalidades de gestão com indicador com desempenho potencializado	Número de modalidades de gestão com indicador com desempenho fragilizado
		Públicos	MBS	ONG	Ceasa		
Dimensão 1	Objetivos dos bancos de alimentos brasileiros incorporados pela equipe da unidade					1	0
Dimensão 2	Existência de informação sobre planejamento antes da implantação					3	0
	Existência de documentos acessíveis sobre o processo de criação e implantação					2	0
	Documentos existentes suficientes para entender e conhecer sobre o processo de criação e implantação					1	0
	Existência de informações sobre o processo de mapeamento de doadores e da rede socioassistencial no momento de implantação					3	0
	Existência de informações sobre os responsáveis pela implantação					3	0
	Existência de Instrumento Legal que regulamenta a criação e define valores e desenho operacional e de gestão					3	0
	Utilização de documento(s) e/ou normativa(s) que apoiam as atividades					2	0
	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do município atuante					3	0
	Articulação do banco de alimentos com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)					0	3
	Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município atuante					4	0
	Articulação do banco de alimentos com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)					0	2
	Câmara Intersetorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) do município atuante					1	0
	Articulação do banco de alimentos com a Câmara Intersetorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)					0	4
	Conselho Municipal de Saúde do município atuante					4	0
	Articulação do banco de alimentos com o Conselho Municipal de Saúde					0	4
	Coleta e/ou entrega de alimentos em equipamentos e/ou estruturas públicas de segurança alimentar e nutricional e abastecimento					1	0
	Participação do banco de alimentos em rede local/regional de bancos de alimentos					0	2
Dimensão 3	Propriedade do imóvel onde o banco de alimentos está implantado					3	0
	Localização em área estratégica para captação de alimentos como motivo decisório para implantação no local atual					0	1

Localização em área estratégica para distribuição de alimentos como motivo decisório para implantação no local atual					0	2
Localização em área de vulnerabilidade social no município como motivo decisório para implantação no local atual					0	4
Setorização da estrutura física para realização de cada atividade operacional					4	0
Atendimento do imóvel às necessidades de funcionamento					1	0
Pactuação de reforma/modernização para melhoria da estrutura física (referência ao ano seguinte à avaliação)					0	1
Existência de estrutura física mínima compatível com a modalidade operacional					2	0
Suficiência do número de utensílios para os processos operacionais					1	0
Propriedade do(s) veículo(s) para coleta e/ou distribuição de produtos, gêneros e alimentos					2	0
Suficiência do número de veículo(s) utilizado(s) para coleta e/ou distribuição de produtos, gêneros e alimentos					2	0
Realização de busca ativa de novos parceiros doadores					4	0
Captação de doações de excedentes ou de perdas e desperdícios de alimentos					4	0
Captação de doações em campanhas solidárias					3	0
Alcance de, pelo menos, 30% do quantitativo do total arrecadado de alimentos oriundos de perdas e desperdícios (referência ao ano anterior à avaliação)					4	0
Existência de registros do quantitativo de alimentos coletados e distribuídos					4	0
Existência de parcerias com doadores de produtos não alimentícios e/ou de serviços					1	3
Existência, no município ou no banco de alimentos, de base legal ou outro instrumento de incentivo à doação de alimentos					1	0
Existência de termo de compromisso ou outro instrumento pactuado com parceiros doadores					1	0
Existência de critérios para cadastramento de instituições socioassistenciais					4	0
Existência de termo de compromisso ou outro instrumento pactuado com instituições socioassistenciais beneficiadas no momento de cadastramento					2	0
Realização de visitas para acompanhamento das instituições socioassistenciais beneficiárias					4	0
Realização de trabalho de empoderamento e autossustentabilidade das instituições socioassistenciais					1	1
Existência de quantitativo sistematizado do número de beneficiários					4	0
Acompanhamento do estado nutricional dos usuários das instituições socioassistenciais e suas famílias					0	2
Realização de entrega/cessão das doações de alimentos perecíveis no mesmo dia ou, no máximo, no dia seguinte à coleta/recebimento das doações					4	0
Adoção de práticas sustentáveis para destinação do descarte orgânico					2	0
Existência de instrumentos organizacionais sobre condições higiênico-sanitárias					0	1
Existência de alvarás emitidos por órgãos de fiscalização					4	0
Realização de atividades de planejamento/avaliação/monitoramento das atividades (referência aos dois anos anteriores à avaliação)					4	0

	Realização da prática de autoavaliação				2	0
Dimensão 4	Suficiência do recurso (financeiro, material e de serviços) disponível para manutenção da unidade (referência ao ano corrente da avaliação)				1	0
	Conhecimento e monitoramento do custo mensal para manutenção operacional				1	0
	Existência de responsável técnico(a) da área de alimentos no quadro de trabalhadores				2	0
	Dedicação exclusiva do(a) responsável técnico(a) à unidade				2	0
	Existência de Assistente Social no quadro de trabalhadores				1	1
	Dedicação exclusiva do(a) Assistente Social à unidade				0	2
	Existência de voluntários para apoio às atividades das diversas áreas				1	1
	Dependência de voluntários para unidade funcionar				0	3
	Utilização de recurso informatizado para registros diários operacionais				2	0
Dimensão 5	Realização de atividades educativas com parceiros doadores				1	2
	Regularidade na realização de atividades educativas com doadores				0	2
	Realização de atividades educativas com funcionários e colaboradores				2	0
	Regularidade na realização de atividades educativas com funcionários e colaboradores				2	0
	Realização de atividades educativas com instituições socioassistenciais beneficiárias				2	0
	Regularidade na realização de atividades educativas com instituições socioassistenciais beneficiárias				2	0
	Coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente com pós-graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional				0	4
	Coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente com experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional				0	4
	Técnico da área de alimentos com pós-graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional				0	4
	Técnico da área de alimentos com experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional				0	2
	Assistente Social com pós-graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional				0	4
	Assistente Social com experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional				0	4
	Definição das atribuições do(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente				4	0
	Definição das atribuições do(a) técnico da área de alimentos				2	0
	Definição das atribuições do(a) Assistente Social				1	1
	Realização de prestação de contas para parceiros doadores				4	0
	Realização de prestação de contas para órgão gestor ou instituição/conselho mantenedor(a)				4	0
	Realização de divulgação de resultados em meios de comunicação				1	0
Realização de divulgação de seus resultados em atividades/eventos com parceiros e instituições				2	0	

	socioassistenciais beneficiárias						
	Realização de pesquisa de satisfação com parceiros doadores					0	4
	Realização de pesquisa de satisfação com funcionários e colaboradores					0	3
	Realização de pesquisa de satisfação com instituições socioassistenciais beneficiárias					0	2
Dimensão 6	Predominância de parceiros doadores fixos para composição dos estoques de alimentos					2	0
	Regularidade nas doações às instituições sociassistenciais					3	0
	Condição boa a ótima para consumo da maioria dos alimentos perecíveis arrecadados					4	0
	Aproveitamento para consumo de, pelo menos, 50% do quantitativo dos alimentos arrecadados					4	0
	Porcionamento das doações de alimentos de acordo com o perfil de cada instituição socioassistencial					3	0
	Porcionamento das doações de alimentos de acordo com o número de pessoas atendidas por cada instituição (Estimativa <i>per capita</i>)					3	0
Total de indicadores com desempenho potencializado		25	53	49	28	-	-
Total de indicadores com desempenho fragilizado		17	16	17	23	-	-

LEGENDA

Dimensão 1 - Análise de conteúdo da formulação; Dimensão 2 - Análise de contexto; Dimensão 3 - Análise do processo de implementação; Dimensão 4 - Análise dos recursos; Dimensão 5 - Análise dos atores sociais envolvidos; Dimensão 6 - Análise do alcance; MBS: Mesa Brasil Sesc; ONG: Organizações não governamentais/de iniciativa da sociedade civil; Ceasas: Centrais de Abastecimento.

Por modalidade de gestão, a Rede Mesa Brasil Sesc apresentou o maior número de indicadores com desempenho potencializado ($n = 53, 56,99\%$) e, também, o menor número de indicadores com desempenho fragilizado ($n = 16, 17,20\%$), quando comparada às outras modalidades (Quadro 1).

4. Discussão

O estudo, de abrangência nacional, realizou a avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros, permitindo identificar o estado da arte da implementação dos equipamentos em funcionamento, além de apontar que nenhuma unidade está com a implementação crítica.

Compreender a atuação dos bancos de alimentos por meio das dimensões analíticas e do desempenho dos indicadores pode direcionar as conclusões da avaliação e apontar para caminhos de aprimoramento da agenda.

A primeira dimensão de análise, Análise de conteúdo da formulação, evoca a reflexão sobre o objetivo fundamental dos bancos de alimentos de combater perdas e desperdícios de alimentos. As unidades da Rede Mesa Brasil Sesc foram as únicas que apresentaram este indicador com desempenho potencializado.

A Rede Mesa Brasil Sesc possui um documento norteador único para todos os seus equipamentos, o Guia do Programa Mesa Brasil Sesc, que descreve como missão do programa “Contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e atuar na redução do desperdício, mediante a distribuição de alimentos doados por parceiros, o desenvolvimento de ações educativas e a promoção da solidariedade social em todo o país” (Sesc, 2017). Mencionar em um instrumento direcionador os objetivos nos quais os equipamentos irão se ancorar amplia e potencializa a possibilidade dos gestores, técnicos e equipes incorporarem esses princípios nas suas ações.

A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos é (RBBA) é a principal figura articuladora destinada ao fortalecimento e integração da atuação dos equipamentos no país e não traz na atual definição de bancos de alimentos a origem preferencial dos alimentos que compõem os estoques operacionais das unidades. Tenuta, Teixeira e Paes-Sousa (no prelo), ao incluírem o combate às perdas e desperdícios de alimentos no Mapa de Processos e Resultados para Bancos de Alimentos, lançam luz a este debate. Segundo os autores, os alimentos oriundos de perdas e desperdícios devem constituir, se não o todo, a maior parte dos estoques operacionais

dos equipamentos, justamente pela função social de resgate de alimentos em condições seguras e adequadas para consumo humano que os bancos de alimentos têm.

Quanto à segunda dimensão, Análise de contexto, duas ou mais modalidades de gestão apresentaram, com desempenho potencializado, os atributos de planejamento e mapeamento da rede de parcerias e de beneficiários no momento de implantação das unidades; de existência de instrumento legal de regulamentação da criação do equipamento; e de utilização de documentos norteadores, incluindo normativas. Estes indicadores apontam a preocupação das modalidades de gestão em consolidar a implantação das unidades e em apoiar as ações em princípios, diretrizes e parâmetros operacionais e de gestão. Cabe a ressalva de que a modalidade pública foi a única que apresentou fragilidade nos indicadores relacionados ao planejamento prévio à implantação, podendo ser um fator deletério para outros atributos de execução do programa.

Embora tenha sido verificada a existência de conselhos de direito nos municípios que sediam os bancos de alimentos, ficou evidenciado que os equipamentos não articulam com estes espaços, caracterizando uma fragilidade dos equipamentos brasileiros. Os conselhos de direito (da Segurança Alimentar e Nutricional, da Assistência Social e da Saúde) podem assessorar no planejamento e monitoramento das ações e resultados, na criação e supervisão de critérios de elegibilidade de instituições socioassistenciais, na realização de ações educativas com temáticas de *expertise* dos conselheiros e no apoio ao processo de transparência e prestação de contas dos serviços prestados (Brasil, 2020).

Outro atributo destacado com fragilidade no desempenho foi a articulação e participação em redes locais de bancos de alimentos, estratégia não adotada por unidades da Rede Mesa Brasil Sesc e por iniciativas da sociedade civil. O Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos, publicado pela RBBA, reconhece a articulação em rede como estratégia para potencializar as dimensões de estrutura e processos dos seus integrantes, levando a resultados mais eficazes. Como ações em rede, o Guia sugere troca de estoques operacionais, empréstimo de espaços físicos e de veículos, mobilização conjunta de potenciais parceiros, intercâmbio de recursos, trabalho conjunto para apoio à rede socioassistencial e para a realização de atividades educativas, compartilhamento de materiais, troca de experiências e mobilização de setores afins para atividades intersetoriais (Brasil, 2020).

A dimensão três, Análise do processo de implementação, apresenta indicadores de infraestrutura com desempenho potencializado. Bancos de alimentos de todas as modalidades,

com exceção daqueles de iniciativa da sociedade civil, possuem imóveis próprios. O benefício desta condição está em garantir um grau de liberdade na construção e/ou reforma da estrutura física para melhor operar um banco de alimentos. Além disso, garante, por um longo período, o funcionamento da unidade na mesma estrutura, consolidando a atuação naquele território e sem grandes imprevistos de instabilidade e mudanças de local.

Cabe a ponderação, no entanto, que o exercício pleno dos poderes do imóvel, por si só, não deveria ser um critério preferencial para instalação de um banco de alimentos. Tenuta (2014) verificou que, em 70% das unidades estudadas, a propriedade do imóvel foi fator decisório para instalação dos equipamentos. Embora tenha sido um critério exigido pelos editais do Governo Federal de apoio à implantação e modernização – e é compreensível este critério, haja vista o investimento de recurso público nas estruturas físicas municipais – ressalta-se, também, a importância de outros critérios para embasarem essa decisão de localização para instalação. A localização é fator primordial para a boa logística de uma unidade para facilitar e potencializar o mapeamento, identificação e acompanhamento dos parceiros doadores e instituições socioassistenciais, além de otimizar os processos de coleta e entrega de alimentos.

Nas unidades sob gestão da sociedade civil, além da propriedade do imóvel, os indicadores de localização em área estratégica para captação e distribuição de alimentos, e em área de vulnerabilidade social no município, também se apresentaram com fragilidade, sugerindo que as instalações têm se baseado em fatores que não necessariamente favoreçam as atividades do equipamento. A localização em área de vulnerabilidade social também foi verificada como indicador com fragilidade nas outras três modalidades de gestão.

Outros indicadores da dimensão Análise do processo de implementação se destacaram pelo desempenho otimizado pelas quatro modalidades de gestão avaliadas – Existência de setores da estrutura física separados e destinados a distintas operações e atividades; busca ativa de novos parceiros doadores; utilização de critérios para cadastramento de instituições socioassistenciais; captação de, pelo menos, 30% das doações de excedentes ou de perdas e desperdícios de alimentos; registro sistemático do quantitativo de doações e de instituições beneficiárias; realização de visitas de acompanhamento das instituições beneficiárias; entrega de doações de alimentos perecíveis num prazo de um dia após o recebimento; existência de alvarás emitidos por órgãos de fiscalização; e realização de atividades de planejamento, avaliação e monitoramento de suas atividades. Todos estes atributos fazem parte de um bojo

de ações de planejamento e gestão que contribuem para um bom funcionamento dos programas, conforme recomendações do Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos e do Guia do Programa Mesa Brasil Sesc (Brasil, 2020; Sesc, 2017).

Ainda sobre a dimensão de Análise do processo de implementação, outros indicadores com desempenhos fragilizados também foram identificados. Com exceção da Rede Mesa Brasil Sesc, as outras três modalidades de gestão não têm a parceria para arrecadação de produtos não alimentícios e/ou de serviços como uma vertente de atuação. Apesar deste perfil de doações não ser a vocação dos bancos de alimentos, as unidades podem contar com as parcerias e logísticas já estabelecidas para contribuir com a cessão de produtos não alimentícios, também necessários às instituições e que configuram gastos ao orçamento destas organizações. Segundo Tenuta, Teixeira e Paes-Sousa (no prelo), os produtos não alimentícios podem ser material de limpeza e higiene pessoal, roupas de cama, mesa e banho, vestuários, utensílios domésticos, e outros. Quanto às doações de serviços aos bancos de alimentos, definidos por Tenuta, Teixeira e Paes-Sousa (no prelo) como serviços gráficos, de logística e comunicação, combustível, dentre outros, estas podem contribuir para a economicidade dos recursos, uma vez que a unidade não necessitará custear parte ou o todo destes serviços.

Outro indicador que precisa ser fortalecido nas unidades Mesa Brasil Sesc e nos bancos de alimentos da sociedade civil é a realização do acompanhamento do estado nutricional dos usuários das instituições socioassistenciais e de suas famílias. Tenuta e colaboradores (2021) verificaram que 15,73% das unidades do Sesc e 38,46% das de iniciativa da sociedade civil realizavam, à época do estudo, tal monitoramento do estado nutricional dos beneficiários e de suas famílias.

O presente estudo apontou que 93,1% das unidades Mesa Brasil Sesc e 100% dos bancos de alimentos de organizações não governamentais contam com nutricionista, o profissional habilitado para avaliar o estado nutricional de um indivíduo e, portanto, verificar o equilíbrio entre o consumo de nutrientes e o gasto energético do organismo para suprir as necessidades nutricionais (Brasil, 2011). Cabe salientar que, pelo papel complementar que os bancos de alimentos têm na alimentação dos beneficiários, não é justificável que os equipamentos assumam para si a responsabilidade desta aferição e do diagnóstico. Os profissionais dos equipamentos podem acompanhar os registros das medições realizadas por serviços de saúde, ou por outras instituições, e apoiar estratégias nutricionais daqueles casos que carecem de alguma adequação. Tenuta, Teixeira e Sousa-Paes (no prelo) apontam no

Mapa de Indicadores (MaIND) para Bancos de Alimentos Brasileiros indicadores de impacto relacionados ao consumo e que os nutricionistas conseguem ser mais atuantes e incidir de forma mais ativa. Os indicadores de consumo sugeridos são capazes de mensurar mudanças no padrão de alimentação dos beneficiários, causadas pela complementação dos cardápios, e no hábito alimentar, geradas pelas ações educativas.

Quanto à quarta dimensão, Análise dos recursos, os indicadores relacionados ao responsável técnico se destacaram por estarem potencializados nas unidades da Rede Mesa Brasil Sesc e naquelas de iniciativa da sociedade civil. Já foi apresentado que a maioria destes bancos de alimentos conta com profissional da área de alimentação e nutrição e, ainda, foi identificado que os nutricionistas possuem dedicação exclusiva nas unidades. Estas mesmas modalidades apresentaram o uso de recursos informatizados como outro atributo com, demonstrando investimento tecnológico nos controles operacionais e de gestão das unidades. O uso de recursos informatizados, a exemplo de *softwares* específicos para bancos de alimentos, garante o histórico e a segurança da guarda dos documentos, facilita o monitoramento, prestação de contas, produção de relatórios e elaboração gráficos de desempenho do banco de alimentos (Brasil, 2020).

Com relação aos indicadores da quinta dimensão, Análise dos atores sociais envolvidos, nove atributos foram identificados com desempenho potencializado em duas ou mais modalidades de gestão – realização de atividades educativas com funcionários e instituições, ambos indicadores apresentando regularidade na realização; atribuições do(a) coordenador(a) e do(a) responsável técnico(a) definidas; realização de prestação de contas aos parceiros doadores e, também, ao órgão gestor; e divulgação dos resultados da unidade em eventos externos. Mas, em maior número, os atributos com desempenho fragilizado ficaram mais evidentes – pouca oferta de ações educativas aos parceiros doadores e, quando existentes, sem regularidade; coordenador(a), responsável técnico(a) e assistente social sem cursos de formação em segurança alimentar e nutricional e/ou em equipamentos públicos; coordenador(a) e assistente social sem experiência progressa em equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional; e ausência de pesquisas de satisfação com doadores, colaboradores das unidades e instituições beneficiárias.

A realização de ações educativas é uma vertente potente da atuação dos bancos de alimentos brasileiros, haja vista que foi identificada pela Primeira Pesquisa de Avaliação de Bancos de Alimentos (Redes, 2006), pela Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de

Alimentos (FEC, DataUFF, 2011) e pela pesquisa de Tenuta e cols. (2021). Embora estas atividades sejam realizadas, Tenuta e cols. (2021) verificaram que os equipamentos direcionam essas ações preferencialmente às/aos instituições socioassistenciais/usuários e aos seus próprios funcionários, revelando que poucas atividades educacionais são destinadas aos parceiros doadores. O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas reconhece os bancos de alimentos como um estratégico campo de prática da educação alimentar e nutricional (Brasil, 2012). Assim, o resultado da presente avaliação aponta para a necessidade de motivar e apoiar ações educativas para este público menos favorecido pelas atividades promovidas, principalmente nos bancos de alimentos públicos e naqueles de gestão das Ceasas.

A definição das atribuições dos funcionários e colaboradores é recomendada pelo Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos (Brasil, 2020) e deve complementar atributos gerais relacionados à compreensão e sensibilidade para as agendas de perdas e desperdícios de alimentos e de segurança alimentar e nutricional; capacidade de análise do contexto em relação às práticas realizadas pela unidade; compreensão da gestão e do processo de trabalho; prática comunicativa e intersetorial paralela ao pensamento estratégico; e ao acompanhamento das necessidades dos parceiros ou ter habilidade para articular parcerias. As atribuições dos(as) coordenadores(as) foram identificadas como atributo com potencialidade nas quatro modalidades analisadas, e as dos(as) responsáveis técnicos(as) nas modalidades Mesa Brasil Sesc e de organizações da sociedade civil. Os documentos de referência do Sesc e da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos apresentam sugestões de atribuições a todos os profissionais que compõem a equipe mínima recomendada (Sesc, 2017; Brasil, 2020).

Os procedimentos de prestação de contas são fundamentais para a transparência na gestão dos recursos e no cumprimento das obrigações legais. São direcionados aos órgãos de controle, conselhos de direito, órgãos governamentais, mantenedores, além dos parceiros doadores, com o objetivo de demonstrar se os recursos foram corretamente empregados e se os objetivos e suas ações foram alcançados conforme planejado (Sesc, 2017; Brasil, 2020). Todas as modalidades de gestão avaliadas realizam prestação de contas aos seus parceiros doadores e ao órgão gestor, e as modalidades Sesc e de iniciativa da sociedade civil possuem, adicionalmente, a estratégia de realizar atividades externas e/ou eventos para divulgação dos seus resultados voltados aos parceiros e instituições beneficiárias. Segundo o Guia do

Programa Mesa Brasil Sesc, os eventos são importantes ações que reforçam a fidelização com as parcerias estabelecidas (Sesc, 2017).

Em se tratando dos atributos da quinta dimensão que apresentaram fragilidade pela maioria das modalidades avaliadas, é esperado que a experiência pregressa e a participação em cursos de formação pelos trabalhadores conformem uma maior *expertise* para a atuação nos bancos de alimentos. Tenuta (2014) encontrou nos bancos de alimentos públicos mineiros 30% de nutricionistas e 25% de coordenadores(as) com especialização, sem especificação da área. O estudo mencionado e a avaliação presente apontam para a demanda de incentivo à capacitação dos trabalhadores, preferencialmente na temática da segurança alimentar e nutricional e, ainda, se possível, voltada para equipamentos públicos. Um exemplo de possibilidade de capacitação destinada aos colaboradores de bancos de alimentos foi o extinto “Curso Básico de Formação de Gestores de Bancos de Alimentos”, de extensão em âmbito nacional, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e executado pela Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS).

Tenuta e cols. (2021) identificaram que pesquisas de satisfação não são práticas comuns nos bancos de alimentos pesquisados, principalmente na modalidade Ceasa, em que 11,1% das unidades realizam pesquisa de satisfação com instituições beneficiárias, com parceiros doadores e com seus próprios colaboradores. As pesquisas de satisfação podem contribuir para a autoavaliação das unidades sobre o ambiente e condições de trabalho oferecidas, sobre os serviços prestados e a qualidade dos alimentos doados, assim como para verificar a relação e os processos envolvendo parceiros doadores. Mas, também, torna-se premente a necessidade de trazer à luz a discussão crítica dos objetivos, metodologias utilizadas, contexto de acesso aos entrevistados e outros elementos determinantes da categoria “satisfação”, como grau de expectativa e exigência individuais em relação ao serviço, assim como características individuais do sujeito como idade, gênero, classe social e estado psicológico (Sitzia, Wood, 1997; Vaitsman, Andrade, 2005).

No que tange aos indicadores da Análise do Alcance, dimensão seis, revelou-se que as unidades recebem alimentos perecíveis de boa a ótima qualidade, além disso, conseguem um aproveitamento destes alimentos de, pelo menos, 50%. Além da qualidade e do aproveitamento dos alimentos recebidos, também há uma preocupação em porcionar as doações que serão encaminhadas de acordo com o perfil e o número de beneficiários atendidos pelas instituições socioassistenciais. Este desempenho de potencialidade em todas

as modalidades de gestão avaliadas aponta para a contribuição de bancos de alimentos brasileiros para a recuperação de alimentos perdidos e desperdiçados, e para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

As análises apresentadas foram abordadas no âmbito dos indicadores e de suas potencialidades e fragilidades e, ainda, os atributos foram ressaltados quando se destacaram em duas ou mais modalidades de gestão. Para reflexão por modalidade de gestão, ou individualmente por indicador, é imperativo que as análises sejam feitas separadamente, com a lente que couber para avaliação prevista. Cada modalidade de gestão apresentou uma performance distinta na avaliação da implementação e o quadro 1 da sessão de resultados permite um olhar aprofundado a depender da modalidade e do atributo de interesse.

5. Considerações finais e recomendações

A avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros permitiu verificar contribuições relevantes dos equipamentos em funcionamento no país aos objetivos de redução de perdas e desperdícios de alimentos, garantia da segurança alimentar e nutricional e, realização da educação alimentar e nutricional. Ainda assim, o diagnóstico realizado revelou que os bancos de alimentos possuem fragilidades institucionais que impactam na realização de ações e práticas operacionais e de gestão distribuídas nas dimensões de análise.

Ao verificar a correspondência do executado com o que está pactuado foi possível encontrar fragilidades relacionadas, principalmente, à articulação das unidades com os conselhos de direitos, à participação em redes locais e regionais de bancos de alimentos, à definição da localização dos equipamentos considerando critérios sociais e logísticos, à busca por doações de produtos não alimentícios e de serviços, ao acompanhamento do estado nutricional dos usuários e beneficiários, à oferta sistemática de ações educativas direcionadas aos parceiros doadores, à composição do quadro de colaboradores com trabalhadores que possuam capacitação em temáticas da segurança alimentar e nutricional e experiência progressa em equipamentos, e à realização de pesquisas sobre a satisfação e a relação dos atores envolvidos com os bancos de alimentos.

A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, enquanto a maior rede nacional do país que integra equipamentos de todas as modalidades de gestão, possui potencial papel de apoiar e ampliar a qualificação dos bancos de alimentos em funcionamento no país. Para tal, seguem recomendações ao nível macro do programa:

- Reforço em normativas e documentos orientadores do âmbito da RBBA sobre os objetivos fundamentais de bancos de alimentos brasileiros;
- Aproximação da agenda dos bancos de alimentos ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);
- Participação e recomendação aos processos de governança do Programa Banco de Alimentos no âmbito do Governo Federal, de modo a qualificar a agenda pública dos bancos de alimentos, em especial, recomendando a discussão sobre cofinanciamento para os entes estaduais e municipais;
- Incentivo à multifunção dos bancos de alimentos enquanto espaços transdisciplinares relacionados à realização da educação, prática de hábitos saudáveis, geração de renda e de outros temas afins à realização de direitos e cidadania;
- Elaboração e publicação de um Manual de Implantação de Bancos de Alimentos;
- Elaboração de um plano estratégico de divulgação dos materiais publicados pela RBBA (Guia de Boas Práticas para Bancos de Alimentos e Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos);
- Criação de um espaço virtual para cadastramento de experiências bem-sucedidas em bancos de alimentos;
- Elaboração de um plano estratégico de incentivo à aproximação dos bancos de alimentos com os conselhos de direitos;
- Criação de um *software* nacional para registros operacionais e de gestão diários a serem disponibilizados aos bancos de alimentos interessados;
- Elaboração de um plano estratégico de incentivo à formação de redes locais e regionais de bancos de alimentos;
- Aproximação da RBBA com o *Global FoodBanking Network* (GFN), rede internacional de bancos de alimentos, em busca de parcerias e *benchmarking*;
- Elaboração e oferta de cursos de formação em plataforma de Educação à Distância de autoaprendizagem sobre bancos de alimentos;
- Realização de pesquisas nacionais sistemáticas sobre bancos de alimentos, contemplando atualização do mapeamento e da caracterização das modalidades operacionais e de gestão dos equipamentos.

A qualidade da atuação de bancos de alimentos brasileiros ainda é pouco avaliada e este estudo pretendeu preencher esta lacuna ao investigar o tema e ao fornecer diagnósticos de implementação das unidades e de desempenho dos indicadores. Espera-se que este estudo sirva para a gestão das unidades individualmente, para a gestão nacional enquanto programa, assim como à comunidade científica que investiga e contribui com os bancos de alimentos no Brasil e no mundo.

Referências

ALPINO, T. et al. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2020, v. 36, n. 8 [Acessado 10 Outubro 2022], e00161320. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>>. Epub 02 Set 2020. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>.

BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos, 1ª edição. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020. 72p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20\(1\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20(1).pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p.

BURLANDY, L. et al. Avaliação do Programa Banco de Alimentos no Brasil. In: *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento social em debate. Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição: resultados de avaliações*. Brasília, DF: MDS; SAGI, n.14, 164 p, 2010.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42.

FEC, DATAUFF. Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos – Segunda Avaliação. 2011.

FAGUNDES, A.; DE CÁSSIA LISBOA RIBEIRO, R.; DE BRITO, E.R.B.; RECINE, E.; ROCHA, C. Public infrastructure for food and nutrition security in brazil: fulfilling the

constitutional commitment to the human right to adequate food. *Food Secur.* 2022;14(4):897-905. doi: 10.1007/s12571-022-01272-1. Epub 2022 Mar 3. PMID: 35261690; PMCID: PMC8893935. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8893935/>. Acesso em: 31 maio. 2022.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, v. 36, p. 251-275, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228/212>. Acesso em: 10 jun. 2019.

JANNUZZI. P. de M. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas / Paulo de Mantino Jannuzzi. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S. Avaliação da Implementação de Políticas e Programas Públicos no Brasil: uma discussão das dimensões analíticas. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], v. 13, n. 40, p. 674-699, sep. 2021. ISSN 2175-2753. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/3480>>. Acesso em: 02 ago. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i40.3480>.

PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise; 1) PDF. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 17 jul 2022.

REDES, MDS. Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos. Sumário Executivo. Brasília, DF. 7 p., 2006.

SESC. Departamento Nacional. Guia do Programa Mesa Brasil Sesc / Sesc, Departamento Nacional. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2017. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/5848/mod_resource/content/2/Guia_MBS_4_11_2016_Rev2_Novo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

SITZIA, J., WOOD, N. Patient satisfaction: a review of issues and concepts. *Soc Sci Med.* 1997. Dec;45(12):1829-43. doi: 10.1016/s0277-9536(97)00128-7. PMID: 9447632.

TENUTA N. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil. [dissertação]. Diamantina: UFVJM; 2014.

TENUTA, N.; BARROS, T.; TEIXEIRA, R.A.; PAES-SOUSA, R. Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2021, 18, 12598. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/53466/Brazilian%20Food%20Banks_%20Overview%20and%20Perspectives.pdf?sequence=2. Acesso em: 09. mai. 2022.

TENUTA, N.; TEIXEIRA, R.A.; PAES-SOUSA, R. A lógica da intervenção e os indicadores de monitoramento e avaliação de bancos de alimentos brasileiros. No prelo.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de avaliação de programa: Programa Banco de Alimentos. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 122 p., 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de monitoramento de auditoria: Programa Banco de Alimentos. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 29 p., 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de monitoramento: Programa Banco de Alimentos. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 46 p., 2008.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B. DE. Satisfação e responsividade: formas de medir a qualidade e a humanização da assistência à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. Ciênc. saúde coletiva, 2005 10(3), p. 599–613, jul. 2005.

MATERIAL SUPLEMENTAR

TABELA S1. Nota média e percentual de bancos de alimentos com adequação às dimensões analíticas da implementação, por modalidade de gestão.

	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Dimensão 4	Dimensão 5	Dimensão 6
% de bancos de alimentos Ceasas com adequação	66,67	66,67	100,00	33,33	0,00	100,00
Nota média dos bancos de alimentos Ceasas/Nota máxima (DP)	1,33/2,00 (1,03)	18,17/34,00 (3,87)	43,00/70,00 (4,29)	9,17/ 24,00 (5,85)	15,67/44,00 (7,42)	9,33/12,00 (1,63)
% de bancos de alimentos ONGs com adequação	60,00	100,00	100,00	60,00	60,00	100,00
Nota média dos bancos de alimentos ONGs/Nota máxima (DP)	1,20/2,00 (1,10)	22,80/34,00 (2,68)	46,00/70,00 (3,74)	16,40/ 24,00 (5,32)	24,40/44,00 (5,73)	11,60/12,00 (0,89)
% de bancos de alimentos públicos com adequação	68,42	68,42	84,21	26,32	26,32	94,74
Nota média dos bancos de alimentos públicos/Nota máxima (DP)	1,37/2,00 (0,82)	19,00/34,00 (2,42)	43,53/70,00 (3,73)	10,11/ 24,00 (2,07)	17,47/44,00 (5,22)	10,00/12,00 (1,51)
% de bancos de alimentos SESC com adequação	96,55	68,97	100,00	79,31	68,97	100,00
Nota média dos bancos de alimentos SESC/Nota máxima (DP)	1,93/2,00 (0,37)	18,55/34,00 (4,11)	51,76/70,00 (4,73)	14,97/ 24,00 (2,76)	25,24/44,00 (4,42)	11,38/12,00 (1,21)

% geral dos bancos de alimentos com adequação	81,36	71,19	94,92	55,93	47,46	98,31
Nota média geral dos bancos de alimentos/Nota máxima (DP)	1,63/2,00 (0,79)	19,02/34,00 (5,34)	47,73/70,00 (6,88)	12,93/ 24,00 (4,78)	21,69/44,00 (7,07)	10,75/12,00 (1,61)

LEGENDA

Dimensão 1 - Análise de conteúdo da formulação; Dimensão 2 - Análise de contexto; Dimensão 3 - Análise do processo de implementação; Dimensão 4 - Análise dos recursos; Dimensão 5 - Análise dos atores sociais envolvidos; Dimensão 6 - Análise do alcance; DP - Desvio padrão.

6 Conclusão

A teoria dos bancos de alimentos no Brasil ainda é pouco versada face ao tamanho da contribuição destas infraestruturas às problemáticas sociais que reverberam em alimentos perdidos e desperdiçados e em pessoas sem o direito à alimentação respeitado e garantido.

Ao construir e fornecer uma narrativa que apoie a compreensão da função social, dos objetivos, insumos, atividades, recursos e impactos dos bancos de alimentos, assim como os mecanismos para sua avaliação, espera-se documentar o desenvolvimento da agenda e incentivar processos contínuos de análise destes programas.

O Mapa de Processos e Resultados, o Mapa de Indicadores, assim como o Plano de avaliação da implementação constituem produtos dessa Tese destinados ao bojo de reflexões teóricas e metodológicas sobre os bancos de alimentos que, tanto no Brasil quanto no mundo, ainda é pouco explorado e fortalecido.

O mapeamento e a caracterização de bancos de alimentos brasileiros inauguram um espaço direcionado a outras modalidades de gestão, que não somente à pública, e lança luz à diferenciação de modalidades operacionais que demandam estruturas distintas com procedimentos específicos e particulares. Este panorama dos bancos de alimentos brasileiros em funcionamento revelam a capilaridade da agenda no Brasil e explicita o *status* da contribuição destas unidades para a redução de PDA, garantia da SAN e realização da EAN.

A avaliação da implementação, complementar ao mapeamento e à caracterização dos bancos de alimentos brasileiros, sedimenta o lugar que estes equipamentos ocupam hoje no país, evidenciando seus sucessos e falhas, e sinalizando ações para encaminhar o melhoramento da sua atuação.

Os resultados do mapeamento e caracterização, bem como da avaliação da implementação estão sumarizados no quadro 2.

QUADRO 2 – Sumarização dos resultados do Mapeamento e caracterização e da Avaliação da implementação de bancos de alimentos brasileiros.

Escopo	Amostra pesquisada	Principais resultados
Mapeamento e caracterização	217	<p>A gestão dos bancos de alimentos brasileiros ocorre em quatro modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. públicos municipais 2. privados da Rede Mesa Brasil Sesc (MBS) 3. organizações não governamentais (ONG) 4. Centrais de Abastecimento (Ceasas)
		<p>Os bancos de alimentos brasileiros operam em duas modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. convencional 2. colheita urbana
		<p>Os bancos de alimentos atuam na realização de três objetivos fundamentais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. combater perdas e desperdícios de alimentos 2. garantir segurança alimentar e nutricional 3. realizar educação alimentar e nutricional
		<p>Há unidades em funcionamento em todo o Brasil, com maior concentração nas regiões sudeste, nordeste e sul. A modalidade de gestão Mesa Brasil Sesc é a única presente em todos os estados e Distrito Federal. A modalidade pública é a segunda com maior capilaridade no país, presente em 18 estados.</p>
		<p>A etapa final da cadeia é a mais acessada pelos bancos de alimentos para captação de doações. As unidades MBS e as ONGs captam mais doações em armazéns, mercados, supermercados, hipermercados. Os equipamentos públicos também acessam, preferencialmente, estes doadores, além de agricultores familiares. As unidades em Ceasas buscam a maior quantidade de doações nas próprias Centrais.</p>
		<p>O público beneficiário preferencial dos bancos de alimentos são as famílias em risco social, seguido das crianças atendidas por creches. As famílias são atendidas por meio de instituições mediadoras ou diretamente ou pelos Centros de Referência de Assistência Social.</p>
		<p>A maioria das unidades apresentam “frutas e hortaliças (naturais, refrigeradas ou congeladas, secas e desidratadas – sem adição de outros ingredientes)” como o tipo de alimento mais recorrente nos estoques operacionais e, também, utilizam até 75% do quantitativo de alimentos arrecadados.</p>
		<p>As ações educativas são realizadas com maior frequência para instituições, famílias beneficiárias e usuários, seguidas das ações voltadas para seus colaboradores e funcionários. Aos parceiros doadores, estas ações carecem ser priorizadas.</p>
		<p>A autoavaliação e apresentação pública de resultados são</p>

		práticas de gestão recorrentes realizadas pelos bancos de alimentos brasileiros.
Avaliação da implementação	59	3,4% dos bancos de alimentos brasileiros estão com a implementação totalmente efetivada, 62,7% estão com a implementação parcialmente efetivada e em 33,9% das unidades a implementação não está efetivada. Não há unidades com implementação crítica.
		Por modalidade de gestão, 83,3% dos bancos de alimentos de Ceasas e 68,4% dos equipamentos públicos não têm a implementação efetivada. Todas as unidades de iniciativa da sociedade civil estão parcialmente implementadas, assim como a maioria dos bancos de alimentos da Rede Mesa Brasil Sesc (89,7%).
		A dimensão Análise de alcance (98,31%) foi a que teve mais unidades com adequação parcial ou total. A dimensão Análise dos atores envolvidos apresentou-se como a dimensão com maior fragilidade entre os bancos de alimentos avaliados e com uma maior variabilidade entre as pontuações alcançadas pelas unidades.
		Por modalidade de gestão, a Rede MBS apresentou mais unidades com adequação às dimensões analíticas (as dimensões Análise do processo de implementação e Análise do alcance tiveram 100% das unidades com adequação parcial ou total). Na modalidade de Ceasas, as dimensões Análise do processo de implementação e Análise do alcance tiveram mais bancos de alimentos em adequação. Na modalidade pública, a dimensão Análise do alcance foi a que apresentou mais unidades com adequação parcial ou total. As unidades de iniciativa da sociedade civil estão mais fortalecidas nas dimensões Análise de contexto, Análise do processo de implementação e Análise do alcance.
		As dimensões menos desenvolvidas pelas quatro modalidades de gestão são: Análise dos atores sociais envolvidos em bancos de alimentos públicos; Análise de conteúdo da formulação, Análise dos recursos e Análise dos atores sociais envolvidos em bancos de alimentos ONG; Análise dos recursos em unidades de Ceasas; Análise de contexto e Análise dos recursos em bancos de alimentos da Rede MBS.
		As principais fragilidades identificadas são: articulação das unidades com os conselhos de direitos, participação em redes locais e regionais de bancos de alimentos, definição da localização dos equipamentos considerando critérios sociais e logísticos, busca por doações de produtos não alimentícios e de serviços, acompanhamento do estado nutricional dos usuários e beneficiários, oferta sistemática de ações educativas direcionadas aos parceiros doadores, composição do quadro de colaboradores com trabalhadores que possuam

		capacitação em temáticas da segurança alimentar e nutricional e experiência pregressa em equipamentos, e realização de pesquisas sobre a satisfação e a relação dos atores envolvidos com os bancos de alimentos.
--	--	---

7 Considerações Finais

“A forma pela qual se entende e é concebida a problemática social determina os objetivos e desenho de um programa” (Jannuzzi, 2016). É instigante pensar que experiências estrangeiras espelharam os objetivos e o desenho dos bancos de alimentos brasileiros. A fase da “demanda social se transformar em programa governamental” não existiu no Brasil. Não se demandou, pelo menos inicialmente, que se partisse do novo, do desconhecido, como uma inovação – fase esta denominada pelo mesmo autor de “arquitetura institucional” do programa. Embora a lógica fundamental para a criação dos bancos de alimentos tenha sido importada pelo Brasil, as experiências nacionais engendraram seu formato, de modo nem tão consciente, *a priori*, definindo a sua própria “engenharia de projetos” ao longo do percurso.

Em trinta anos de experiências bem-sucedidas (e de outras nem tanto), com diversos modos de operar, sob distintos modelos de gestão, os bancos de alimentos se tornaram engrenagens de um mecanismo nacional de garantia do direito à alimentação adequada, com estímulo ao consumo saudável. Embora esta atuação seja exitosa, ainda há muito que se forjar para solidificar a atuação dos equipamentos e eliminar (ou, pelo menos, diminuir) as fragilidades identificadas por esse e por outros estudos e pesquisas.

Estas fragilidades, somadas aos recentes ataques à agenda nacional de SAN, testam os bancos de alimentos para que suportem suas adversidades e se fortaleçam nas suas potencialidades. Há uma dificuldade inerente ao tamanho do Brasil que se reflete em um cenário heterogêneo quanto ao entendimento das pautas, às formas de gestão e aos modelos de operação, mas que pode ser contornada se os bancos de alimentos forem reunidos enquanto uma grande e estratégica rede. Com o objetivo de consolidar as recomendações desse trabalho aos bancos de alimentos brasileiros, o quadro 3 apresenta apontamentos sistêmicos ao programa, assim como mais específicos direcionados aos bancos de alimentos em funcionamento.

QUADRO 3 – Recomendações à agenda de bancos de alimentos de brasileiros.

Recomendações sistêmicas ao programa	Priorização e fortalecimento dos objetivos fundamentais de combater perdas e desperdícios de alimentos, de garantir segurança alimentar e nutricional, e de realizar educação alimentar e nutricional
	Avaliação constante do desenho e formatos operacional e de gestão de modo a verificar se estão respondendo aos objetivos fundamentais
Recomendações às instituições gestoras dos bancos de alimentos	Verificação sistemática do desenho operacional em vigor com atenção às especificidades e necessidades regionais, em especial da região amazônica
	Busca de experiências estrangeiras e de outras instituições gestoras nacionais na perspectiva de incorporar boas práticas operacionais e de gestão
	Oferta constante de atividades e ações de qualificação à 100% das unidades em funcionamento e sob tutoria das instituições gestoras
	Incentivo à articulação com outros bancos de alimentos e, também, com equipamentos de segurança alimentar e nutricional em funcionamento em nível local, a exemplo de restaurantes populares, cozinhas comunitárias/solidárias/ populares, de modo a potencializar as ações direcionadas à realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas
	Incentivo ao processo de planejamento antes da implantação de novas unidade
Recomendações à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos	Reforço em normativas e documentos orientadores do âmbito da RBBA sobre os objetivos fundamentais de bancos de alimentos brasileiros
	Aproximação da agenda dos bancos de alimentos ao Sistema Nacional de

	Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)
	Participação e recomendação aos processos de governança do Programa Banco de Alimentos no âmbito do Governo Federal, de modo a qualificar a agenda pública dos bancos de alimentos, em especial, recomendando a discussão sobre cofinanciamento para os entes estaduais e municipais
	Incentivo à multifunção dos bancos de alimentos enquanto espaços transdisciplinares relacionados à realização da educação, prática de hábitos saudáveis, geração de renda e de outros temas afins à realização de direitos e cidadania
	Elaboração e publicação de um Manual de Implantação de Bancos de Alimentos;
	Elaboração de um plano estratégico de divulgação dos materiais publicados pela RBBA (Guia de Boas Práticas para Bancos de Alimentos e Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos)
	Criação de um espaço virtual para cadastramento de experiências bem-sucedidas em bancos de alimentos
	Elaboração de um plano estratégico de incentivo à aproximação dos bancos de alimentos com os conselhos de direitos
	Criação de um <i>software</i> nacional para registros operacionais e de gestão diários a serem disponibilizados aos bancos de alimentos interessados
	Elaboração de um plano estratégico de incentivo à formação de redes locais e regionais de bancos de alimentos
	Aproximação da RBBA com o <i>Global FoodBanking Network</i> (GFN), rede internacional de bancos de alimentos, em busca de parcerias e <i>benchmarking</i>
	Elaboração e oferta de cursos de formação em plataforma de Educação à

	Distância de autoaprendizagem sobre bancos de alimentos
	Realização de pesquisas nacionais sistemáticas sobre bancos de alimentos, contemplando atualização do mapeamento e da caracterização das modalidades operacionais e de gestão dos equipamentos

Espera-se que essa Tese sirva aos gestores, técnicos, acadêmicos e demais interessados no tema para que reflitam sobre os motivos pelos quais os bancos de alimentos precisaram ser desenhados e implantados. Que sirva também como um passo para o aprimoramento, enquanto esses equipamentos existirem, da atuação na diminuição dos fenômenos da insegurança alimentar e fome, da perda e do desperdício de alimentos, enquanto fortificam práticas saudáveis de cuidados com a alimentação.

8 Repercussão da Pesquisa

- Entrevista CNN Brasil:
https://www.youtube.com/watch?v=hCUKFrTZN_Q&ab_channel=CNNBrasil
- Entrevistas Rádio Itatiaia (Pesquisa apresenta panorama inédito dos bancos de alimentos brasileiros):
http://linearc clipping.com.br/fiocruz/site/m014/noticia.asp?cd_noticia=137982486 e
http://linearc clipping.com.br/fiocruz/site/m014/noticia.asp?cd_noticia=137946139
- Entrevista Revista Rio – EBC (Entenda como funcionam os bancos públicos de alimentos): <https://radios.ebc.com.br/node/119151>
- Entrevista Opinião Minas – Rede Minas (Fome no Brasil: panorama sobre os bancos de alimentos): <https://www.youtube.com/watch?v=Fz4mxk1pcMg>
- Entrevista Canal Saúde – Fiocruz (Panorama nacional de bancos de alimentos):
<https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/panorama-nacional-de-bancos-de-alimentos-bca-0275>
- Matéria Fiocruz (Pesquisa apresenta panorama inédito dos bancos de alimentos brasileiros): <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-apresenta-panorama-inedito-dos-bancos-de-alimentos-brasileiros>
- Matéria CNN Brasil (Estudo mapeia bancos de alimentos do Brasil e como eles funcionam): <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fiocruz-mapeia-bancos-de-alimentos-do-brasil-e-como-eles-funcionam/>
- Matéria Farol da Bahia (Fiocruz: pesquisa aponta panorama inédito dos bancos de alimentos do Brasil): <https://www.faroldabahia.com/noticia/fiocruz-pesquisa-aponta-panorama-inedito-dos-bancos-de-alimentos-do-brasil>
- Matéria Portal e-food (Estudo apresenta panorama inédito dos bancos de alimentos do Brasil): <https://portalefood.com.br/noticias/estudo-apresenta-panorama-inedito-dos-bancos-de-alimentos-do-brasil/>
- Matéria Região News (Fiocruz mapeia bancos de alimentos do Brasil):
<https://www.regiaonews.com.br/economia/fiocruz-mapeia-bancos-de-alimentos-do-brasil>

9 Referências

AZEVEDO, D. C. DE. Vamos, sim, falar da fome! Revista Katálysis, 25(Rev. katálysis, 2022 25(3)), 488–497. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Gnzm5RSPrZRsnCypdhCxsnf/#>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BELIK, W. Políticas de Seguridad Alimentaria Para las Areas Urbanas. *In*: BELIK, W. (Org.). Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em America Latina. São Paulo: Hucitec, 2004.

BELIK, W. B.; CUNHA, A. R. A. A.; COSTA, L. A. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. 2012. 38 p. 107-33. Planejamento de Políticas Públicas, 2012.

BERRY, E.M., DERNINI, S., BURLINGAME, B., MEYBECK, A., CONFORTI, P., Food security and sustainability: can one exist without the other? 2015. Public Health Nutr. 2015.

BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 2006a. 26 ago. 2010.

BRASIL. Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2020. 2020.

BRASIL. Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 24 de junho de 2020. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição-PNAN e dá outras providências. Diário Oficial da União 1999; 11 jun.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84 p. : il.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.1: Introdução e temas transversais -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 277p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, DF, 15 set. 2006a.

BRASIL. Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 15 abr. 2016.

BURITY, V. et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 204 p, 2010.

BURLANDY, L. et al. Avaliação do Programa Banco de Alimentos no Brasil. In: Cadernos de Estudos: Desenvolvimento social em debate. Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição: resultados de avaliações. Brasília, DF: MDS; SAGI, n.14, 164 p, 2010.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil. Brasília, DF: CAISAN, 2017.

CASTRO J. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

CURTIS, K. A., MCCLELLAN, S. Falling through the safety net: poverty, food assistance and shopping constraints in an American city. In: Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development, 24(1), 93–135. 1995.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). Estudo destaca desperdício

de alimentos no mundo, 2017. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/index.php/estudodestaca-desperdicio-de-alimentos-no-mundo>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DA FOME À FOME. Pão ou commodity: Geografia da Produção de Alimentos. USP. 2021. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/pao-ou-commodity-geografia-da-producao-de-alimentos/>. Acesso em: 05 mai. 2022.

DONABEDIAN, A. Basic approaches to assessment: structure, process and outcome. In: Explorations in Quality Assessment and Monitoring (A. Donabedian), vol. I, Ann Arbor, Michigan: Health Administration Press, 1980. p. 77-125.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Sustainable food systems Concept and framework. 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0640en>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome, FAO. 2022.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition 2017: Building Resilience for Peace and Food Security. Rome. 2017.

FIAN. Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome/ SANTARELLI, Mariana; BURITY, Valéria et al. - Brasília: FIAN Brasil, 2019. 102p

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Declaration of the World Food Summit on Food Security. Rome: FAO, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action. World Food Summit. 13-17 November 1996. Rome, 1996.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Trade Reforms and Food Security - Conceptualizing the Linkages. Rome, 2003. Disponível em: <http://www.fao.org/3/y4671e/y4671e00.htm#Contents>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Food Losses and Waste in The Context of Sustainable Food Systems. Committee on World Food Security. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. The State of Food Insecurity in the World 2001. Rome: FAO, 2001.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. A fome volta a crescer no mundo. Brasil, FAO. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1037611/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

FEC, DATAUFF. Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos – Segunda Avaliação. 2011.

FEEDING AMERICA. Our history. Disponível em: <https://www.feedingamerica.org/about-us/our-history>. 2020a. Acesso em: 24 abr. 2020.

FEEDING AMERICA. What is a food bank? Disponível em: <https://www.feedingamerica.org/our-work/food-bank-network>. 2020b. Acesso em: 25 mai. 2020.

GHAREHYAKHEH, A., SADEGHAMIRSHAHIDI, N. A Sustainable Approach in Food Bank Logistics. Proceedings of the American Society for Engineering Management 2018 International Annual Conference E-H. Ng, B. Nepal, E. Schott, and H. Keathley eds. 2018.

GONZÁLEZ-TORRE, P.L., COQUE, J. How is a food bank managed? Different profiles in Spain. *Agric Hum Values* 33, 89–100. 2016.

GUSTAVSSON, J.; CEDERBERG, C.; SONESSON, U. *Global Food Losses and Food Waste*. Roma: FAO, 2011.

HENZ, GP; PORPINO, G. 2017. Food losses and waste: how Brazil is facing this global challenge? *Horticultura Brasileira* 35: 472-482. DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-053620170402>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/pX6NNvPG8FsQkWfrvmCmBDf/#>. Acesso em: 26 abr. 2022

HLPE, 2014. Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3901e/i3901e.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2009. Relatório. IBGE, 2010.

JANNUZZI. P. M. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas / Paulo de Mantino Jannuzzi. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

LI, YANNI & ZHAO, WENXUAN & ZHENG, HUIMIN & ZHAO, FUGUANG. A Study of Food Bank Impact on China's Charity and Food Security System. 2014. *Advance Journal of Food Science and Technology*. 6. 1331-1334. 2014.

LIMA, E.S. Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar, 1934-1946. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S., GOMES, M. C. R.. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2003, vol.10, n.2, pp. 602-635. ISSN 0104-5970.

MAXWELL, S. 1996. Food security: a post-modern perspective. *Food Policy*. 21 (2): 155-170.

MIDDLETON G., MEHTA K., MCNAUGHTON D., BOOTH S., The experiences and perceptions of food banks amongst users in high-income countries: An international scoping review. 2017. *Appetite*, 2017.

MORAIS, D.C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional / Dayane de Castro Moraes, Naiara Sperandio, Silvia Eloiza Priore (Organizadores). – Viçosa, MG: UFV, 2020. 865p. Disponível em: <https://posnutricao.ufv.br/wp-content/uploads/2019/08/Atualizacoes-e-debates-sobre-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ONG BANCO DE ALIMENTOS. Relatório de atividades. 2018 (Impresso).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização das Nações Unidas. ONUBR. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PEIXOTO, M; PINTO, HS. 2016. Desperdício de alimentos: questões socioambientais, econômicas e regulatórias. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, fevereiro/2016 (Boletim Legislativo Nr. 41, de 2016). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 24 abr. 2022.

PENG, W., BERRY, E. The Concept of Food Security. In P. Ferranti, E.M. Berry & J.R. Anderson, eds. Encyclopedia of Food Security and Sustainability, pp. 1–7. New York, Elsevier, 2019.

REDES, MDS. Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos. Sumário Executivo. Brasília, DF. 7 p., 2006.

RICHES, G. Food banks and food security: Welfare reform, human rights and social policy. Lessons from Canada? 2002. Social Policy & Administration, 36(6), 648–663. 2002.

SANTOS, L.A.S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Revista de Nutrição, Campinas, 18(5): 681-692, set./out. 2005.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 16, n. 2, p. 1-19, 11. 2009.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. 10 anos de Mesa Brasil Sesc Goiás. 2014 (Impresso).

SILVA FILHO, O. J. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 3, ago./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/njsgDSBc9TDDytGTRhxQPMm/#>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SMITH, M., POINTING, J. and MAXWELL, S. Household food security, concepts and definitions: An annotated bibliography, Development Bibliography No. 8. Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton. 1992.

SIMMET A., TINNEMANN P., STROEBELE-BENSCHOP N. The German Food Bank System and Its Users—A Cross-Sectional Study. 2018. Int. J. Environ. Res. Public Health. 15:1485. 2018.

TARASUK, V., DACHNER, N., HAMELIN, A. M., OSTRY, A., WILLIAMS, P., BOSCKEI, E., POLAND, B., RAINE, K. A survey of food bank operations in five Canadian cities. 2014. BMC public health. 14. 1234. 2014.

TENUTA N. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil. [dissertação]. Diamantina: UFVJM; 2014.

THE GLOBAL FOODBANKING NETWORK. FY 2019 Annual Report. Disponível em: <<https://www.foodbanking.org/2019annualreport/#food-bank-leadership>>. 2020b. Acesso em: 25 mai. 2020.

THE GLOBAL FOODBANKING NETWORK. Our Global Reach. Acesso em: 20 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.foodbanking.org/what-we-do/our-global-reach/>>. 2020a.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de avaliação de programa: Programa Banco de Alimentos. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 122 p., 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de monitoramento de auditoria: Programa Banco de Alimentos. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 29 p., 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de monitoramento: Programa Banco de Alimentos. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 46 p., 2008.

ONU. Comentário Geral nº 12 – o direito humano à alimentação (art. 11). Genebra: ONU, 1999. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/comentario-geral--no-12-do-comite-de-direitos-economicos-sociais-e--culturais-sobre-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

PARKER, M.A., MOOK, L., KAO, C. et al. Responsabilização e definição de relacionamento entre parcerias de bancos de alimentos. 2019. Voluntas, 2019.

PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise; 1) PDF. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 17 jul 2022.

REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL. Nossa História. Disponível em: < <http://www.redebancodealimentos.org.br/Pagina/179/Nossa-Historia> >. Acesso em: 26 abr. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Estratégia global em alimentação saudável, atividade física e saúde. 57ª Assembleia Mundial de Saúde. 22 de maio 2004.

WORLD BANK. Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries. 1986. World Bank Policy Study, Washington, DC, 1986.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE “AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS”

O Ministério do Desenvolvimento Social, em parceria com o SESC e com a WWF Brasil, por meio da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Instituto René Rachou da Fiocruz Minas, está realizando a Pesquisa intitulada “AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS”.

O objetivo desta Pesquisa é contribuir com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como fortalecer a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, por meio da avaliação nacional dos bancos de alimentos - públicos, dos instalados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), dos de iniciativa das organizações da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos – e dos doadores e dos beneficiários. Espera-se, portanto, fornecer sistematização e registro das informações fundamentais para a retroalimentação dos equipamentos, além de gerar subsídios necessários para a edição de publicações técnicas que visam promover o intercâmbio de conhecimento sobre a gestão dos bancos de alimentos e sua relação com os doadores e com as instituições socioassistenciais beneficiárias.

Nesse contexto, gostaríamos de contar com a colaboração deste banco de alimentos no sentido de viabilizar a realização da coleta dos dados para essa Pesquisa, por meio do preenchimento do presente questionário. A participação deste banco de alimentos é fundamental para a Pesquisa!

É imprescindível que o responsável por responder o questionário tenha atuação no banco de alimentos e, portanto, consiga responder as questões solicitadas e/ou buscar as informações necessárias para o devido preenchimento.

O presente questionário eletrônico deverá ser preenchido pelo representante técnico ou gestor do banco de alimentos, no período de 20 de dezembro de 2018 a 15 de março de 2019. Caso haja desvio deste questionário para outro setor, pedimos que o encaminhe para o banco de alimentos.

Antes de iniciar o preenchimento deste formulário, sugere-se que o responsável pelo preenchimento leia o conteúdo e levante todas as informações necessárias. Dessa maneira, assegurar-se-á que, no momento de inserir os dados no questionário, todas as informações necessárias já terão sido coletadas e validadas pelos responsáveis.

O QUESTIONÁRIO DEVE SER RESPONDIDO UMA ÚNICA VEZ PELO BANCO DE ALIMENTOS.

O SISTEMA NÃO SALVA AS RESPOSTAS, PORTANTO, RESERVE UM TEMPO DA SUA ROTINA PARA INICIAR E CONCLUIR O PREENCHIMENTO. O TEMPO ESTIMADO PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO É DE 40 (QUARENTA)MINUTOS.

As informações declaradas pelo representante do banco de alimentos possuem FÉ PÚBLICA e constituem registros dos sistemas de informações do equipamento, ficando o informante sujeito à responsabilização no caso de prestação de informações inverídicas.

Caso o respondente representante do banco de alimentos tenha alguma dúvida e/ou necessite de algum apoio ou esclarecimento, ele deverá entrar em contato com a equipe da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, por meio dos e-mails pesquisabancosdealimentos@ufvjm.edu.br ou pesquisabancosdealimentos@gmail.com ou pelo telefone (38) 99899-0826.

Para envio das informações à equipe pesquisadora, as respostas deste questionário deverão ser fielmente respondidas/digitadas no presente sistema eletrônico. O recebimento das informações da “AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS” será EXCLUSIVAMENTE por este sistema eletrônico.

O questionário está dividido em 5 (cinco) blocos, a saber:

Bloco 1 – Identificação do responsável pelo preenchimento da Pesquisa; Bloco 2 – Identificação do banco de alimentos; Bloco 3 – Estrutura do banco de alimentos; Bloco 4 – Processo do banco de alimentos Bloco 5 – Resultado do banco de alimentos; Para que o questionário seja validado e enviado à equipe da Pesquisa, clicar ENVIAR ao fim do questionário após o devido preenchimento.

* Required

1. Email address *

2. Você aceita participar da Pesquisa de "Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos"? *

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) está completo no link https://drive.google.com/open?id=1OQT-NkX_2_nnZZkazmAgNI_7H3Dopm8c, basta clicar e ler.
Mark only one oval.

- Sim Skip to question 2.
 Não Stop filling out this form.

BLOCO 1 – Identificação do responsável pelo preenchimento da Pesquisa

Esse bloco tem o objetivo de coletar informações sobre o responsável pelo preenchimento da Pesquisa.

3. Qual seu nome completo? *

4. Quantos anos você tem? *

5. Até qual grau você cursou? *

Mark only one oval.

- 1ª série (ensino fundamental)
 2ª série (ensino fundamental)
 3ª série (ensino fundamental)
 4ª série (ensino fundamental)
 5ª série (ensino fundamental)
 6ª série (ensino fundamental)
 7ª série (ensino fundamental)
 1º ano (ensino médio)
 2º ano (ensino médio)
 3º ano (ensino médio)
 Ensino superior (graduação)
 Pós-graduação

6. Qual sua função/cargo no banco de alimentos? *

Mark only one oval.

- Gestor(a) ou Coordenador(a)
 Responsável técnico(a) – Nutricionista/Engenheiro(a) de Alimentos/Técnico(a) em Alimentos/Nutrição e Dietética)
 Assistente Social
 Other: _____

7. Qual seu vínculo empregatício com o banco de alimentos? *

Mark only one oval.

- Concursado(a)
- Cargo comissionado
- Contratado(a) – CLT
- Contrato temporário
- Voluntário(a)
- Other: _____

8. Há quanto tempo você trabalha no banco de alimentos? *

Responder o tempo em MESES

BLOCO 2 – Identificação do banco de alimentos

Este bloco tem como objetivo coletar informações sobre a identificação do banco de alimentos.

9. Qual o nome (fantasia) do banco de alimentos? *

Registrar o nome pelo qual o banco de alimentos é conhecido

10. O banco de alimentos que você trabalha é: *

Mark only one oval.

- Público, de gestão da Prefeitura Municipal
- De gestão da Central de Abastecimento (Ceasa)
- De iniciativa da sociedade civil (ONG)
- Do serviço social autônomo (SESC)
- Other: _____

11. Quanto à forma de operar, o banco de alimentos é do tipo: *

Banco de alimentos do tipo convencional é aquele que possui estrutura física onde se realiza(m) uma ou mais operações de captação e/ou recepção, seleção, classificação, triagem, higienização, fracionamento, processamento, porcionamento, embalagem, entrega e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações e que são direcionados às instituições socioassistenciais cadastradas. Banco de alimentos do tipo Colheita Urbana e/ou Rural é aquele que se caracteriza pela coleta de alimentos junto ao doador e entrega imediata às instituições socioassistenciais cadastradas, excluindo a necessidade de local físico para manipulação e armazenamento de alimentos (Definição da Portaria nº 17, de 14 abril de 2016, que institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos)

Mark only one oval.

- Convencional
- Colheita Urbana e/ou Rural

12. Qual o e-mail do banco de alimentos? *

13. Qual o telefone do banco de alimentos (com DDD)? *

14. Qual o endereço completo do banco de alimentos? *

Rua/quadra, número, bairro/região, município, estado, CEP

15. Qual a idade do banco de alimentos? *

Responder o tempo de existência do banco de alimentos desde sua abertura, em MESES

16. O banco de alimentos está em pleno funcionamento atualmente? *

Mark only one oval.

- Sim, está funcionando de segunda a sexta-feira
- Está funcionando com carga horária reduzida
- Não, o banco de alimentos encontra-se sem atividade *Stop filling out this form.*

BLOCO 3 – Estrutura do banco de alimentos IMPLANTAÇÃO E PLANEJAMENTO

17. Antes da implantação do banco de alimentos, alguma atividade de planejamento foi realizada? *

Entende-se por atividade de planejamento: Identificação de doadores potenciais; Identificação de instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil a serem cadastradas como beneficiárias; Definição de equipe; Definição de infraestrutura; Definição de recursos financeiros e sustentabilidade do banco de alimentos

Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Não sei informar

18. No último ano (de 2017 a 2018), a equipe do banco de alimentos realizou alguma atividade de planejamento/avaliação/monitoramento das atividades? *

Entende-se por atividade de planejamento/avaliação/monitoramento das atividades: Identificação de novos doadores potenciais; Identificação de novas instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil a serem cadastradas como beneficiárias; Reunião de avaliação de equipe; Levantamento de necessidades de adequações à estrutura física; Avaliação dos recursos financeiros e sustentabilidade do banco de alimentos

Mark only one oval.

- Sim
- Não

GESTÃO

19. O banco de alimentos depende de apoio externo à atual gestão para se manter? *

Sobre apoio externo, refere-se a apoio financeiro, de material e de serviços
Mark only one oval.

- Sim
 Não

20. O recurso (financeiro, material e de serviços) disponível atualmente para manutenção do banco de alimentos é: *

Mark only one oval.

- Plenamente suficiente
 Parcialmente suficiente
 Insuficiente

RECURSOS HUMANOS

21. Na sua opinião, o número de funcionários e colaboradores que compõem a atual equipe do banco de alimentos é: *

Mark only one oval.

- Plenamente suficiente
 Parcialmente suficiente
 Insuficiente

22. O banco de alimentos possui responsável técnico (Nutricionista ou Engenheiro(a) de Alimentos ou Técnico(a) em Alimentos/Nutrição e Dietética)? *

Mark only one oval.

- Sim
 Não

23. O banco de alimentos depende de voluntários para funcionar? *

Mark only one oval.

- Sim
 Não

ESTRUTURA FÍSICA

24. O imóvel onde o banco de alimentos (do tipo Convencional e do tipo Colheita Urbana e/ou Rural) está implantado é: *

Mark only one oval.

- Próprio
 Alugado
 Cedido
 Comodato

25. Na sua opinião, o imóvel onde o banco de alimentos está implantado: *

Mark only one oval.

- Atende plenamente às necessidades de funcionamento do banco de alimentos
- Atende parcialmente às necessidades de funcionamento do banco de alimentos
- Não atende às necessidades de funcionamento do banco de alimentos

26. Para o ano de 2019, o banco de alimentos já tem acertado/pactuado alguma reforma/modernização para melhoria da estrutura física? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não

27. Quanto à estrutura física, o banco de alimentos possui setores/áreas separadas para cada atividade? *

Setores e áreas para as atividades: Recepção; Seleção e triagem; Fracionamento; Processamento; Armazenamento seco e sob temperatura controlada; Distribuição; Administração; Descarte; Atividades educativas; Vestiário/sanitário

Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Não se aplica (Apenas para cada bancos de alimentos do tipo Colheita Urbana e/ou Rural)

28. O(s) veículo(s) utilizado(s) pelo banco de alimentos para coleta e/ou distribuição de produtos, gêneros e alimentos é (são): *

É permitida MAIS DE UMA resposta

Check all that apply.

- Próprio
- Alugado
- Cedido
- O transporte é realizado por terceiros/voluntários
- Empresa terceirizada
- O banco de alimentos não possui veículo para transporte de produtos, gêneros e alimentos

29. Na sua opinião, o número de veículo(s) utilizado(s) pelo banco de alimentos para coleta e/ou distribuição de produtos, gêneros e alimentos: *

Mark only one oval.

- Atende plenamente às necessidades de funcionamento do banco de alimentos
- Atende parcialmente às necessidades de funcionamento do banco de alimentos
- Não atende às necessidades de funcionamento do banco de alimentos

ESTRUTURA OPERACIONAL

30. Na sua opinião, o número de equipamentos/maquinários para os processos operacionais do banco de alimentos é: *

Mark only one oval.

- Plenamente suficiente
- Parcialmente suficiente
- Insuficiente

31. Na sua opinião, o número de utensílios para os processos operacionais do banco de alimentos é: *

Mark only one oval.

- Plenamente suficiente
- Parcialmente suficiente
- Insuficiente

BLOCO 4 – Processo do banco de alimentos DOADORES**32. Qual o perfil do potencial doador que NUNCA DOOU alimentos ao banco de alimentos? ***

Não inclui parceiros e fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos. É permitida MAIS DE UMA resposta

Check all that apply.

- Pequeno agricultor/Agricultor familiar
- Associações de produtores rurais
- Agricultor de médio porte
- Agricultor de grande porte
- Apreensão e acidentes
- Central de Abastecimento
- Indústria de alimentos
- Armazéns, Mercados, Supermercados, Hipermercados
- Sacolão
- Padaria
- Pessoa física
- Outros Bancos de Alimentos
- Campanhas solidárias
- Instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil
- Other: _____

33. Dos doadores atuais do banco de alimentos, qual o perfil do MAIOR DOADOR que doa alimentos ao banco de alimentos? *

Não inclui parceiros e fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos. É permitida APENAS UMA resposta

Mark only one oval.

- Pequeno agricultor/Agricultor familiar
- Associações de produtores rurais
- Agricultor de médio porte
- Agricultor de grande porte
- Apreensão e acidentes
- Central de Abastecimento
- Indústria de alimentos
- Armazéns, Mercados, Supermercados, Hipermercados
- Sacolão
- Padaria
- Pessoa física
- Outros Bancos de Alimentos
- Campanhas solidárias
- Instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil
- Other: _____

34. Dos doadores atuais do banco de alimentos, qual o perfil do MENOR DOADOR que doa alimentos ao banco de alimentos? *

Não inclui parceiros e fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos. É permitida APENAS UMA resposta

Mark only one oval.

- Pequeno agricultor/Agricultor familiar
- Associações de produtores rurais
- Agricultor de médio porte
- Agricultor de grande porte
- Apreensão e acidentes
- Central de Abastecimento
- Indústria de alimentos
- Armazéns, Mercados, Supermercados, Hipermercados
- Sacolão
- Padaria
- Pessoa física
- Outros Bancos de Alimentos
- Campanhas solidárias
- Instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil
- Other: _____

35. Quais outros doadores são parceiros do banco de alimentos? *

É permitida MAIS DE UMA resposta
Check all that apply.

- Postos de combustíveis
- Gráficas
- Empresas de embalagens
- Empresas de transporte
- Empresas de produtos de higiene pessoal/produtos limpeza
- Nenhuma das alternativas anteriores
- Other: _____

36. Como os doadores chegaram/chegam até o banco de alimentos? *

É permitida MAIS DE UMA resposta
Check all that apply.

- Demanda espontânea
- Busca ativa de novos doadores
- Other: _____

37. O município e/ou o próprio banco de alimentos possui alguma base legal/instrumento de incentivo à doação de alimentos? *

É permitida MAIS DE UMA resposta
Check all that apply.

- Sim, incentivo/benefício fiscal, com dedução em impostos
- Sim, reconhecimento social, por meio de selo social, divulgação em canais de comunicação ou outro
- Não

38. Na sua opinião, qual(is) a(s) principal(is) dificuldade(s) enfrentadas para aumentar o número de doadores do banco de alimentos? *

É permitida MAIS DE UMA resposta
Check all that apply.

- Falta de incentivo/benefício fiscal, com dedução de impostos
- Falta de reconhecimento social, por meio de selo social, divulgação em canais de comunicação ou outro
- Falta de legislação nacional que proteja os doadores em relação à responsabilidade sob a qualidade sanitária do alimento doado
- Falta de sensibilização dos doadores por desconhecimento do objetivo do banco de alimentos
- O banco de alimentos está localizado em local distante dos potenciais doadores
- O banco de alimentos não realiza busca ativa de novos doadores
- Other: _____

INSTITUIÇÕES/ENTIDADES/ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BENEFICIÁRIAS

39. Qual o grupo de usuários MAIS atendido pelo banco de alimentos por meio das instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil cadastradas? *

É permitida APENAS UMA resposta

Mark only one oval.

- Crianças
- Adolescentes
- Adultos
- Gestantes/nutrizes
- Idosos
- Famílias em risco social
- Populações específicas (população de rua, dependentes químicos)
- Other: _____

40. O banco de alimentos dispõe de critérios para cadastramento instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não

41. Como as instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil começam a ser atendidas pelo banco de alimentos? *

É permitida MAIS DE UMA resposta

Check all that apply.

- Demanda espontânea
- Busca ativa de novas instituições
- Edital de seleção
- Other: _____

42. O banco de alimentos realiza acompanhamento das instituições beneficiárias por meio de visitas? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não

43. O banco de alimentos atende famílias com a entrega de alimentos? *

É permitida MAIS DE UMA resposta

Check all that apply.

- Sim, as famílias são cadastradas diretamente no banco de alimentos
- Sim, as famílias são cadastradas em instituições que, por sua vez, são atendidas pelo banco de alimentos
- Sim, as famílias são selecionadas e cadastradas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e atendidas pelo banco de alimentos
- Não, o banco de alimentos não atende famílias, nem via instituição, nem via CRAS

44. O banco de alimentos realiza acompanhamento das famílias assistidas por meio de visitas? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Não se aplica (Apenas para bancos de alimentos que não atendem famílias com a entrega de alimentos)

45. O banco de alimentos porciona as doações de alimentos de acordo com o perfil de cada instituição? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não

46. O banco de alimentos porciona as doações de alimentos de acordo com o número de pessoas atendidas por cada instituição (Estimativa per capita)? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não

DINÂMICA DE OPERACIONALIZAÇÃO

47. O banco de alimentos realiza processamento e/ou processamento mínimo de alimentos? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Não se aplica (Apenas para banco de alimentos do tipo Colheita Urbana e/ou Rural)

48. Qual a origem dos alimentos que NUNCA participou do volume coletado e distribuído do banco de alimentos? *

É permitida MAIS DE UMA resposta

Check all that apply.

- Doadores fixos
- Doadores esporádicos
- Campanhas solidárias
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
- Outros bancos de alimentos
- Other: _____

49. Qual a origem dos alimentos que MAIS participa do volume coletado e distribuído do banco de alimentos? *

É permitida APENAS UMA resposta

Mark only one oval.

- Doadores fixos
- Doadores esporádicos
- Campanhas solidárias
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
- Outros bancos de alimentos
- Other: _____

50. Qual a origem dos alimentos que MENOS participa do volume coletado e distribuído do banco de alimentos? *

É permitida APENAS UMA resposta

Mark only one oval.

- Doadores fixos
- Doadores esporádicos
- Campanhas solidárias
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
- Outros bancos de alimentos
- Other: _____

51. Qual a regularidade de atendimento às instituições com doações de alimentos? *

É permitida APENAS UMA resposta

Mark only one oval.

- Diária
- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Irregular, a depender de oferta de doações e estoques operacionais do banco de alimentos

52. Qual o grupo de alimentos que o banco de alimentos NUNCA recebeu? *

É permitida MAIS DE UMA resposta
Check all that apply.

- Frutas, verduras e legumes (in natura, refrigerados ou congelados, secos e desidratados - sem adição de nenhum outro ingrediente)
- Arroz, milho em grão ou na espiga, feijão, farinhas de mandioca, milho e trigo, macarrão, pães caseiros e pão francês
- Carnes (frescas, refrigeradas ou congeladas)
- Leite longa vida ou em pó, ovos, café e chá
- Ingredientes culinários (óleos e gorduras, sal e açúcar)
- Alimentos em conserva, extrato ou concentrados de tomate, frutas em calda e frutas cristalizadas, carne seca e toucinho, sardinha e atum enlatados, queijos
- Alimentos industrializados (iogurtes adoçados, requeijão, refrigerantes e sucos de caixinha, sorvetes, balas, guloseimas em geral, cereais matinais, biscoitos, bolos e pães industrializados, sopas de pacote, macarrão instantâneo, pizza, hambúrguer, embutidos, temperos prontos, molhos prontos)

53. Qual o grupo de alimentos que o banco de alimentos MAIS recebe? *

É permitida APENAS UMA resposta
Mark only one oval.

- Frutas, verduras e legumes (in natura, refrigerados ou congelados, secos e desidratados - sem adição de nenhum outro ingrediente)
- Arroz, milho em grão ou na espiga, feijão, farinhas de mandioca, milho e trigo, macarrão, pães caseiros e pão francês
- Carnes (frescas, refrigeradas ou congeladas)
- Leite longa vida ou em pó, ovos, café e chá
- Ingredientes culinários (óleos e gorduras, sal e açúcar)
- Alimentos em conserva, extrato ou concentrados de tomate, frutas em calda e frutas cristalizadas, carne seca e toucinho, sardinha e atum enlatados, queijos
- Alimentos industrializados (iogurtes adoçados, requeijão, refrigerantes e sucos de caixinha, sorvetes, balas, guloseimas em geral, cereais matinais, biscoitos, bolos e pães industrializados, sopas de pacote, macarrão instantâneo, pizza, hambúrguer, embutidos, temperos prontos, molhos prontos)

54. Qual o grupo de alimentos que o banco de alimentos MENOS recebe? *

É permitida APENAS UMA resposta
Mark only one oval.

- Frutas, verduras e legumes (in natura, refrigerados ou congelados, secos e desidratados - sem adição de nenhum outro ingrediente)
- Arroz, milho em grão ou na espiga, feijão, farinhas de mandioca, milho e trigo, macarrão, pães caseiros e pão francês
- Carnes (frescas, refrigeradas ou congeladas)
- Leite longa vida ou em pó, ovos, café e chá
- Ingredientes culinários (óleos e gorduras, sal e açúcar)
- Alimentos em conserva, extrato ou concentrados de tomate, frutas em calda e frutas cristalizadas, carne seca e toucinho, sardinha e atum enlatados, queijos
- Alimentos industrializados (iogurtes adoçados, requeijão, refrigerantes e sucos de caixinha, sorvetes, balas, guloseimas em geral, cereais matinais, biscoitos, bolos e pães industrializados, sopas de pacote, macarrão instantâneo, pizza, hambúrguer, embutidos, temperos prontos, molhos prontos)

55. O tamanho do descarte de alimentos oriundo de doações no banco de alimentos representa: *

É permitida APENAS UMA resposta
Mark only one oval.

- Até 25% do volume de alimentos coletado
- Até 50% do volume de alimentos coletado
- Até 75% do volume de alimentos coletado
- Mais que 75% do volume de alimentos coletado

PRESTAÇÃO DE CONTAS**56. O banco de alimentos realiza prestação de contas para os seus doadores? ***

Mark only one oval.

- Sim
- Não

57. O banco de alimentos realiza prestação de contas para o órgão gestor ou instituição/conselho mantenedor(a)? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não

ARTICULAÇÃO EM REDE**58. O banco de alimentos participa de alguma rede local/regional de bancos de alimentos? ***

Mark only one oval.

- Sim
- Não

BLOCO 5 – Resultado do banco de alimentos ATIVIDADES EDUCATIVAS**59. O banco de alimentos realiza atividades educativas com os seus doadores? ***

Mark only one oval.

- Sim
- Não

60. O banco de alimentos realiza atividades educativas com os seus funcionários e colaboradores? *

Mark only one oval.

- Sim
- Não

61. O banco de alimentos realiza atividades educativas com as instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil beneficiárias? *

Mark only one oval.

- Sim
 Não

ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

62. No ano de 2018, o banco de alimentos operacionalizou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? *

Mark only one oval.

- Sim
 Não

63. No ano de 2018, qual o percentual de participação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o volume total arrecadado e distribuído pelo banco de alimentos? *

Mark only one oval.

- De 1 a 25%
 De 26 a 50%
 De 51 a 75%
 De 76% a 100%
 Não se aplica (O banco de alimentos não operacionalizou o PAA em 2018)

64. Excluindo os alimentos originados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), qual o volume anual de alimentos doados pelo banco de alimentos? *

Para o somatório do volume anual de alimentos doados, somar todas as doações às instituições dos últimos 12 meses, excluindo as doações de alimentos vindos do PAA. É permitida APENAS UMA resposta

Mark only one oval.

- Entre 0 e 1 toneladas de alimentos por ano
 Entre 1 e 20 toneladas de alimentos por ano
 Entre 21 e 70 toneladas de alimentos por ano
 Entre 71 e 150 toneladas de alimentos por ano
 Entre 151 e 300 toneladas de alimentos por ano
 Entre 301 e 450 toneladas de alimentos por ano
 Mais de 450 toneladas de alimentos por ano

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

65. O banco de alimentos realiza: *

É permitida MAIS DE UMA resposta
Check all that apply.

- Autoavaliação
- Divulgação dos seus resultados em meios de comunicação
- Divulgação dos seus resultados em atividades/eventos com parceiros e instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil beneficiárias
- Pesquisa de satisfação com as instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil beneficiárias
- Pesquisa de satisfação com os parceiros
- Pesquisa de satisfação com os seus funcionários e colaboradores
- Acompanhamento do estado nutricional dos usuários das instituições e suas famílias
- Nenhuma das alternativas anteriores

66. Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar a captação de doações de alimentos para o banco de alimentos? *

67. Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar a distribuição de doações de alimentos para as instituições/entidades/Organizações da Sociedade Civil beneficiárias? *

68. Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar o funcionamento diário do banco de alimentos? *

69. Na sua opinião, o que deveria ser feito para garantir a existência e a sustentabilidade do banco de alimentos? *

A copy of your responses will be emailed to the address you provided

Powered by





TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada (o) a participar de uma pesquisa intitulada: “Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos”, coordenada pelo Professor Dr. Romero Alves Teixeira e pela pesquisadora Natalia Tenuta.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade, perda de benefícios ou prejuízo para sua relação com o coordenador da pesquisa, com a pesquisadora, com a UFVJM ou com o órgão gestor do Banco de Alimentos. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, a qualquer momento.

Os objetivos desta pesquisa são avaliar os Bancos de Alimentos públicos, os instalados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), os de iniciativa das organizações da sociedade civil e os de serviços sociais autônomos nas suas dimensões de estrutura, processo e resultado, bem como delinear e caracterizar os doadores parceiros e instituições sociais beneficiárias e suas relações com os equipamentos. Caso você decida aceitar o convite, será submetido(a) aos seguintes procedimentos: Responder a um questionário e disponibilizar os recibos de doação do equipamento. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 40 (quarenta) minutos.

Existe um risco mínimo de constrangimento ou desconforto para você responder as perguntas do questionário, caso não se sinta autorizado a fazê-la ou não saiba responder, que se justifica por serem informações importantes para a pesquisa e, conseqüentemente, para a possível contribuição com o futuro do Programa Banco de Alimentos. Este risco será minimizado pela liberdade dada pelo pesquisador à você de não responder a pergunta que não se sinta apto ou à vontade.

Os benefícios relacionados com a sua participação poderão ser, indiretamente, contribuição para a descrição do cenário nacional quanto à qualidade dos Bancos de Alimentos do Brasil, produção de contribuições para a reflexão e melhor compreensão do Programa e para seu possível aperfeiçoamento ou transformação e contribuição com a sistematização e, portanto, com retroalimentação do Programa Banco de Alimentos. Sendo assim, a sua participação poderá contribuir para a avaliação de uma estratégia de segurança alimentar e nutricional, a qual interfere diretamente na estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos na garantia do direito humano à alimentação adequada.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. A sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas, será voluntária, não havendo remuneração para tal. Como não estão previstos gastos para o participante da pesquisa, não está previsto ressarcimento. Não está previsto indenização por sua participação.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenador do Projeto: Prof. Dr. Romero Alves Teixeira
Endereço: Rua dos Ipês, nº 190, Condomínio Vila Real, bairro Cazuza – Diamantina – MG
Telefone: (38) 3532-1233

Coordenadora do Projeto e Pesquisadora: Natalia Tenuta
Endereço: Alameda C, nº 271, bairro Condomínio Bicas – Diamantina – MG
Telefone: (38) 9 9899-0826 / (31) 9 9233-0826

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa: _____



QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE “AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS”

O Ministério da Cidadania, em parceria com o SESC e com a WWF Brasil, por meio da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Instituto René Rachou da Fiocruz Minas, está realizando a Pesquisa intitulada “AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS”.

O objetivo desta Pesquisa é contribuir com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como fortalecer a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, por meio da avaliação nacional dos bancos de alimentos - públicos, dos instalados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), dos de iniciativa das organizações da sociedade civil e dos de serviços sociais autônomos – e dos doadores e dos beneficiários. Espera-se, portanto, fornecer sistematização e registro das informações fundamentais para a retroalimentação dos equipamentos, além de gerar subsídios necessários para a edição de publicações técnicas que visam promover o intercâmbio de conhecimento sobre a gestão dos bancos de alimentos e sua relação com os doadores e com as instituições socioassistenciais beneficiárias.

A previsão para a realização da entrevista é de, aproximadamente, 180 minutos (3 horas), podendo alterar para mais ou menos, a depender do desenvolvimento da conversa.

A Pesquisa de Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos utiliza as denominações “banco de alimentos convencional” e “Colheita Urbana ou Rural”, a depender da metodologia operacional executada. No entanto, a título de facilitar a condução da entrevista, optamos por incluir as metodologias e modalidades em uma única definição, “BANCO DE ALIMENTOS”. Cabe ressaltar que ao longo da entrevista, nossa intenção é justamente identificar e conhecer as especificidades dessas metodologias e modalidades.

*** OBRIGATÓRIA**

Identificação do Questionário

Número do questionário: *

Município: *

Estado: *

Data da entrevista: ____/____/____ *

Código do entrevistador: () 17 () 23 *

Modalidade: *

- () Público, de gestão da Prefeitura Municipal
 () De gestão da Central de Abastecimento (Ceasa)
 () De iniciativa da sociedade civil (ONG)
 () Do serviço social autônomo (SESC)
 () Outro: _____

Modo Operacional: *

- () Convencional
 () Colheita Urbana
 () Colheita Rural
 () Outro: _____

É uma estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos?

- () Sim
 () Não. Por quê?

Operacionaliza o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? *

- () Sim
 () Não

BLOCO 1 – Identificação do responsável pelo preenchimento da Pesquisa

Esse bloco tem o objetivo de coletar informações sobre o respondente da entrevista.

1. Qual seu nome completo? *

2. Até qual grau você cursou? *

- () 1ª série (ensino fundamental)
 () 2ª série (ensino fundamental)
 () 3ª série (ensino fundamental)
 () 4ª série (ensino fundamental)
 () 5ª série (ensino fundamental)
 () 6ª série (ensino fundamental)
 () 7ª série (ensino fundamental)
 () 8ª série (ensino fundamental)
 () 1º ano (ensino médio)
 () 2º ano (ensino médio)
 () 3º ano (ensino médio)
 () Ensino superior (graduação)
 () Pós-graduação

3. Qual sua função/cargo no banco de alimentos? *

- () Gestor(a) ou Coordenador(a) ou Gerente
 () Responsável técnico(a) – Nutricionista/Engenheiro(a) de Alimentos
 () Assistente Social
 () Outra:

4. Qual seu vínculo empregatício com o banco de alimentos? *

- () Concursado(a)
 () Cargo comissionado
 () Contratado(a) – CLT
 () Contrato temporário
 () Voluntário(a)
 () Outro:

5. Há quanto tempo você trabalha no banco de alimentos? *

Responder o tempo em meses

BLOCO 2 – Identificação do banco de alimentos

Este bloco tem como objetivo coletar informações sobre a identificação do banco de alimentos.

6. Qual o nome fantasia do banco de alimentos? *

7. Qual o e-mail do banco de alimentos? *

8. Qual o telefone do banco de alimentos (com DDD)? *

9. Qual o endereço completo do banco de alimentos? *

Rua/quadra, número, bairro/região, município, estado, CEP

BLOCO 3 – Contexto do banco de alimentos

HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO

10. Você trabalhava no banco de alimentos no momento de criação e implementação do banco de alimentos? *

- () Sim
 () Não

11. Há documentos acessíveis sobre o processo de criação e implementação do banco de alimentos? *

- () Sim
 () Não
 () NSI

12. Os documentos sobre o processo de criação e implementação do banco de alimentos existentes são: *

- () Suficientes para entender a história
 () Parcialmente suficientes para entender a história
 () Insuficientes para entender a história
 () Não se aplica

13. Você conseguiria ou poderia, por favor, relatar como foi o processo de planejamento, criação e implementação do banco de alimentos (mapeamento dos parceiros e instituições)?	
14. Você saberia informar quais foram os principais responsáveis (pessoas e/ou órgãos e entidades) pela criação e implementação do banco de alimentos?	
15. Você saberia informar como foi o financiamento para a criação e implementação do banco de alimentos?	
16. O banco de alimentos foi implantado na estrutura física visitada? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
17. A primeira estrutura física do banco de alimentos foi: * <input type="checkbox"/> Sem adaptação <input type="checkbox"/> Construída <input type="checkbox"/> Reformada <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> Não se aplica	
18. A estrutura física atual do banco de alimentos é: * <input type="checkbox"/> Sem adaptação <input type="checkbox"/> Construída <input type="checkbox"/> Reformada <input type="checkbox"/> NSI	
19. Por qual motivo o banco de alimentos está localizado neste local? * (É permitida mais de uma resposta) <input type="checkbox"/> Área estratégica para captação dos alimentos pelo banco de alimentos <input type="checkbox"/> Área estratégica para distribuição de alimentos aos beneficiários <input type="checkbox"/> Área de vulnerabilidade social do município <input type="checkbox"/> Imóvel próprio/de posse da gestão <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> Outro	
20. Na sua opinião, o técnico que elaborou a planta baixa do banco de alimentos tinha conhecimento da atividade que seria realizada nesse local? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	
21. Na sua opinião, quais melhorias deveriam ser feitas na estrutura física do banco de alimentos? *	
22. Na sua opinião, o que foi bom nesse processo e o que poderia ter sido feito para melhorar o processo de criação e implementação do banco de alimentos? *	
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO BANCO DE ALIMENTOS	
23. O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) atuante? * <input type="checkbox"/> Sim	

<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI
24. O banco de alimentos articula com o COMSEA? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> Não se aplica
25. Como o COMSEA contribui com as atividades internas banco de alimentos?
26. O município possui Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) atuante? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> NSI
27. O banco de alimentos articula com o CMAS? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> Não se aplica
28. Como o CMAS contribui com as atividades internas banco de alimentos?
29. O município possui Conselho Municipal de Saúde atuante? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI
30. O banco de alimentos articula com o Conselho Municipal de Saúde? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> Não se aplica
31. Como o Conselho Municipal de Saúde contribui com as atividades internas banco de alimentos?
32. O município possui Câmara Intersetorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) atuante? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI
33. O banco de alimentos articula com a CAISAN? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> Não se aplica
34. Como a CAISAN contribui com o banco de alimentos?
35. Você e sua equipe utiliza(m) documento(s) e/ou normativa(s) para apoiar as atividades do banco de

alimentos? *					
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI					
36. Qual(is) documento(s) e/ou normativa(s) que você e sua equipe utiliza(m) para apoiar as atividades do banco de alimentos?					
37. Como você avalia o conhecimento da equipe em relação aos objetivos do banco de alimentos? * (Objetivos: Redução de perdas e desperdícios de alimentos; Abastecimento e contribuição para a segurança alimentar e nutricional; Realização de ações de educação alimentar e nutricional)					
BLOCO 4 – Estrutura do banco de alimentos					
GESTÃO					
38. Como é estruturada e organizada a gestão do banco de alimentos? *					
RECURSOS FINANCEIROS					
39. Com qual recurso financeiro o banco de alimentos se mantém na rotina diária? *					
40. Qual é o custo mensal (R\$) para manutenção operacional do banco de alimentos? (Referência à média do último ano) *					
41. O banco de alimentos adota mecanismos e estratégias para ampliar a captação de recursos financeiros? Se sim, quais são. *					
42. O banco de alimentos possui uma dotação/recurso orçamentário próprio, exclusivo? *					
43. Na sua opinião, o que deve ser feito para melhorar o aporte financeiro do banco de alimentos? *					
RECURSOS HUMANOS					
44. N° total de funcionários	45. N° de pessoas que	46. N° de pessoas que	47. N° de pessoas que	48. N° de pessoas que	49. N° de pessoas que

*	trabalham em regime fixo (Concursado(a), Cargo Comissionado, Contratado(a)-CLT. Referência à média do último ano) *	atuam como voluntários(as) *	trabalham em regime temporário (Estagiário(a), contratado(a) temporariamente) *	trabalham em atividades operacionais? (Exemplo: coleta, armazenagem, manipulação, transporte, distribuição. Referência à média do último ano) *	trabalham em atividades técnico-administrativas (Exemplo: planejamento, finanças, contato com doadores/instituições, entre outros. Referência à média do último ano) *
50					
<p>51. Sobre o(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente do banco de alimentos: *</p> <p>() É de atuação exclusiva no banco de alimentos</p> <p>() É também coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente de outras políticas, estratégias ou ações</p> <p>() Não possui</p>					
<p>52. O(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente do banco de alimentos possui outra função no banco de alimentos? Se sim, qual?</p>					
<p>53. Qual o tempo de serviço do(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente no banco de alimentos? (Em meses)</p>					
<p>54. Qual o vínculo empregatício do(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente do banco de alimentos?</p> <p>() Concursado(a)</p> <p>() Cargo comissionado</p> <p>() Contratado(a) – CLT</p> <p>() Contrato temporário</p> <p>() Voluntário(a)</p> <p>() Não se aplica</p> <p>() Outro</p>					
<p>55. Sobre o(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente, qual a formação?</p>					
<p>56. O(a) coordenador(a) ou gestor(a) ou gerente possui pós graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p> <p>() Não se aplica</p> <p>() NSI</p>					
<p>57. O coordenador ou gestor possui experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p> <p>() Não se aplica</p>					

58. Quais atividades são de responsabilidade deste profissional?
59. O banco de alimentos possui técnico de alimentação e nutrição? *
() Sim () Não
60. Se sim, qual formação?
61. Qual o tempo de serviço do técnico de alimentação e nutrição no banco de alimentos? (Em meses)
62. Qual o vínculo empregatício do técnico de alimentação e nutrição no banco de alimentos?
() Concursado(a) () Cargo comissionado () Contratado(a) – CLT () Contrato temporário () Voluntário(a) () Não se aplica () Outro
63. O técnico de alimentação e nutrição possui pós graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional?
() Sim () Não () NSI () Não se aplica
64. O técnico de alimentação e nutrição possui experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional?
() Sim () Não () Não se aplica
65. O técnico de alimentação e nutrição possui dedicação exclusiva ao banco de alimentos?
() Sim () Não () Não se aplica
66. Qual a carga horária do técnico de alimentação e nutrição no banco de alimentos?
67. Sobre a carga horária do técnico de alimentação e nutrição no banco de alimentos, você considera:
() Suficiente () Parcialmente suficiente () Insuficiente () Não se aplica
68. Quais atividades são de responsabilidade deste profissional?
69. O banco de alimentos possui assistente social? *
() Sim () Não
70. Qual o vínculo empregatício do assistente social no banco de alimentos?
() Concursado(a) () Cargo comissionado () Contratado(a) – CLT

<input type="checkbox"/> Contrato temporário <input type="checkbox"/> Voluntário(a) <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Outro:
71. O assistente social possui pós graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
72. O assistente social possui experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
73. O assistente social possui dedicação exclusiva ao banco de alimentos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
74. Quais atividades são de responsabilidade deste profissional?
75. O banco de alimentos possui psicólogo? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
76. Qual o tempo de serviço do psicólogo no banco de alimentos? (Em meses)
77. Qual o vínculo empregatício do psicólogo no banco de alimentos? <input type="checkbox"/> Concursado(a) <input type="checkbox"/> Cargo comissionado <input type="checkbox"/> Contratado(a) – CLT <input type="checkbox"/> Contrato temporário <input type="checkbox"/> Voluntário(a) <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Outro:
78. O psicólogo possui pós graduação ou capacitação em segurança alimentar e nutricional? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
79. O psicólogo possui experiência anterior em outro(s) equipamento(s) de segurança alimentar e nutricional? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica
80. Quais atividades são de responsabilidade deste profissional?
81. O banco de alimentos possui Responsável Técnico, com anotação em Conselho da sua referida profissão? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

82. Qual a formação do Responsável Técnico?

83. O banco de alimentos possui: *

(É permitida mais de uma resposta)

- Instrumento legal que regulamenta a criação da unidade
- Regimento Interno
- Estatuto Social
- Manual de Boas Práticas
- Procedimento Operacional Padronizado (POP)
- Fichas Técnicas
- Alvará de Funcionamento (Corpo de Bombeiros)
- Alvará/Licença Sanitária
- Outro:

BLOCO 5 – Processo do banco de alimentos

FUNCIONAMENTO

84. Quantos dias por semana o banco de alimentos opera? *

85. Quantas horas por dia o banco de alimentos opera normalmente? *

PARCEIROS DOADORES

86. Qual(is) estratégia(s) o banco de alimentos utiliza para identificação, captação e fidelização de novos parceiros doadores? *

87. Qual o número total de doadores fixos/sistemáticos que o banco de alimentos possui? (Doam mensalmente) *

88. Qual o número total de doadores esporádicos/eventuais que o banco de alimentos possui? (Doam às vezes) *

89. O banco de alimentos possui um termo de compromisso, cooperação, convênio ou outro tipo de contrato com os parceiros doadores? *

- Sim
- Não
- NSI

90. Se sim à resposta anterior, qual o teor deste documento (responsabilidades das partes)?

INSTITUIÇÕES/ENTIDADES/ORGANIZAÇÕES BENEFICIADAS

91. A maioria do volume de alimentos que o banco de alimentos distribui por doação é para: *

- Apenas instituições/entidades/organizações
- Apenas famílias e pessoas
- Mais Instituições/entidades/organizações e Menos famílias e pessoas
- Menos Instituições/entidades/organizações e Mais famílias e pessoas

92. Qual o grupo de usuários mais descoberto (não atendido) pelo banco de alimentos por meio das instituições/entidades/organizações cadastradas? *

- Crianças
- Adolescentes
- Adultos
- Gestantes/Nutrizes
- Idosos
- Famílias em risco social

<input type="checkbox"/> Populações específicas (população de rua, dependentes químicos) <input type="checkbox"/> Outro
93. Quais os critérios utilizados para cadastramento e atendimento das instituições/entidades/organizações como beneficiadas? * <input type="checkbox"/> Caracterizar-se como sociedade civil, sem fins lucrativos <input type="checkbox"/> Ter CNPJ <input type="checkbox"/> Estar inscrita no CMAS ou COMSAN ou afins (de acordo com o objeto da OSC) <input type="checkbox"/> Fornecer refeições prontas <input type="checkbox"/> Não receber doações de alimentos de outros programas de distribuição de alimentos <input type="checkbox"/> Possuir alvará de funcionamento <input type="checkbox"/> Ter disponibilidade de buscar as doações no BA <input type="checkbox"/> Produzir algum trabalho social <input type="checkbox"/> Prestação de contas (Relatórios mensais/ anuais sobre o uso dos alimentos, atualização de cadastro) <input type="checkbox"/> Participar das atividades educativas <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Outros:
94. Quais os critérios para atendimento prioritário das instituições/entidades/organizações beneficiadas? *
95. Quais os critérios utilizados para cadastramento e atendimento das famílias e pessoas como beneficiárias? *
96. Quais os critérios para atendimento prioritário das famílias e pessoas beneficiárias? *
97. O banco de alimentos restringe o atendimento ao próprio município? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI
98. Há sobreposição de atendimento de instituições/entidades/organizações por outro banco de alimentos? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> NSI
99. Há sobreposição de atendimento de famílias e pessoas por outro banco de alimentos? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> NSI
100. O banco de alimentos possui um termo de compromisso, cooperação, convênio ou outro tipo de contrato com as instituições/entidades/organizações beneficiadas no momento de cadastramento? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> NSI
101. Se sim à resposta anterior, qual o teor deste documento (responsabilidades das partes)?
102. O banco de alimentos possui um termo de compromisso ou outro tipo de contrato com as famílias e pessoas beneficiárias? * <input type="checkbox"/> Sim

<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> NSI		
103. Se sim à resposta anterior, qual o teor deste documento (responsabilidades das partes)?		
104. O banco de alimentos realiza algum trabalho voltado ao empoderamento e autossustentabilidade das instituições/entidades/organizações? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> NSI		
105. Se sim à resposta anterior, qual seria esse trabalho?		
106. O banco de alimentos realiza algum trabalho voltado ao empoderamento e autossustentabilidade das famílias e pessoas beneficiárias? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> NSI		
107. Se sim à resposta anterior, qual seria esse trabalho?		
108. Qual(is) estratégia(s) o banco de alimentos utiliza para identificação e cadastros de novas instituições/entidades/organizações? *		
109. Qual(is) estratégia(s) o banco de alimentos utiliza para identificação e cadastros de novas famílias e pessoas? *		
110. Você possui o quantitativo sistematizado de nº de beneficiários? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
111. Nº total de instituições beneficiadas pelo banco de alimentos? *	112. Nº total de pessoas beneficiárias por meio de instituições abastecidas pelo banco de alimentos? *	113. Nº total de pessoas beneficiárias diretamente pelo banco de alimentos? *
114.		
115. Você e/ou sua equipe têm conhecimento se as instituições/entidades/organizações beneficiadas possuem outros doadores de alimentos além do banco de alimentos? Se sim, cite alguns exemplos. *		
116. Você e/ou sua equipe têm conhecimento se as famílias e pessoas beneficiárias possuem outros doadores de alimentos além do banco de alimentos? Se sim, cite alguns exemplos. *		

117. Como é planejado e organizado o atendimento das instituições/entidades/organizações beneficiadas com doações de alimentos? * (Perguntar sobre perfil das instituições/entidades/organizações, número e faixa etária dos beneficiários, tipo de cardápio, outros)
118. Como é planejado e organizado o atendimento das famílias e/ou pessoas beneficiárias pelo banco de alimentos? *
119. Qual(is) estratégia(s) o banco de alimentos utiliza para estabelecer uma boa relação com as instituições/entidades/organizações beneficiadas? *
120. Qual(is) estratégia(s) o banco de alimentos utiliza para estabelecer uma boa relação com as famílias e/ou pessoas beneficiárias? *
DINÂMICA DE OPERACIONALIZAÇÃO
121. Relate, de forma sucinta, como é a dinâmica de coleta de alimentos em parceiros doadores e a doação de alimentos às instituições/entidades/organizações beneficiadas. *
122. Se o banco de alimentos atende famílias e/ou pessoas diretamente, relate, de forma sucinta, como é a dinâmica de coleta de alimentos em parceiros doadores e a doação de alimentos às famílias e/ou pessoas. *
123. Como você lida com os alimentos/produtos vencidos e/ou com embalagens danificadas? *
124. Qual a sua opinião quanto à operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos junto com o banco de Alimentos? *
125. Qual a condição da maioria dos alimentos perecíveis arrecadados? * <input type="checkbox"/> Ótimo para o consumo <input type="checkbox"/> Bom para o consumo <input type="checkbox"/> Ruim para o consumo

126. Qual(is) estratégia(s) de melhor aproveitamento dos alimentos que o banco de alimentos utiliza? *
127. Qual o tempo médio entre a coleta/recebimento das doações de alimentos e a entrega/cessão das doações de alimentos perecíveis? * <input type="checkbox"/> No mesmo dia <input type="checkbox"/> Um dia depois <input type="checkbox"/> Dois a três dias depois <input type="checkbox"/> Quatro dias ou mais <input type="checkbox"/> NSI
128. Qual o principal destino do descarte orgânico do banco de alimentos? * <input type="checkbox"/> Compostagem <input type="checkbox"/> Alimentação animal <input type="checkbox"/> Lixo com coleta seletiva <input type="checkbox"/> Lixo sem coleta seletiva <input type="checkbox"/> O banco de alimentos não tem descarte <input type="checkbox"/> Outro
129. O banco de alimentos utiliza de algum recurso informatizado para os registros diários operacionais? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
ARTICULAÇÃO EM REDE/INTERSETORIALIDADE/PARCERIAS
130. Agora, vamos falar da articulação do banco de alimentos com outros equipamentos e estruturas de segurança alimentar e nutricional do município e localidades próximas. O banco de alimentos coleta alimentos em equipamentos e/ou estruturas públicas(os) municipais? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI
131. Se sim, em quais equipamentos e/ou estruturas? (É permitida mais de uma resposta) <input type="checkbox"/> Restaurante Popular <input type="checkbox"/> Cozinha Comunitária <input type="checkbox"/> Hortas <input type="checkbox"/> Feiras Populares <input type="checkbox"/> Outros bancos de alimentos <input type="checkbox"/> Outros: <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> Não se aplica
132. O banco de alimentos entrega alimentos para equipamentos e/ou estruturas públicas(os) municipais? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI
133. Se sim, em quais equipamentos e/ou estruturas? (É permitida mais de uma resposta) <input type="checkbox"/> Restaurante Popular <input type="checkbox"/> Cozinha Comunitária <input type="checkbox"/> Hortas <input type="checkbox"/> Feiras Populares <input type="checkbox"/> Outros bancos de alimentos

<input type="checkbox"/> Outros: <input type="checkbox"/> NSI <input type="checkbox"/> Não se aplica
134. Há outro banco de alimentos em funcionamento no município? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI
135. A existência desse outro banco de alimentos dificulta a sua captação de alimentos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> NSI
136. O banco de alimentos utiliza algum <i>software</i> de gestão operacional com outros bancos de alimentos? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> NSI
137. Qual(is) outra(s) atividade(s) o banco de alimentos realiza em articulação com outros bancos de alimentos?
138. Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a articulação do banco de alimentos que você trabalha com outros bancos de alimentos próximos (novos parceiros, atendimento instituições e/ou famílias)?
139. O banco de alimentos possui parceiros externos (<i>stakeholders</i>)? Se sim, como essa parceria acontece? *
BLOCO 6 – Resultado do banco de alimentos
ATIVIDADES EDUCATIVAS
140. O banco de alimentos realiza atividades educativas com os funcionários e colaboradores da área de manipulação de alimentos? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
141. Qual a frequência da realização de atividades educativas?
142. Quem é(são) o(s) responsável(is) pela realização das atividades educativas oferecidas aos funcionários e colaboradores da área de manipulação de alimentos? (É permitida mais de uma resposta) <input type="checkbox"/> Coordenador/Gestor do banco de alimentos <input type="checkbox"/> Nutricionista <input type="checkbox"/> Engenheiro(a) de Alimentos <input type="checkbox"/> Assistente Social <input type="checkbox"/> Psicólogo <input type="checkbox"/> Estagiário(a) da área de alimentos <input type="checkbox"/> Estagiário(a) de outras áreas <input type="checkbox"/> Assistente administrativo <input type="checkbox"/> Voluntário(a)

- Outro(s) banco(s) de alimentos
- Outros
- Não se aplica

143. Qual(is) é(são) o(s) tema(s) das atividades educativas oferecidas aos funcionários e colaboradores da área de manipulação de alimentos?

(É permitida mais de uma resposta)

- Agricultura familiar
- Produção agroecológica
- Agricultura urbana e hortas
- Alimentação adequada e saudável
- Alimentos orgânicos
- Aleitamento materno/alimentação complementar
- Alimentação do escolar
- Alimentação do trabalhador
- Aproveitamento integral de alimentos
- Banco de Alimentos Convencional e Colheita Urbana/Rural
- Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional
- Economia solidária/geração de renda
- Envelhecimento
- Gastronomia/culinária
- Higiene/conservação dos alimentos
- Patrimônio e cultura alimentar
- Perdas e desperdícios de alimentos
- Prevenção/controle de carências nutricionais e desnutrição
- Prevenção/controle de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, câncer, doenças cardíacas, doenças respiratórias)
- Rotulagem/informação nutricional
- Sistema alimentar/sustentabilidade
- Vegetarianismo, veganismo, alimentação funcional e outros estilos alimentares
- Outros
- Não se aplica

144. Qual(is) o(s) tipo(s) das atividades educativas oferecidas aos funcionários e colaboradores da área de manipulação de alimentos?

(É permitida mais de uma resposta)

- Atividade lúdica e artística
- Aula
- Curso
- Dinâmica em grupo
- Exposição
- Feira
- Material áudio-visual
- Material impresso
- Oficina/Workshop
- Palestra
- Roda de conversa
- Visita orientada/saída de campo
- Não se aplica
- Outros:

145. Na sua opinião, há obstáculos e dificuldades que comprometem o desenvolvimento de atividades educativas com os funcionários e colaboradores da área de manipulação de alimentos?

146. Na sua opinião, quais são os pontos positivos das atividades educativas oferecidas aos funcionários e colaboradores da área de manipulação de alimentos?
147. O banco de alimentos realiza atividades educativas com as instituições/entidades/organizações beneficiadas? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
148. Qual a frequência da realização de atividades educativas?
149. Quem é(são) o(s) responsável(is) pela realização das atividades educativas oferecidas às instituições/entidades/organizações beneficiadas? (É permitida mais de uma resposta) <input type="checkbox"/> Coordenador/Gestor do banco de alimentos <input type="checkbox"/> Nutricionista <input type="checkbox"/> Engenheiro(a) de Alimentos <input type="checkbox"/> Assistente Social <input type="checkbox"/> Psicólogo <input type="checkbox"/> Estagiário(a) da área de alimentos <input type="checkbox"/> Estagiário(a) de outras áreas <input type="checkbox"/> Assistente administrativo <input type="checkbox"/> Voluntário(a) <input type="checkbox"/> Outro(s) banco(s) de alimentos <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Outros:
150. Qual(is) é(são) o(s) tema(s) das atividades educativas oferecidas às instituições/entidades/organizações beneficiadas? (É permitida mais de uma resposta) <input type="checkbox"/> Agricultura familiar <input type="checkbox"/> Produção agroecológica <input type="checkbox"/> Agricultura urbana e hortas <input type="checkbox"/> Alimentação adequada e saudável <input type="checkbox"/> Alimentos orgânicos <input type="checkbox"/> Aleitamento materno/alimentação complementar <input type="checkbox"/> Alimentação do escolar <input type="checkbox"/> Alimentação do trabalhador <input type="checkbox"/> Aproveitamento integral de alimentos <input type="checkbox"/> Banco de Alimentos Convencional e Colheita Urbana/Rural <input type="checkbox"/> Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional <input type="checkbox"/> Economia solidária/geração de renda <input type="checkbox"/> Envelhecimento <input type="checkbox"/> Gastronomia/culinária <input type="checkbox"/> Higiene/conservação dos alimentos <input type="checkbox"/> Patrimônio e cultura alimentar <input type="checkbox"/> Perdas e desperdícios de alimentos <input type="checkbox"/> Prevenção/control de carências nutricionais e desnutrição <input type="checkbox"/> Prevenção/control de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, câncer, doenças cardíacas, doenças respiratórias)

<input type="checkbox"/> Rotulagem/informação nutricional <input type="checkbox"/> Sistema alimentar/sustentabilidade <input type="checkbox"/> Vegetarianismo, veganismo, alimentação funcional e outros estilos alimentares <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Outros:
151. Na sua opinião, há obstáculos e dificuldades que comprometem o desenvolvimento de atividades educativas com as instituições/entidades/organizações beneficiadas?
152. Na sua opinião, quais são os pontos positivos das atividades educativas oferecidas às instituições/entidades/organizações beneficiadas?
153. O banco de alimentos realiza atividades educativas com as famílias e/ou pessoas beneficiárias? * <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
154. Qual a frequência da realização de atividades educativas?
155. Quem é(são) o(s) responsável(is) pela realização das atividades educativas oferecidas às famílias e/ou pessoas beneficiárias? (É permitida mais de uma resposta) <input type="checkbox"/> Coordenador/Gestor do banco de alimentos <input type="checkbox"/> Nutricionista <input type="checkbox"/> Engenheiro(a) de Alimentos <input type="checkbox"/> Assistente Social <input type="checkbox"/> Psicólogo <input type="checkbox"/> Estagiário(a) da área de alimentos <input type="checkbox"/> Estagiário(a) de outras áreas <input type="checkbox"/> Assistente administrativo <input type="checkbox"/> Voluntário(a) <input type="checkbox"/> Outro(s) banco(s) de alimentos <input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Outros:
156. Qual(is) é(são) o(s) tema(s) das atividades educativas oferecidas às famílias e/ou pessoas beneficiárias? (É permitida mais de uma resposta) <input type="checkbox"/> Agricultura familiar <input type="checkbox"/> Produção agroecológica <input type="checkbox"/> Agricultura urbana e hortas <input type="checkbox"/> Alimentação adequada e saudável <input type="checkbox"/> Alimentos orgânicos <input type="checkbox"/> Aleitamento materno/alimentação complementar <input type="checkbox"/> Alimentação do escolar <input type="checkbox"/> Alimentação do trabalhador <input type="checkbox"/> Aproveitamento integral de alimentos <input type="checkbox"/> Banco de Alimentos Convencional e Colheita Urbana/Rural <input type="checkbox"/> Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional <input type="checkbox"/> Economia solidária/geração de renda

- Envelhecimento
- Gastronomia/culinária
- Higiene/conservação dos alimentos
- Patrimônio e cultura alimentar
- Perdas e desperdícios de alimentos
- Prevenção/control de carências nutricionais e desnutrição
- Prevenção/control de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, câncer, doenças cardíacas, doenças respiratórias)
- Rotulagem/informação nutricional
- Sistema alimentar/sustentabilidade
- Vegetarianismo, veganismo, alimentação funcional e outros estilos alimentares
- Não se aplica
- Outros:

157. Qual(is) o(s) tipo(s) das atividades educativas oferecidas às famílias e/ou pessoas beneficiárias?

(É permitida mais de uma resposta)

- Atividade lúdica e artística
- Aula
- Curso
- Dinâmica em grupo
- Exposição
- Feira
- Material áudio-visual
- Material impresso
- Oficina/Workshop
- Palestra
- Roda de conversa
- Visita orientada/saída de campo
- Não se aplica
- Outros:

158. Na sua opinião, há obstáculos e dificuldades que comprometem o desenvolvimento de atividades educativas com as famílias e/ou pessoas beneficiárias?

159. Na sua opinião, quais são os pontos positivos das atividades educativas oferecidas às famílias e/ou pessoas beneficiárias?

160. O banco de alimentos realiza atividades educativas com os parceiros doadores? *

- Sim
- Não

161. Qual a frequência da realização de atividades educativas?

162. Quem é(são) o(s) responsável(is) pela realização das atividades educativas oferecidas aos parceiros doadores?

(É permitida mais de uma resposta)

- Coordenador/Gestor do banco de alimentos
- Nutricionista
- Engenheiro(a) de Alimentos
- Assistente Social

- Psicólogo
- Estagiário(a) da área de alimentos
- Estagiário(a) de outras áreas
- Assistente administrativo
- Voluntário(a)
- Outro(s) banco(s) de alimentos
- Não se aplica
- Outros:

163. Qual(is) é(são) o(s) tema(s) das atividades educativas oferecidas aos parceiros doadores?

(É permitida mais de uma resposta)

- Agricultura familiar
- Produção agroecológica
- Agricultura urbana e hortas
- Alimentação adequada e saudável
- Alimentos orgânicos
- Aleitamento materno/alimentação complementar
- Alimentação do escolar
- Alimentação do trabalhador
- Aproveitamento integral de alimentos
- Banco de Alimentos Convencional e Colheita Urbana/Rural
- Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional
- Economia solidária/geração de renda
- Envelhecimento
- Gastronomia/culinária
- Higiene/conservação dos alimentos
- Patrimônio e cultura alimentar
- Perdas e desperdícios de alimentos
- Prevenção/control de carências nutricionais e desnutrição
- Prevenção/control de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, câncer, doenças cardíacas, doenças respiratórias)
- Rotulagem/informação nutricional
- Sistema alimentar/sustentabilidade
- Vegetarianismo, veganismo, alimentação funcional e outros estilos alimentares
- Não se aplica
- Outros:

164. Qual(is) o(s) tipo(s) das atividades educativas oferecidas aos parceiros doadores?

(É permitida mais de uma resposta)

- Atividade lúdica e artística
- Aula
- Curso
- Dinâmica em grupo
- Exposição
- Feira
- Material áudio-visual
- Material impresso
- Oficina/Workshop
- Palestra
- Roda de conversa
- Visita orientada/saída de campo
- Não se aplica
- Outros:

165. Na sua opinião, há obstáculos e dificuldades que comprometem o desenvolvimento de atividades educativas com os parceiros doadores?

166. Na sua opinião, quais são os pontos positivos das atividades educativas oferecidas aos parceiros doadores?

ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

167. Com quais fontes de captação de alimentos o banco de alimentos trabalha? *

- () Doação de excedentes ou de perdas e desperdícios de alimentos
 () Doação de campanhas beneficentes
 () Hortas urbanas/comunitárias
 () Apreensão de alimentos
 () Programas de comercialização da agricultura familiar (PAA, PNAE)
 () Outros

168. Você possui o quantitativo sistematizado de volume de alimentos coletados e distribuídos? *

- () Sim
 () Não

169. Excluindo os alimentos originados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), qual o volume anual de alimentos coletados pelo banco de alimentos: *

Para o somatório do volume anual de alimentos coletados, somar todas as coletas oriundas de parceiros doadores dos últimos 12 meses, excluindo as compras de alimentos via PAA.

Perdas e desperdício de alimentos:

Produção rural:

Indústria:

Atacado:

Varejo:

170. Qual o volume anual de alimentos adquiridos via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

Para o somatório do volume anual de alimentos adquiridos via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), somar todas as compras de alimentos dos últimos 12 meses.

171. Qual o volume anual de alimentos doados às instituições/entidades/organizações beneficiadas?

Para o somatório do volume anual de alimentos doados, somar todas as doações às instituições/entidades/organizações dos últimos 12 meses, excluindo as doações de alimentos vindos do PAA.

172. Qual o volume anual de alimentos doados às famílias e/ou pessoas beneficiárias?

Para o somatório do volume anual de alimentos doados, somar todas as doações realizadas diretamente do banco de alimentos às famílias e/ou pessoas (sem intermediação de instituições/entidades/organizações) dos últimos 12 meses, excluindo as doações de alimentos vindos do PAA.

ESTRUTURA FÍSICA

Este tópico é de aplicação com o respondente.

173. Classifique o setor de recepção de alimentos em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- Ruim
 Bom
 Excelente
 Não possui
 Não se aplica

174. Classifique o setor de seleção e triagem de alimentos em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- Ruim
 Bom
 Excelente
 Não possui
 Não se aplica

175. Classifique o setor de fracionamento e embalagem de alimentos secos em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- Ruim
 Bom
 Excelente
 Não possui
 Não se aplica

176. Classifique o setor de processamento em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- Ruim
 Bom
 Excelente
 Não possui
 Não se aplica

177. Classifique o setor de estocagem sob temperatura controlada (refrigerador/congelador) em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- Ruim
 Bom
 Excelente
 Não possui
 Não se aplica

178. Classifique o setor de estocagem sob temperatura ambiente (despensa seca) em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- Ruim
 Bom
 Excelente
 Não possui
 Não se aplica

179. Classifique o setor de expedição em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- Ruim
 Bom
 Excelente
 Não possui
 Não se aplica

<p>180. Classifique o setor administrativo (salas e banheiros) em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>
<p>181. Classifique o setor de descarte em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>
<p>182. Classifique o setor destinado a atividades educativas em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>
<p>183. O banco de alimentos possui veículo próprio, de carga, com baú fechado ou cobertura para os alimentos? *</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>184. O banco de alimentos depende/conta, com veículo de carga emprestado com baú fechado ou cobertura para os alimentos? *</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>185. Classifique o veículo de carga com baú fechado ou cobertura para os alimentos na escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>
<p>186. O banco de alimentos possui veículo de carga próprio, com baú fechado e refrigerado para os alimentos? *</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>187. O banco de alimentos depende/conta com veículo de carga emprestado com baú fechado e refrigerado para os alimentos? *</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>188. Classifique o veículo de carga com baú fechado e refrigerado para os alimentos na escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>

189. O banco de alimentos passou por alguma mudança de local ou reforma da estrutura física nos últimos anos? Se sim, descreva como foi esse processo. *

190. Na sua opinião, o que deve ser feito para melhorar a estrutura física do banco de alimentos? *

ESTRUTURA FÍSICA

Este tópico é de avaliação dos entrevistadores (para comparação com a avaliação do respondente).

191. Classifique o setor de recepção de alimentos em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- () Ruim
 () Bom
 () Excelente
 () Não possui
 () Não se aplica

192. Classifique o setor de seleção e triagem de alimentos em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- () Ruim
 () Bom
 () Excelente
 () Não possui
 () Não se aplica

193. Classifique o setor de fracionamento e embalagem de alimentos secos em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- () Ruim
 () Bom
 () Excelente
 () Não possui
 () Não se aplica

194. Classifique o setor de processamento em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- () Ruim
 () Bom
 () Excelente
 () Não possui
 () Não se aplica

195. Classifique o setor de estocagem sob temperatura controlada (refrigerador/congelador) em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- () Ruim
 () Bom
 () Excelente
 () Não possui
 () Não se aplica

196. Classifique o setor de estocagem sob temperatura ambiente (despensa seca) em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *

- () Ruim
 () Bom
 () Excelente

<p><input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>
<p>197. Classifique o setor de expedição em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>
<p>198. Classifique o setor administrativo (salas e banheiros) em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>
<p>199. Classifique o setor de descarte em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>
<p>200. Classifique o setor destinado a atividades educativas em uma escala de três pontos: (ruim, bom, excelente) *</p> <p><input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Não possui <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada(o) a participar da **Pesquisa “AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS”**, coordenada pelo Professor Dr. Romero Alves Teixeira e pela pesquisadora MsC. Natalia Tenuta.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade, perda de benefícios ou prejuízo para sua relação com o coordenador da pesquisa, com a pesquisadora, com a UFVJM ou com qualquer outro. Você será esclarecido(a) sobre a Pesquisa em qualquer aspecto que desejar, a qualquer momento.

O objetivo da **Pesquisa “AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS”** é conhecer as estruturas, os processos e os resultados dos bancos de alimentos/unidades de colheita urbana/rural brasileiros de modo a identificar as dificuldades, potencialidades e experiências bem sucedidas desses equipamentos. Tais informações, uma vez sistematizadas, contribuirão para o cenário de atuação dos bancos de alimentos do país – e de suas redes locais –, com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como fortalecerão a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Espera-se, portanto, fornecer sistematização e registro das informações fundamentais para a retroalimentação dos equipamentos, além de gerar subsídios necessários para a edição de publicações técnicas que visam promover o intercâmbio de conhecimento sobre a gestão e operacionalização dos bancos de alimentos e sua relação com os doadores, com as instituições socioassistenciais e com os usuários beneficiários. Além disso, uma pesquisa a nível de doutorado e outra a nível de mestrado discutirão cientificamente os resultados da Pesquisa, contribuindo para a visibilidade dos achados. Caso você decida aceitar o convite, será submetido(a) aos seguintes procedimentos: Participar de uma entrevista gravada conduzida pelas pesquisadoras. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 180 minutos (3 horas).

Existe um risco mínimo de constrangimento ou desconforto para você responder as perguntas do questionário, caso não se sinta autorizado a fazê-la ou não saiba responder, que se justifica por serem informações importantes para a Pesquisa. Este risco será minimizado pela liberdade dada pelas pesquisadoras a você de não responder a pergunta que não se sinta apto ou à vontade. É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da Pesquisa.

Os benefícios relacionados com a sua participação poderão ser, indiretamente, contribuição para a descrição do cenário nacional quanto à estrutura, processo e resultado dos bancos de alimentos/unidades de colheita urbana/rural. Sendo assim, a sua participação poderá contribuir para a compreensão de uma estratégia de redução de perdas e desperdícios de alimentos, de contribuição para a segurança alimentar e nutricional e para a promoção da alimentação adequada e saudável.

Os resultados desta Pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. A sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas, será voluntária, não havendo remuneração para tal. Como não estão previstos gastos para o participante da Pesquisa, não está previsto ressarcimento. Não está previsto indenização por sua participação.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço dos pesquisadores principais, podendo tirar suas dúvidas sobre a Pesquisa e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenador do Projeto: Prof. Dr. Romero Alves Teixeira

Endereço: Rua dos Ipês, nº 190, Condomínio Vila Real, bairro Cazusa – Diamantina – MG

Telefone: (38) 3532-1233

Coordenadora do Projeto e Pesquisadora: Natalia Tenuta

Endereço: Alameda C, nº 271, bairro Condomínio Bicas – Diamantina – MG

Telefone: (31) 9 9233-0826 / (38) 9 9899-0826

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa: _____



Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba –
Diamantina/MG CEP39100000

Tel.: (38)3532-1240

Coordenador: Simone Gomes Dias de Oliveira

E-mail: cep.secretaria@ufvjm.edu.br e/ou cep@ufvjm.edu.br.

11 Anexos



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Pesquisa de Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos

Pesquisador: ROMERO ALVES TEIXEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 84581318.0.0000.5108

Instituição Proponente: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Patrocinador Principal: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.633.526

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto do pesquisador Romero Alves Teixeira é avaliar as dimensões de estrutura e processo dos 225 equipamentos, no que se refere aos recursos materiais, humanos e financeiros, estrutura física e organizacional dos BAs e os seus processos de articulação com parceiros, captação, processamento, armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios, atendimento aos beneficiários e ações de educação alimentar e nutricional. Além disso, será avaliado o resultado das atividades e intervenções dos BAs.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar os Bancos de Alimentos públicos, os instalados em Centrais de Abastecimento (Ceasas), os de iniciativa das organizações da sociedade civil e os de serviços sociais autônomos nas suas dimensões de estrutura, processo e resultado, bem como delinear e caracterizar os doadores parceiros e instituições sociais beneficiárias e suas relações com os equipamentos.

Objetivo Secundário:

- 1) Avaliar os Bancos de Alimentos em relação à dimensão estrutura, no que se refere à caracterização do município e do equipamento; instrumentos legais e organizacionais; processos/histórico de implantação e modernização; recursos humanos; estrutura física; estrutura operacional e; gestão do equipamento.
- 2) Avaliar os Bancos de Alimentos em relação à dimensão processo, no que se refere aos

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000

Bairro: Alto da Jacuba

CEP: 39.100-000

UF: MG

Município: DIAMANTINA

Telefone: (38)3532-1240

Fax: (38)3532-1200

E-mail: cep@ufvjm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI



Continuação do Parecer: 2.633.526

processos de captação e perfil de doadores parceiros; perfil das instituições sociais beneficiárias; critérios para cadastro e para desligamento das entidades; regulamentos técnico-sanitários; sustentabilidade ambiental; dinâmica de operacionalização e doações (manipulação, armazenamento, distribuição); controle operacional; prestação de contas; articulação com outras políticas, programas, estratégias de segurança alimentar e nutricional e afins e; intersetorialidade.

3) Avaliar os Bancos de Alimentos em relação à dimensão resultado, no que se refere à eficácia no combate às perdas e desperdícios de alimentos; ações de educação alimentar e nutricional; avaliação social e de segurança alimentar e nutricional dos beneficiários; satisfação dos beneficiários; custos para operacionalização.

4) Propor recomendações de aprimoramento para os Bancos de Alimentos e para a rede de parceria e integração Parceiro doador – Bancos de Alimentos – Instituições sociais beneficiárias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos relacionados à participação dos sujeitos que responderão aos questionários eletrônico incluem: Para os responsáveis técnicos dos Bancos de Alimentos - constrangimento ao responder as perguntas do questionário eletrônico. Esse risco será minimizado na medida em que o participante poderá se recusar a responder qualquer questão do questionário ou durante a visita.

Benefícios:

Avaliar e discutir a função primordial de combate às perdas e desperdícios de alimentos; Avaliar e discutir o arranjo conceitual e estrutural dos Bancos de Alimentos; Fortalecer a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos; Avaliar e discutir a importância da existência de instrumentos legais e operacionais dos equipamentos; Avaliar e discutir a composição de equipe mínima, considerando o profissional nutricionista um ator estratégico no equipamento; Avaliar e discutir a capacitação da equipe técnica e gestora dos BAs em segurança alimentar e nutricional em Gestão de Bancos de Alimentos; Avaliar e discutir a existência de um padrão de funcionamento e de normatização dos BAs, respeitando a diversidade de cada localidade e gestão; Avaliar e discutir a existência de um instrumento legal de proteção dos doadores parceiros dos BAs, bem como para responsabilização do nutricionista quanto aos alimentos recebidos nos BAs; Definir indicadores para avaliação e monitoramento dos BAs.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto será submetido ao CEP/UFVJM e a coleta dos dados acontecerá após o parecer final.

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
Bairro: Alto da Jacuba **CEP:** 39.100-000
UF: MG **Município:** DIAMANTINA
Telefone: (38)3532-1240 **Fax:** (38)3532-1200 **E-mail:** cep@ufvjm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI



Continuação do Parecer: 2.633.526

Serão avaliados os 225 BAs em funcionamento no país, sendo 102 públicos, 10 das Centrais de Abastecimento (Ceasas), 21 das organizações da sociedade civil (OSC) e 92 dos serviços sociais autônomos (SSA). Para tal, serão contatados os gestores de SAN dos municípios e dos órgãos gestores pertinentes e os coordenadores dos BAs, informando sobre a pesquisa, seus objetivos, a justificativa e a metodologia a ser utilizada e será solicitada a autorização para que os BAs sejam estudados. Estes gestores e coordenadores deverão indicar os responsáveis técnicos (RT) pelos BAs que, por sua vez, responderão ao questionário eletrônico enviado pela equipe de pesquisadores, caso também concordem e assinem o TCLE. O trabalho será desenvolvido em três etapas principais, a se realizarem de forma que garantam a privacidade, o sigilo e a salubridade dos sujeitos. 1a etapa - Recrutamento dos participantes da pesquisa: Contato com os gestores, coordenadores e RTs dos BAs para exposição do estudo. 2a etapa – Envio dos questionários eletrônicos por e- mail aos informantes chaves, contemplando questões sobre estrutura, processo e resultado dos equipamentos, com assinatura do TCLE pelos respondentes da pesquisa. 3a etapa - Pesquisa documental retrospectiva: Levantamento e análise dos Relatórios Trimestrais de Atividades dos BAs, preenchidos e enviados obrigatoriamente ao MDS, com frequência trimestral, desde sua implantação. Esse relatório contempla informações mensais sobre os dados operacionais, como a quantidade total de alimentos arrecadados e distribuídos, o número total de instituições e pessoas atendidas, além do número de ações educativas realizadas e quantas pessoas participaram. A solicitação destas informações será feita formalmente, através de um ofício, elaborado pelo pesquisador, garantindo a confidencialidade das informações.

Todo o material produzido e levantado ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador, que se comprometerá a utilizá-los de forma ética, conforme a Resolução 466/12. Para efeito de avaliação da qualidade, a construção dos questionários foi baseada na Tríade de Donabedian, sendo abordadas questões sobre estrutura, processo e resultado. Para a abordagem tridimensional de estrutura, processo e resultado, os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade serão contemplados como tendências convergentes, intimamente imbricadas nessas três dimensões propostas. Para a avaliação da eficiência, será realizado um exame da relação entre o esforço e o custo empregado na implementação do Programa e os resultados obtidos, através de uma análise crítica. Para a avaliação da eficácia, será realizada uma relação entre os objetivos e instrumentos explícitos do Programa, analisando-se os efeitos da ação sobre o processo no qual intervêm, ou seja, a conexão entre ação e produto. Para a avaliação da efetividade, será realizada a comparação entre o planejamento previsto na implantação do BA e a situação atual. Considerações éticas: a participação de todos é voluntária e os pesquisadores se comprometem a suspender ou encerrar a

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000

Bairro: Alto da Jacuba

CEP: 39.100-000

UF: MG

Município: DIAMANTINA

Telefone: (38)3532-1240

Fax: (38)3532-1200

E-mail: cep@ufvjm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI



Continuação do Parecer: 2.633.526

pesquisa havendo qualquer fato que comprometa a integridade física, moral ou psicológica dos sujeitos envolvidos, ou ainda, se caso a maioria dos RTS se recusar a participar ou não for autorizado pelos gestores/coordenadores a fazê-lo. O material produzido ficará sob guarda e responsabilidade dos pesquisadores que se comprometem a utilizar as informações de forma ética, conforme a Resolução 466/12.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A carta da Instituição Co-partícipe foi apresentada conforme Resolução 466/12.

Foram apresentados todos os termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

- Segundo a Carta Circular nº. 003/2011/CONEP/CNS, de 21/03/11, há obrigatoriedade de rubrica em todas as páginas do TCLE pelo sujeito de pesquisa ou seu responsável e pelo pesquisador, que deverá também apor sua assinatura na última página do referido termo.

- O relatório parcial deve ser apresentado ao CEP no dia 30/ 04/2019 e ao término do estudo em 30/04/2010, apresentar o relatório final. Considera-se como antiética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1085835.pdf	19/04/2018 17:50:00		Aceito
Outros	CARTA.pdf	19/04/2018 17:48:01	Natalia de Oliveira Tenuta	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	19/04/2018 17:45:49	Natalia de Oliveira Tenuta	Aceito

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000

Bairro: Alto da Jacuba

CEP: 39.100-000

UF: MG

Município: DIAMANTINA

Telefone: (38)3532-1240

Fax: (38)3532-1200

E-mail: cep@ufvjm.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS
VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI



Continuação do Parecer: 2.633.526

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	07/03/2018 09:44:33	Natalia de Oliveira Tenuta	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	07/03/2018 09:43:50	Natalia de Oliveira Tenuta	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DIAMANTINA, 03 de Maio de 2018

Assinado por:
Disney Oliver Sivieri Junior
(Coordenador)

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000

Bairro: Alto da Jacuba

CEP: 39.100-000

UF: MG

Município: DIAMANTINA

Telefone: (38)3532-1240

Fax: (38)3532-1200

E-mail: cep@ufvjm.edu.br



Article

Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives

Natalia Tenuta ^{1,*} , Thaís Barros ², Romero Alves Teixeira ²  and Rômulo Paes-Sousa ¹

¹ René Rachou Institute, Oswaldo Cruz Foundation (IRR-Fiocruz), Belo Horizonte 30190-002, Brazil; romulo.paes@fiocruz.br

² Department of Nutrition, Federal University of Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina 39100-000, Brazil; thais.barrosco@gmail.com (T.B.); romero.teixeira@ufvjm.edu.br (R.A.T.)

* Correspondence: nataliatenuta@gmail.com; Tel.: +55-31-992330826

Abstract: In recent decades food banks have become a worldwide response to the contradicting the coexistence of food losses and waste, on the one hand, and hunger and food insecurity on the other. In Brazil, food banks had a rapid expansion, becoming the object of public policy on Food and Nutrition Security and of non-profit private institutions. Our study presents an unprecedented overview of all the food banks currently active in the Brazilian territory, discussing their performances and perspectives. We conducted descriptive research, aiming to characterize the number, spatial distribution, performance, and modalities of operation of the Brazilian food banks. We mapped 217 active food banks and they all participated in the study. The results revealed the important capillarity of the food banks, which exist in all 27 Brazilian federative units, but also demonstrate the potential and need for expansion. Most of the Brazilian food banks has commercial establishments as their largest donor partners and have fruits and vegetables as their most donated items. They mostly complement the feeding of families at social risk and children served by social institutions. Food and nutrition education actions are offered by all the studied units to donor partners and beneficiary institutions and families.

Keywords: food banks; food losses and waste; food security; food and nutrition education; Brazil



Citation: Tenuta, N.; Barros, T.; Teixeira, R.A.; Paes-Sousa, R. Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives. *Int. J. Environ. Res. Public Health* **2021**, *18*, 12598. <https://doi.org/10.3390/ijerph182312598>

Academic Editor: Paul B. Tchounwou

Received: 19 July 2021

Accepted: 27 August 2021

Published: 29 November 2021

Publisher's Note: MDPI stays neutral with regard to jurisdictional claims in published maps and institutional affiliations.



Copyright: © 2021 by the authors. Licensee MDPI, Basel, Switzerland. This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

1. Introduction

Over the past six decades, food banks have gained worldwide expression as an important and strategic response to the contradictory scenario in which food losses and waste (FLW) and food insecurity coexist. Although co-opted, in some regions of the world, by an uncritical logic based on charity [1], in other places, including Brazil, food banks are recognized for their positive impacts in reducing FLW and have been contributing to minimize the hunger and food insecurity caused by social inequalities [2,3].

The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) [4] states that, worldwide, about one-third of the food produced for human consumption is lost or wasted each year, which is equivalent, on average, to 1.3 billion tons, representing an annual economic loss of USD 940 billion, and emission of 4.4 gigatons of greenhouse gases. Food losses are defined as resulting from inadequate or inefficient procedures that cause loss or damage to food products in the processes of handling, transformation, storage, transportation, and packaging [5]. Food waste, on the other hand, refers to the reduction in the volume of food suitable for human consumption that occurs in the final stage of the food chain. In other words, it is a phenomenon associated with the inefficiency of the distribution (both wholesale and retail) and consumption processes and has a close relationship with conscious food consumption [6].

Food is a right for everyone and must be guaranteed, through actions of food and nutritional security, so that “all people, at all times, have physical and economic access to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life” [7]. However, according to the report “The State of Food